

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0292/00	DATA: 13/04/00
INÍCIO: 9h31min	TÉRMINO: 15h24min	DURAÇÃO: 5h53min
PÁGINAS: 168	QUARTOS: 36	
REVISORES: ANNA AUGUSTA, CONCEIÇÃO, LIA, LUCIENE		
SUPERVISÃO: MARIA LUIZA, MYRINHA, ESTELA		
CONCATENAÇÃO: GILZA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
CARLOS FELIPPE - Presidente da AstraZeneca (Astra Química). DAVID ZIMATH - Diretor da BYK Química e Farmacêutica. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Presidente dos Laboratórios Biosintética. JORGE ROMANEIRO - Diretor-Presidente do Laboratório Janssen-Cilag Farmacêutica. ERNESTO NEUMANN - Diretor da área farmacêutica do Laboratório Merck S.A. Indústrias Químicas. JOSÉ TADEU ALVES - Presidente da Merck Sharp & Dohme. MÁRIO GRIECO - Presidente da Searle do Brasil (Monsanto do Brasil).		
SUMÁRIO:Tomada de depoimentos.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Há orador não identificado. Há intervenções inaudíveis. Há expressões ininteligíveis. Lafepe - Pág. 4. Messer - Pág. 9. Cidrus - Págs. 14, 36 e 118. CONATEN - Pág. 14. Raminose - Págs. 18 e 39. Quecetina - Pág. 18. OTC - Pág. 32. Acordo da PEC - Pág. 37. Cort - Pág. 64. Franceschini - Pág. 82. LMPark - Pág. 124. Consultoria Milena - Pág. 124. Armet - Pág. 124. Artiplus - Pág. 127. Pariete - Pág. 138. Esavo - Pág. 140. Aid endow - Pág. 156. Não foi possível checar a grafia correta dos nomes acima citados.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos e desejo dizer que cópia das atas foram distribuídas, da 47ª reunião, a todos os membros presentes. Eu indago da necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER - Solicito a dispensa, Deputado Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Solicitada a dispensa pelo Deputado Werner Wanderer, eu coloco em discussão. Como ninguém quer discutí-la, em votação. *(Pausa.)* Aprovada. Vou dar conhecimento de, primeiro, que estou convidando o pessoal de Pernambuco, a Comissão da Assembléia, pra participar das visitas daquele roteiro. Também recebi do Deputado Sérgio a comunicação oficial da instalação daquela Comissão, a quem estou respondendo também. Estamos distribuindo aí uma relação de documentos que recebemos sobre a CPI e que eu me dispenso da leitura pra não tomar tempo dos Srs. Deputados, mas que, em qualquer momento, qualquer Deputado que não recebeu cópia poderá requerer cópia ou se manifestar sobre a matéria. Considero oficialmente comunicados os Srs. Deputados sobre essas matérias, como as informações anteriores. Basicamente são esses os assuntos. A nossa reunião de hoje...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esses documentos que falei... Já dou a palavra a V.Exa. Constam 138 documentos recebidos, alguns sigilosos, informações, outros documentos trazendo denúncia. Enfim, estão à disposição. Tem V.Exa. a palavra, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria elogiar o trabalho da Assessoria Técnica, que efetivamente nos permitiu tomar conhecimento de certos detalhes. Mas ao mesmo tempo em que queria elogiar, queria pedir uma providência de V.Exa. Ontem, ao final da sessão, eu vi sobre as bancadas cópias de documentos confidenciais e sigilosos, e eu não quero ser responsabilizado, como membro da Comissão, por ter permitido, direta ou indiretamente, que documentos sigilosos e confidenciais sejam vazados. Então eu

queria pedir atenção de V.Exa.. Eu recolhi sobre as bancadas, ontem, mais de uma bancada, documentos que tinham sido distribuídos como sigilosos e confidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado, eu não tenho conhecimento, mas quero que a Assessoria me informe e tome as providências...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor tá duvidando de mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Só um minuto, Deputado, estou respondendo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor tá duvidando de mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hem?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor tá duvidando de mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu tô afirmando que vi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou explicar. V.Exa... Eu não tô duvidando nada, Deputado. Eu estou duvidando que documentos sigilosos estejam sendo distribuídos e quero saber da Assessoria quem fez. O que há é que a Assessoria cruzou alguns documentos, fez menção a balanços, que eu mandei recolher esses documentos e que peço aos Srs. Deputados que não usem. Nesse sentido V.Exa. tem razão. Eu... Sabe V.Exa que eu cheguei à uma hora da tarde, não pude ver esses documentos e esse cruzamento de orçamentos. Alguns orçamentos podem ser públicos e publicados, outros podem... a lei ampara não ter sido publicados. De forma que ninguém vai fazer uso disso, e pedi que fossem recolhidos, inclusive dos Srs. Deputados. Tô falando que eu tô deferindo a questão de V.Exa. Mas, veja, foi parte de documento e não o documento na íntegra, porque isso, ao que me consta, não foi, e, se foi, evidentemente, o funcionário que tenha feito isso vai ser punido exemplarmente. Tenha certeza absoluta que vou dispensar da Comissão o funcionário que eventualmente tenha feito. Agora, o uso de documento cruzado foi uma falta de precaução da Assessoria, que não vai ocorrer mais sobre essa matéria, embora os Srs. Deputados possam ter acesso a qualquer momento e eventualmente isso sirva para o diálogo que eles vão sustentar sobre a matéria.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu pediria a V.Exa. apenas que recomendasse o registro enfático na ata desta recomendação de V.Exa., porque todos nós estamos expostos aqui a responsabilidade civil, por quebra de dados que são sigilosos, garantidos pela Constituição. E é importante que fique consignada a responsabilidade de quem tomar essas atitudes. Por isso que eu peço muita ênfase no registro de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Acho que fica acentuado claramente a posição desta Comissão, do eventual equívoco, entendeu, que tenha sido cometido por alguns Assessores ao cruzar alguns dados.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - V.Exa. me desculpe, eu estava desatento no início da reunião, fazendo outras tarefas aqui. V.Exa. se referiu, parece, que à Comissão Especial criada na Assembléia de Pernambuco, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Eu recebi dois documentos da Comissão, dois ofícios da Comissão, e um requerimento de V.Exa. E um da Comissão é comunicando a instalação, do Deputado Sérgio Leite, comunicando à Comissão Especial de Medicamentos. E um outro pedindo uma audiência com a Comissão. Então eu... E um de V.Exa., solicitando que os Deputados fossem convidados a participar das reuniões. Eu estou felicitando e convidando-os a participar, ocasião em que se dará esse encontro, porque eles vão participar da visita que nós vamos fazer àquela instituição. Eles estão sendo convidados pra acompanhar conosco, entendeu? Aliás, deferindo o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Ótimo. Agradeço a V.Exa. E tem um outro requerimento, Sr. Presidente, que eu apresentei ontem, pedindo que nós aproveitemos a ida a Recife e lá possamos ouvir a representação das famílias vitimadas por um soro que levou inclusive à morte 39 pessoas. E essa Comissão pediu pra ser ouvida pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pediria mais informações desse requerimento, porque eu não tenho... Não veio à mesa esse requerimento.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu passei junto com o requerimento...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu sugeria ao Deputado Geraldo Magela... Há algum procedimento judicial nesse caso em curso? Então, ao invés de ouvirmos, as vítimas poderiam dar as petições iniciais, os elementos indiciários do processos, que seriam suficientes para a formação do nosso juízo. E era uma questão... Nós temos muito pouco tempo em Recife, temos que dedicar à Lafepe(?), e receberíamos a comissão como sugestão a V.Exa. E eles nos entregariam... as vítimas nos entregariam, Sr. Presidente, se concordarem, um dossiê sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É, eu acho que é exatamente isso. É, eu acho que é exatamente isso. Nós não precisaríamos ter uma audiência pública com... mas nós apenas, Sr. Presidente, talvez nessa ida do Lafepe(?), alguma coisa assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, exato.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... nós receberíamos uma comissão e receberíamos os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. está autorizado, em nome da Comissão, a comunicar que nós receberemos esses documentos lá.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Bem, esta reunião está destinada a audiência dos Srs. Depoentes Carlos Felipe, Presidente da AstraZeneca (Astra Química), a quem convido a participar da mesa; o Dr. David Zimath, Diretor da Byk Química e Farmacêutica — eu uma hora digo "bic", ora "baic", não sei o que lá, agora é "bic" em definitivo, senhores —; o Dr. Omilton Visconde Júnior, da Biosintética — esse eu acertei —; o Dr. Jorge Romaneiro, Diretor-Presidente do Laboratório Janssen-Cilag Farmacêutica — hoje nós estamos tendo só Presidente, hem, vocês já notaram? —; Dr. Ernesto Neumann, Diretor da Área Farmacêutica do Laboratório Merck S.A. Indústrias Químicas; o Dr. José

Tadeu Alves, Presidente da Merck Sharp & Dohme; e o Dr. Mário Grieco, Presidente da Searle do Brasil, Monsanto S.A. Recebi também cartões do Dr. Miguel Reale Júnior, Dr. Vicente Nogueira e Dr. Francisco (*ininteligível*) Rodrigues, que assistem aos depoentes aqui. Como é praxe desta Comissão, os depoentes, se quiserem ter a assessoria dos seus advogados, poderão fazê-lo, entendeu, a qualquer momento da reunião, que o que nos interessa é ter informações aqui. Nós...

Ontem eu coloquei à disposição dez minutos pra cada depoente e fui solenemente desprezado, porque ninguém usou. Então hoje eu vou começar com cinco minutos, e, se alguém, eventualmente, precisar mais pra dizer coisas substantivas, nós teremos. É claro que eu não quero interferir no depoimento, mas eu queria dizer que nós tivemos uma reunião aqui de distribuidoras em que os depoentes trouxeram vídeo aqui e nos aplicaram aqui a estrutura da empresa. O que tá nos interessando aqui é só preço mesmo, é como baixar o preço, entendeu? Então, esse problema da eficiência da estrutura, nós não temos como dar assessoria, não é, de forma que não adianta perder tempo com a gente. Então nós queríamos era isso. Vamos dar cinco minutos a cada um. Se alguém precisar de mais... E seguramente no debate se poderá enriquecer. Mas nós queremos é informações sobre as funções da CPI, que são basicamente preço de medicamento, falsificação de medicamento e insumo. Desde logo, pra facilitar os trabalhos, eu vou dando a palavra ao primeiro que eu chamei, Dr. Carlos Felipe, Presidente da AstraZeneca (Astra Química).

O SR. CARLOS FELIPPE - Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, bom dia, Srs. Deputados. Eu gostaria bastante de utilizar os meus minutos iniciais, para colaborar no sentido de trazer algumas informações que eu considero fundamentais para diminuir o abismo que existe de compreensão entre as atividades do nosso setor e a atividade Parlamentar. Eu acho que ao longo da história nós não conseguimos estabelecer uma relação empática de mútua compreensão entre as nossas atividades e o próprio Parlamento brasileiro. Então, se o senhor me permite, eu serei bastante breve, mas, por questão até de respeito aos pacientes da nossa empresa e aos nossos funcionários, eu gostaria de, rapidamente, falar sobre as atividades da AstraZeneca, principalmente porque nós somos fruto recente de uma fusão entre a Astra, uma empresa de origem sueca, e a Zeneca, que é uma empresa de origem do antigo grupo ICI, um grupo inglês. Nós, ao longo do tempo,

tivemos uma série de conquistas, uma série de inovações que trouxemos ao mercado mundial, das quais nós temos muito orgulho. Por exemplo, a empresa, aqui na década de 40, foi a primeira empresa a trazer uma produção comercial da penicilina. Também naquela época nós desenvolvemos a xilocaína, um produto que até hoje é líder de mercado. Então vocês vejam como que um produto desenvolvido há cinquenta anos ainda tem uma posição de prestígio na classe médica mundial. Nós também, com o grupo que ganhou, conquistou o Prêmio Nobel de medicina, nós inventamos o conceito dos betabloqueadores — o Inderal é um exemplo clássico, ainda um produto antigo, que não tem patente, que existem vários genéricos, várias cópias, mas que desfruta de bastante prestígio. Particularmente o grupo que encabeçou esta pesquisa. A gente tem bastante orgulho disso, e recentemente alguns cientistas da Universidade de São Paulo fizeram uma entrevista com esse pesquisador que trouxe o Inderal para a classe médica mundial. Da mesma forma, a empresa inventou o conceito de betabloqueador, trazendo o Atenol, ainda um produto líder de mercado. Nós também temos uma grande inovação no tratamento de câncer. A AstraZeneca é uma empresa bastante dedicada à busca de soluções para as doenças graves. Esse é o nosso campo de atuação. Hoje, o tratamento para câncer de mama mais utilizado no mundo é fruto de pesquisa da AstraZeneca, que é o Nolvadex, que muitos dos senhores conhecem, ou, se for o caso, familiares fazem uso desse produto e tiveram condições de, ao utilizar produtos dessa natureza, prolongar a sua vida, melhorar a sua qualidade de vida, e com isso ter uma vida mais digna. Este é o foco da nossa empresa. Recentemente, nós trouxemos algumas inovações, como o primeiro inibidor da bomba de prótons, para o tratamento das doenças ácido-pépticas, que é o produto Losec, também bastante conhecido, um dos produtos mais prescritos no mundo. E a empresa, assim por diante, segue com o seu fluxo, com a sua vocação de trazer inovações ao mercado mundial. E todas essas inovações são trazidas rapidamente ao mercado brasileiro, através de programas de pesquisa e desenvolvimento clínico, envolvendo os principais centros de pesquisa do Brasil. Aqui vocês poderão ver, os senhores poderão ver, o foco de concentração de atividades da empresa na área cardiovascular, na área gastrintestinal, na área respiratória e na área oncológica. Estas são as principais áreas onde a nossa empresa coloca todos os seus recursos de pessoas, todos os seus cientistas, para trazerem inovações ao mercado mundial. Quando a gente fala uma empresa de

pesquisa e desenvolvimento, o que que nós estamos querendo dizer com isso? É tendo em mente, por exemplo, que para os próximos dez anos a nossa empresa está comprometida na busca de... no desenvolvimento bem sucedido de setenta novas moléculas. Então, uma empresa que hoje investe 2,5 bilhões de dólares na busca de soluções para necessidades médicas ainda não resolvidas. Muitas vezes as pessoas têm a falsa idéia de que uma cesta básica de medicamentos corresponde à necessidade da população. Com a melhoria da qualidade de vida, com a expectativa de vida maior, as doenças crônicas se tornaram mais importantes e por isso coloca novos desafios à indústria farmacêutica, para trazer soluções nessa direção. A nossa empresa, no momento, possui 190 projetos de pesquisa, sendo setenta novas moléculas para os próximos dez anos. Para os senhores terem uma idéia do que que nós estaremos trazendo para o Brasil, amanhã, por exemplo, eu estou participando de uma reunião com os principais oncologistas brasileiros, para o lançamento de um produto para uma doença muito grave, que é o câncer colo-retal, onde a maioria dos pacientes morre. Então amanhã a AstraZeneca estará colocando no mercado brasileiro um produto que vai trazer muito mais dignidade a pessoas que sofrem dessa enfermidade, que é muito grave. E aí vocês têm uma lista dos produtos que nos próximos três a quatro anos nós estaremos trazendo ao mercado brasileiro. Sobre todos esses produtos, a nossa empresa hoje desenvolve projetos de pesquisa e desenvolvimento no nosso País — no Brasil, com cientistas brasileiros. Qual é o histórico da nossa empresa no Brasil? A AstraZeneca é um nome novo pra maioria das pessoas, pra nós também. Ela tem uma história de... A Astra no passado colocou sob licença a sua linha para a Hoechst e aí, com a estabilidade da moeda, ela fundou uma unidade independente. Então nós temos que ter em mente quais são as entidades jurídicas responsáveis pelo processo administrativo e gerencial dentro desse período. E a Zeneca, anteriormente, operava numa **joint venture**, numa sociedade com laboratórios Wellcome, depois se transformou, pelo mesmo motivo da Astra, quando o Brasil reduziu a sua inflação e criou condições para um maior investimento, numa empresa independente. No ano passado, houve o anúncio da fusão mundial da AstraZeneca, e no dia 2 de agosto de 99 a AstraZeneca foi fundada no Brasil, onde eu me tornei Presidente. A minha origem profissional, eu era Presidente da Zeneca. Esta... Eu tenho então seis anos de Presidência de empresa, vinte anos na indústria farmacêutica, passando por várias áreas, quase a

metade da minha vida dedicada ao setor. Eu coloco essa experiência, a minha integridade pessoal e a minha capacidade intelectual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. já ultrapassou os cinco minutos. Vou dar mais cinco pra V.Exa. concluir.

O SR. CARLOS FELIPPE - Eu agradeço. Então são esses os meus atributos pessoas, que eu coloco para cooperação com esta CPI. Um dado muito importante. Qual foi o volume de emprego gerado na nossa empresa no Brasil? Então, em 94, nós tínhamos 444 funcionários. Nós quase que duplicamos o número de funcionários até o ano de 99, gerando 831 empregos. Da mesma forma, o volume de vendas, ou seja, a produção local no País, por volta de 20 milhões de unidades no ano de 94, nós quase que duplicamos para o ano de 99, e os senhores podem ver que a grande maioria, mais de 95% destas unidades, foram produzidas localmente, com tecnologia, com funcionários brasileiros. E a área em amarelo já significa uma plataforma de exportação para os mercados do MERCOSUL. Aí eu tenho uma lista, e eu não vou entrar em detalhes com os senhores, dos centros de pesquisa onde hoje a empresa coloca recursos, mas todas as áreas, ou todas as unidades da Federação onde os senhores provêm estão representadas em pesquisas, com cientistas locais trabalhando no desenvolvimento de projetos de pesquisa para o nosso País. Então, na área de oncologia, na área respiratória, na área cardiovascular, na área de infecção. De uma forma bastante resumida, qual é o balanço social desta empresa? O que que eu posso trazer pra vocês em termos de contribuição, enquanto resumo? Nesse período de 94 a 99, a empresa recolheu 275 milhões de reais ao Governo em todos os seus impostos. Nós reinvestimos mais de 90% dos lucros desse período no País. É uma organização jovem, como eu pude apresentar. Então 40,5 milhões de reais foram reinvestidos no País. Nós distribuimos resultados da empresa aos nossos funcionários numa parcela muito superior ao que o sindicato recomenda, com 7,4 milhões de reais. Nós investimos em desenvolvimento de nossas pessoas 3 milhões de reais em programas educacionais e desenvolvimento, trazendo uma escola para dentro da empresa. Nós investimos em capital fixo 50 milhões de reais, ou seja, formação bruta de capital em novos investimentos físicos dentro do País. Além disso, temos todos os benefícios de uma empresa de primeira classe compatível com a nossa ambição enquanto companhia, compatível com o que nós esperamos dos nossos funcionários. Agora, uma empresa não é feita de números, uma empresa não é

feita de produtos, ela feita por uma série de culturas, ela feita por pessoas, e esta é a matriz de razões pelas quais alguém se sente orgulhoso, se sente motivado a trabalhar na AstraZeneca. Estes são os nossos valores corporativos, como o respeito ao indivíduo e à diversidade. Existe uma série de programas fomentando a diversidade cultural e intelectual dentro da nossa empresa, a transparência, a honestidade, o apoio mútuo e, principalmente, uma cultura de aprender com os nossos erros. Em síntese, Sr. Presidente, isto é que eu poderia dizer para resumir e, de uma forma muito breve, deixar com os senhores o que que a AstraZeneca é mundialmente e o que que nós somos no País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Carlos Felipe, pela rápida exposição, pelos subsídios que trouxe. Tem a palavra desde logo o Dr. David Zimath, Diretor da Byk Química Farmacêutica, que representa aqui o Diretor... Aloízio Messer(?) é o Presidente, né? Ou é Diretor? Bom, tem V.Exa. a palavra, qualquer que seja.

O SR. DAVID ZIMATH - Bom, inicialmente cumprimento o Sr. Presidente da CPI, Deputado Nelson Marchezan, o Sr. Relator, Deputado Ney Lopes, e os demais Deputados aqui presentes e demais pessoas que também aqui estão presentes, senhores jornalistas e demais convidados. Eu quero dizer inicialmente que, para a Byk Química e Farmacêutica é uma honra estar aqui e prestar os esclarecimentos a esta Comissão, de vez que é uma oportunidade, assim nós vemos, esta ocasião de prestar os esclarecimentos, que serão breves, sobre a empresa. Inicialmente... O.k., eu serei breve, pretendo não usar muito mais do que os 5 minutos. Vou dar um breve histórico da empresa, a nível internacional, vou apresentar aos senhores o que que é a Byk Química e Farmacêutica Ltda. no Brasil. Estarei falando um pouquinho da Fundação Byk e estarei falando um pouquinho do Projeto MERCOSUL da empresa. O seguinte, por favor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, queria pedir pro orador ficar mais à direita, senão atrapalha.

O SR. DAVID ZIMATH - Eu sento. Melhorou?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tá melhor.

O SR. DAVID ZIMATH - O.k. A história da empresa começou em 1873, com a fundação de fábrica química em Berlim, na Alemanha, portanto é uma história que hoje tem 128 anos a nível internacional. Ela se confunde na área farmacêutica principalmente com a descoberta da aminofilina, em 1907, com um pesquisador,

um medicamento que ainda é muito utilizado nos dias de hoje na área respiratória, não é, para os pacientes asmáticos. Após a Segunda Guerra Mundial, a produção, pesquisa e administração foram transferidas para o sul da Alemanha, precisamente na cidade de Konstanz, onde permanece até hoje a sede administrativa da empresa, e esta matriz se chama Byk Gulden Lomberg Chemische Fabrik e é uma empresa limitada. Em 1953, iniciaram-se as atividades no Brasil, inicialmente no Rio de Janeiro, e logo em seguida a sede foi transferida para São Paulo. O próximo, por favor. Esta é a sede administrativa onde hoje nós temos, num total da empresa, 650 funcionários. A fábrica fica na Grande São Paulo, na cidade de Diadema. O faturamento líquido da empresa, no ano de 1999, foi, em números redondos, 158 milhões, o que posiciona a Byk Química em décimo-oitavo lugar no **ranking** farmacêutico em nosso País, sendo que esse resultado provém 90% de medicamento de prescrição médica e 10% de medicamentos livres de prescrição médica, também conhecidos como OTC. Os principais medicamentos da empresa são o Pantozol, o medicamento recentemente também descoberto nessa última década pela empresa para as patologias acidopépticas; o Tebonin, nos distúrbios da memória, vertigens, principais indicações; Nebacetin, que é um antiinfecioso tópico; e o Dramin, que também é provavelmente o mais conhecido de todos os senhores. Então essa é uma visão geral da sede administrativa da empresa. O próximo, por favor. Esta é uma foto da fábrica, em Diadema, na Grande São Paulo. Quero relatar aos senhores uma experiência que nós temos no Brasil, que completa vinte anos, uma instituição sem fins lucrativos mantida pela Byk Química e Farmacêutica, Fundação Byk, e desconhecemos iniciativa semelhante em qualquer outra parte do mundo. Esta é uma fundação dedicada ao desenvolvimento das ciências médias, incentivando pesquisas e outorgando prêmios a grandes iniciativas de cientistas e pesquisadores brasileiros. Ela se compõe basicamente de três atividades. O próximo por favor. O primeiro... a primeira linha de atuação é com o Prêmio Fundação Byk, este instituído em 1994, e a cada ano outorga um prêmio a uma pesquisa em diferentes áreas da Medicina. Recentemente nós tivemos um prêmio dedicado à gastroenterologia. E, segundo o nosso conhecimento, é o mais importante prêmio na área de pesquisa médica em nosso País. Próximo, por favor. O Fundo Editorial Byk, que existe desde 1960. Senhores, são quarenta anos incentivando o autor médico brasileiro. A fundação... O Fundo Editorial Byk já publicou 180 livros, totalizando mais de 680 mil exemplares, repito, só de autores

médicos nacionais, colaborando desta forma, de maneira muito significativa, para a atividade científica brasileira. Próximo. E, por último, nós temos, ainda pela Fundação, o auditório, com um moderno anfiteatro, com 148 lugares, que é colocado à disposição da comunidade científica, onde médicos, odontólogos e farmacêuticos, enfim, toda a comunidade científica pode utilizar-se deste auditório para as suas reuniões, para as suas atividades científicas. O próximo, por favor. E, finalmente, o Projeto MERCOSUL. Esta é mais uma demonstração de confiança de nossa matriz alemã no Brasil e no futuro do MERCOSUL. Estamos iniciando uma nova fábrica, pra atender a essa nova região econômica, com investimentos da ordem de 52 milhões de dólares. Este projeto deverá ser concretizado com 27 mil metros quadrados de construção. Teve início efetivamente em 1999, em novembro, o término está previsto para meados do ano que vem. Teremos uma fábrica moderníssima, de nível internacional, pra produzir cerca de 60 milhões de unidades. Hoje nós temos uma capacidade produtiva instalada de 40 milhões de unidades, e, o que é mais importante, senhores, vamos gerar divisas pra este País de aproximadamente 10 milhões de dólares a partir dos próximos três, quatro anos, com a exportação a partir desta nova fábrica. Repito, nós estamos investindo no País, gerando empregos e gerando exportação, portanto divisas pro País.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Localizada onde essa fábrica?

O SR. DAVID ZIMATH - Esta fábrica está localizada em Jaguariúna, que é muito próximo de Campinas, em São Paulo. Esta é a visão, quer dizer, quando nós começamos a aplainar o terreno em novembro. A próxima. Já estamos efetivamente levantando paredes, apesar de a colocação da pedra fundamental ser feita no mês que vem. O próximo. E este é o último, já. Então, resumindo, Byk é uma história de 128 anos no mundo, é uma história de 48 anos no Brasil. Pesquisa e desenvolvimento em prol da saúde brasileira e internacional. A Byk acredita, investindo no Brasil, novamente a demonstração, com 52 milhões de dólares aí nos próximos dois anos, e gera empregos e divisas para este País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. David. Com a palavra o Dr. Omilton Visconde Júnior, Presidente dos Laboratórios Biosintética.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Exmo. Sr. Presidente, eu gostaria de usar os dez minutos. Eu tenho um pequeno texto pra ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou dar cinco pra V.Exa., depois vamos ver lá.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Ilmo. Sr. Presidente, Deputado Nelson Marchezan, Ilmo. Sr. Relator, Deputado Ney Lopes, Ilmos. Srs. Deputados, Ilma. Sra. Deputada Vanessa Grazziotin, senhoras e senhores, sem pieguismos e emoções voláteis, estou aqui hoje representando a Biosintética, uma empresa brasileira que muito se orgulha de ser brasileira. Represento aqui minha família, que também aqui se faz representada pelos meus dois irmãos, que somos acionistas da empresa junto com a minha mãe, e uma família ainda muito maior, que são os 750 funcionários da Biosintética e todo o grupo de médicos, profissionais de saúde e usuários do nosso medicamento, para os quais dedicamos todos os nossos cuidados pela vida. Tomei a liberdade de deixar um folheto institucional da nossa companhia aqui com os ilustres Deputados, para entender um pouco o conceito de cuidados pela vida, que é uma espécie de manto da nossa atividade no Brasil. Não poderia jamais de lembrar a figura de nosso querido fundador, o Sr. Omilton Visconde, que, em 1984, sentou-se conosco, quando éramos ainda muito jovens, e propôs aquilo que parecia uma grande loucura, iniciar uma empresa farmacêutica no meio da década perdida, 1984. Portanto nós temos 16 anos de vida. O Sr. Omilton Visconde foi um exemplo a todos da indústria e no campo social muito contribuiu com os quatro anos que passou no Conselho Nacional de Saúde, que, em homenagem ao seu súbito falecimento, homenageou-o denominando a sala, o anfiteatro do Conselho Nacional de Saúde como Omilton Visconde. Quero dizer também que a presença do Sr. Omilton Visconde no Conselho Nacional de Saúde foi de extrema relevância pra criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pra atual Lei de Medicamentos Genéricos. O legado que ele nos deixou foram quatro palavras: coragem, perseverança, ética e muito trabalho. Dentro desses conceitos temos balizado a nossa conduta empresarial. Somos uma empresa brasileira que busca ser uma empresa de classe mundial. Apesar das nossas limitações e nossas imperfeições, temos muita fé nas nossas virtudes e nas possibilidades deste País. O empresário brasileiro merece crédito desde que o mereça, pois nossa luta é desigual. Pra isso, não precisamos de benefícios irresponsáveis e que podem acomodar a nossa capacidade inventiva; precisamos de um novo, integrado, responsável apoio com a classe política, com o Legislativo, com o Executivo, com o setor produtivo, no sentido de criar uma indústria nacional

mais forte e mais voltada para o futuro. Essa é a visão da Biosintética, como empresa nacional que o é. Eu vou pra primeira apresentação, o primeiro... A Biosintética foi fundada em 1984, como eu já disse. O nosso **slogan** é "Cuidados pela vida", e nós estamos desenvolvendo uma atividade empresarial muito dinâmica na Biosintética desde a nossa fundação. Em 1998 nós adquirimos uma empresa em Ribeirão Preto chamada Glicolabor, que era uma empresa de soluções parenterais, soros, produtora de soros, e onde fundamentalmente nós alocamos todas as nossas... os nossos recursos pra entrada no mercado de medicamentos genéricos, já que, desde 97, eu não tenho notícia de uma empresa farmacêutica que tenha se manifestado tão antecipadamente com relação à introdução de produtos genéricos no Brasil, até porque medicamentos genéricos fazem parte do mercado mundial e o Brasil não poderia estar fora dessa legislação. Então a Glicolabor foi adquirida em 98, e felizmente os primeiros frutos da Glicolabor... A próxima. Antes de chegar no genérico eu gostaria de enfatizar a nossa missão: oferecer à sociedade melhores produtos e serviços que possam auxiliar as instituições, os médicos, os cuidadores e os pacientes na prevenção e no tratamento das doenças, em benefício da saúde pública e do bem-estar humano. Essa é a missão do grupo Biosintética. E, voltando ao assunto genérico, nós temos a felicidade de termos lançado dois medicamentos genéricos. Primeiro o Maleato de Enalapril, produto de uso crônico indicado na doença de hipertensão arterial, um genérico de extrema relevância epidemiológica, porque nós estamos falando de doença de uso crônico. E recentemente... O Maleato de Enalapril foi colocado no mercado na virada do mês de fevereiro para março, e, agora na virada do mês de março para abril, nós estamos colocando outro anti-hipertensivo no mercado, na área de medicamentos genéricos, o Besilato de Anlodipino, da Glicolabor também. Esse é o nosso compromisso com o mercado de genéricos. Nós temos mais seis pedidos de medicamentos genéricos na área de medicamentos de uso crônico, porque nós imaginamos que o genérico não vai salvar a assistência farmacêutica do Brasil, não vai salvar a empresa nacional, mas é um importante atributo social, um importante elemento para que o acesso a medicamentos possa ser melhorado neste País. O próximo, por favor. Essa operação da Biosintética... Nós somos uma empresa muito focada em segmentos altamente qualificados: 41% dos nossos recursos advêm da área cardiovascular, da área de hipertensão arterial, de cardioterapia; 40% uma divisão nova que a gente tem muito orgulho de ter introduzido no Brasil em parceria com o grupo argentino

Cidrus(?), que é a divisão de oncologia e produtos de biotecnologia; a área de sistema nervoso central representa 13% dos nossos negócios; e 6% vêm de outras áreas de atuação, onde nós estamos iniciando atividade. Eu tenho certeza que a Biosintética deve ser a pioneira no desenvolvimento de patentes farmacêuticas no Brasil, porque nós acreditamos que a indústria nacional deve, tem um compromisso com este País de estimular a pesquisa e de buscar suas própria patentes. Eu acho que nós reclamamos muito, e a lei tá aí. Então nós temos que agir, nós temos que ser pró-ativos. E esse é um esforço muito grande que nós fazemos no sentido de buscar essa abordagem. Nós temos cinco patentes depositadas hoje no Brasil. Ali vocês têm o nome da patente, a indicação terapêutica e as universidades envolvidas, já que nós temos consórcios com universidades espalhadas pelo Brasil, algumas fora do Brasil, no sentido de desenvolver produtos e patentes farmacêuticas. A que nós temos mais orgulho hoje, porque já se transformou num registro de produto novo — acabamos de receber o registro da CONATEN(?), é uma patente que nós solicitamos —, é a associação de dois anti-hipertensivos, onde nós fizemos testes clínicos no Hospital do Coração, no Instituto Laranjeiras e na UNICAMP, com 400 pacientes. Nós conseguimos desenvolver um anti-hipertensivo de altíssima qualidade, de altíssimo efeito terapêutico, que vai se chamar Sinergen. Os outros projetos são projetos de mais longo prazo, com destaque para os extratos de hidroalcoólicos, o Nó de Cachorro, uma planta que é um projeto multiuniversidades — Federal de São Paulo, Federal de Mato Grosso, Estadual de Maringá, Estadual do Rio de Janeiro —, e outros projetos onde nós estamos envolvidos recentemente. É o nome popular da... Se você quiser voltar... O senhor tem interesse em saber? O Nó de Cachorro é o Extrato Hidroalcoólico de *Heteropteris Aphrodisiaca*, uma planta do cerrado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. já está entrando nos 5 minutos finais, tá bom?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá, obrigado.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Esses são investimentos que nós temos feito nessas patentes. Nós investimentos, até 99, de 1 milhão de reais, e terminando as patentes nós temos 7 milhões de reais de investimento. É muito pruma empresa como a Biosintética. Nós estamos fazendo isso com recursos próprios, um peque... diminuto apoio da FINEP, que é o único órgão de fomento à

pesquisa no Brasil e extremamente complexo pra se obter os financiamentos, mas esse é um esforço que nós consideramos fundamental pra empresa nacional realmente ocupar um espaço diferenciado no mercado farmacêutico brasileiro. O próximo, por favor. Além disso, a Biosintética tem uma característica muito interessante, que foi a primeira empresa no Brasil, brasileira, a desenvolver estudos de bioequivalência e biodisponibilidade para os seus produtos similares. Esses dois grandes palavrões que viraram palavras comuns agora até para os leigos são normais para a Biosintética desde 1993, porque nós, muito mais de que leis exigindo, nós sabíamos muito bem que a qualidade dos nossos produtos tinha que ser demonstrada objetivamente à comunidade. E foi através dos estudos de bioequivalência, onde nós já investimos 1 milhão de reais, que nós conseguimos elevar o padrão da qualidade dos produtos Biosintética de uma forma objetiva e a ser demonstrada. Todos os produtos da Biosintética, os mais importantes, estão cobertos por estudos de bioequivalência que nós começamos em 1993, portanto muito antes das atuais legislações que regulam essa questão. Próximo. Além disso, nós estamos ... fazemos estudos clínicos, que são estudos que provam eficácia terapêutica de determinados produtos. Até o ano 2000 nós devemos investir 5 milhões de reais em estudos clínicos envolvendo os mais diversos produtos da Biosintética, sempre em consórcio com as universidades brasileiras e com os pesquisadores brasileiros. Nessa área específica, a grande notícia que nós temos pra trabalhar no futuro, e eu espero a contribuição desta CPI, porque nós temos um... assinamos ontem um contrato de formação de uma nova companhia com um grupo argentino, num campo absolutamente inovador, que é o campo da biotecnologia... Nós temos uma parceria já há seis anos com o Grupo Cidrus(?) e nós ontem já assinamos, em Ribeirão Preto, os contratos de formação da Biolatina, que seria a primeira planta multifacetada de produtos de engenharia genética a ser introduzida no Brasil, e, sem dúvida alguma, nós vamos precisar de um apoio muito forte do BNDES pra esse projeto, sem o qual nós não temos a menor condição de levar esse projeto, que é um projeto de ponta, de tecnologia avançadíssima e de grande relevância pro Brasil, porque substitui importações e facilita... e cria no Brasil a possibilidade de se exportar produtos pra todo o MERCOSUL. O próximo, por favor. Esses foram os investimentos que nós fizemos na nossa fábrica, desde 1994, em termos de adequação nos processos de qualidade. O ISO-9002 foi obtido no ano passado, se bem que nós não podemos confundir ISO-9000 com qualidade de

produto. ISO-9000 qualifica processos e não produtos. As bioequivalências, sim, qualificam produtos. O próximo, por favor. E esse é um pequeno balanço social. Nós temos 775 empregados na companhia. O nosso salário médio são 1.995 reais. Alto porque o mercado onde nós competimos exige. Se nós não tivermos um nível de competitividade suficiente nós perdemos os nossos profissionais. Nós temos todos os planos de assistências possíveis e imagináveis em termos de benefícios aos nossos funcionários e... O próximo, por favor. Participamos de alguns projetos muito interessantes da região Taboão da Serra, onde nós distribuímos cinquenta sopas todos os dias pra comunidade carente da região, projeto que a FIESP começou e que nós somos os pioneiros na região de Taboão da Serra, além de contribuição com várias entidades e várias associações beneficentes. O último. Eu vou ter a pretensão de falar qual é o futuro da indústria nacional farmacêutica neste País. É uma pretensão que eu tenho, espero que vocês entendam que essa é uma visão específica do nosso grupo. Nós estamos vivendo um período de extrema complexidade dentro do setor. O setor nacional corre o risco de ficar marginalizado nesse mercado, por mais que se façam esforços contrários, porque nós não podemos imaginar que o setor nacional vai ser um setor que vai vender só produtos baratos. Ele vai também vender produtos baratos, mas, se ele não tiver tecnologia, se ele não tiver conhecimento, ele tá liquidado. Essa é a grande realidade. Hoje, o melhor negócio pra uma empresa como a nossa, do ponto de vista capitalista, é vender a companhia. É mais fácil do que lidar com todas essas variáveis. É muito complicado, é muito complexo, e no futuro é ainda mais complexo. Então, o **status quo** é risco e desvalorização, e você acaba partindo pra duas opções: ou você vende a companhia, ou você vende parcialmente a companhia, ou você faz um investimento, que é o que nós queremos fazer. Aquisições no Brasil, lançamentos de produtos, licenças e exploração do MERCOSUL. Essa é a nossa visão, e eu agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Omilton, e parabéns. Dou desde logo a palavra ao Dr. Jorge Romaneiro, Diretor-Presidente do Laboratório Janssen-Cilag Farmacêutica. Cinco minutos.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente, o Sr. Relator, todos os Deputados e outros presentes a esta sessão. A Janssen-Cilag opera no mundo inteiro, basicamente. É uma empresa comprometida com a pesquisa e com produtos de alta qualidade. O *(ininteligível)* da nossa empresa é

muito voltado para a qualidade dos produtos que ela produz ou que ela licencia. A nossa empresa no Brasil emprega em torno de 800 funcionários. Temos investido pra ser uma empresa de exportação dentro do MERCOSUL, e vamos começar as nossas exportações no segundo semestre deste ano, mas não só dentro do MERCOSUL. Vamos começar também a exportar pra outros países dentro da América do Sul. Assumi essa Presidência em janeiro deste ano, depois da tragédia que se abateu em nossa companhia. Estamos fazendo um esforço pra que a nossa companhia continue crescendo e continue apoiando as iniciativas que o Governo tá tendo, que na nossa opinião são saudáveis. A Lei de Patentes, o genérico e outras medidas que eu acredito que o Governo vá tomar, ela tem um único benefício: é melhorar esse mercado farmacêutico existente hoje. E, quando você trabalha num mercado que você tende a melhorar, tende a ter um alto grau de competitividade com a honestidade, e por sermos nós uma empresa muito ética, comprometida, não só os nossos funcionários, mas todos os nossos consumidores e pacientes que usam os nossos produtos, ela estará fortalecida dentro desse mercado. E é isso que a gente espera desta Comissão. Eu gostaria de agradecer a todos e dizer que é uma honra pra mim estar aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Doutor Jorge Romaneiro, Presidente da Janssen-Cilag. Tem a palavra o Dr. Ernesto Neumann, Diretor da área farmacêutica do laboratório Merck S.A. Indústrias Químicas.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Relator, Exmos. Deputados, a Merck é um dos laboratórios mais antigos do mundo, tem mais de 330 anos de existência. É um laboratório de tamanho médio no mundo, com vendas de ao redor de 5 bilhões de dólares, das quais se realizam em três áreas diferentes: a farmacêutica, a laboratorial e a de especialidades químicas. Sete por cento dessas vendas se realizam na América Latina e 2% no Brasil. No ano passado, de 1999, mundialmente fizemos um investimento de 514 milhões de dólares em pesquisa. Isso implica um incremento de 23% sobre o ano passado. Essa pesquisa está especialmente dirigida a áreas de alta necessidade médica, como a oncologia e doenças cardiovasculares. No mundo, a Merck emprega 33 mil funcionários. No Brasil, a Merck também é antiga. Começou em 1923, faz 77 anos, em Minas Gerais, na cidade de Palmira, hoje Santos Dumont. Dez anos mais tarde, veio para o Rio de Janeiro, onde fica até hoje um dos seus parques industriais.

Desde 1968, estamos presentes no Nordeste com dois parques industriais. Em São Luís do Maranhão, onde produzimos rutina, raminose(?) e quecetina(?), em uma planta certificada por ISO-9002 desde o ano 1997, e cuja produção vai em mais de 90% à exportação. O segundo parque industrial está situado no Piauí, em Parnaíba. Ele produz pilocarpina. A planta também está certificada por ISO-9002 desde o ano 1996, e a sua produção também, em sua maior parte, é exportada. Desde 1989, cultivamos o jaborandi na unidade agroindustrial de Barra do Corda, no interior do Maranhão. Evitamos assim a exploração dos recursos naturais em extinção. Além disso, criamos um importante banco de germoplasma, que assegura a perpetuidade das espécies brasileiras de jaborandi, e uma reserva florestal de mais de 2.000 hectares, também utilizada pelo IBAMA. Nas unidades do Nordeste, são feitos investimentos em pesquisa fitoquímica com a finalidade de desenvolver novos produtos exportáveis e de aumentar e melhorar os processos de extração já utilizados, da ordem de 1 milhão de dólares anuais. As unidades do Nordeste empregam 323 pessoas, ajudando assim a fixação da mão-de-obra na Região. O balanço social da nossa empresa, no ano 1999, pode ser resumido da seguinte forma: os investimentos feitos em 1999 no Brasil foram 10 milhões de reais; o número de empregos diretos foi de 1.393; pagamos 30 milhões de reais em impostos; entre o ano 1994 e 1999 nossa capitalização cresceu em 296%, ao valor de 86 milhões de reais; temos hoje ativos totais de 113 milhões de reais, o que implica um aumento de 158% em relação ao ano 1994; exportamos desde, faz décadas, desde... a área do Nordeste, nossas exportações no ano 1999 foram de 30 milhões de reais, ou 18 milhões de dólares; e nossa posição no mercado farmacêutico é a posição 25, com uma participação no mercado de 1,5%. Fico à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Ernesto Neumann, da Merck S.A. Indústrias Químicas. Concedo desde logo a palavra ao Dr. José Tadeu Alves, Presidente da Merck Sharp & Dohme.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Marco... Nelson Marchezan, Exmo Sr. Relator, Deputado Ney Lopes, senhores... Exmos. Srs. Deputados, meu nome é José Tadeu Alves e eu sou o Presidente da Merck Sharp & Dohme no Brasil desde 1998, nos últimos dois anos. Eu tenho trabalhado nessa companhia nos últimos dezessete anos. Estive oito anos fora, retornando agora em 1998, trabalhando nos Estados Unidos e em outros países da América

Latina. E antes disso estive no Brasil por vários anos. Eu represento no Brasil uma subsidiária de Merck & Company. Merck & Company é uma companhia número um de produtos farmacêuticos nos Estados Unidos e a terceira maior empresa farmacêutica do mundo. Com essas associações mundiais, nós perdemos a hegemonia de primeiro lugar. A Merck & Company está no mundo há mais de cem anos, e pretendemos estar, no mínimo, nos próximos cem anos. Nossa finalidade principal é desenvolver novos produtos, pesquisar e desenvolver novos produtos que possam minimizar e aliviar o sofrimento da população e melhorar a qualidade de vida. É isso que nós buscamos como empresa. E temos sido extremamente "exitosos" neste processo. Nossa empresa desenvolveu uma série de novos medicamentos, nos últimos quarenta ou cinquenta anos, que realmente fizeram uma grande diferença na qualidade de vida e na quantidade de vida dos pacientes. Estamos no Brasil desde a metade da década de 30, portanto há mais... praticamente setenta anos neste País. Na década de 50 construímos a nossa primeira fábrica, no Município de Sousas, em Campinas, e em 1988 nós criamos no Brasil uma segunda companhia, que é uma associação com um laboratório local, com a empresa local número um, que é o grupo Aché, e essa empresa chama-se Prodome. Esta fábrica produz a maioria dos produtos que nós comercializamos e os produtos que a Prodome comercializa. Temos feito um investimento altíssimo neste País nos últimos anos, investimento muito grande na área de equipamentos, na área de produção, na área de fábrica, mas principalmente um investimento muito grande na área de desenvolvimento de novos produtos. Nós temos no Brasil algo em torno de 55 centros de pesquisas ligados à universidade, e, para dar uma dimensão do investimento feito, nos últimos cinco anos nós trouxemos pra este País algo em torno de 60 milhões de dólares nesse processo de desenvolvimento de novos produtos. Somos uma empresa que faturou, no ano passado, algo em torno de 240 milhões de reais. Nós temos hoje algo em torno de 815 funcionários a nível de Brasil e somos basicamente centralizados na área cardiovascular, produtos dicrônicos pra hipertensão e colesterol; na área oftálmicos, especificamente na área de glaucoma, vacinas... Um dado curioso: Merck atualmente é a única empresa do mundo que ainda mantém uma linha de pesquisa na área de vacinas pra AIDS, apesar de todas as desistências ocorridas. Na área de entes infecciosos, temos uma série de antibióticos de uso exclusivo hospitalar e estamos... continuamos desenvolvendo drogas modernas, drogas inovadoras no tratamento da AIDS. E

continuaremos fazendo esse investimento. No ano de 1999, investimos mundialmente 2,1 bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, e essa é a nossa função. É uma empresa que depende basicamente da inovação, depende basicamente do descobrimento de novas drogas, porque nós só comercializamos as drogas que nós descobrimos e drogas que nós desenvolvemos. Eu espero que, com essa... com essa breve apresentação e um pouquinho da minha experiência no mercado farmacêutico brasileiro, eu possa contribuir com essa Comissão para que juntos possamos encontrar melhores caminhos para oferecer maior acesso de medicamento e saúde à população brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. José Tadeu Alves, da Merck Sharp & Dohme. Tem a palavra desde logo o Dr. Mário Grieco, Presidente da Searle do Brasil, Monsanto.

O SR. MÁRIO GRIECO - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Nelson Marchezan, Exmo. Sr. Relator, Deputado Ney Lopes, Exmos. Srs. Deputados, senhoras e senhores, meu nome é Mário Luiz Grieco, eu sou brasileiro, médico, formado aqui no Brasil, com curso de especialização nos Estados Unidos, e realmente gostaria de contar um pouquinho por que que hoje eu sou Presidente da Searle do Brasil, da Monsanto. Quando eu tinha 12 anos, eu resolvi um dia pesquisar e decidi que ia encontrar a cura do câncer. E realmente, depois daquilo, resolvi fazer medicina e me dedicar na parte de pesquisa. Então eu tive a oportunidade de desenvolver pesquisas clínicas na área de câncer, na Universidade de São Paulo. Depois disso eu ganhei uma bolsa da Fundação Rotariana e fui para os Estados Unidos, também desenvolver pesquisas clínicas. Voltei ao Brasil. Infelizmente a dificuldade de se fazer pesquisas clínicas aqui no Brasil eram imensas, e eu decidi então participar de pesquisas clínicas em laboratório. Então comecei a desenvolver pesquisas em laboratórios. E fui também para os Estados Unidos desenvolver pesquisas. Atualmente eu estou como Presidente da Searle Farmacêutica e da Monsanto do Brasil. Eu voltei pro Brasil depois de quinze anos fora. Estou há um ano e meio como Presidente da empresa e tenho a satisfação hoje de estar aqui representando uma companhia que eu tenho muito orgulho de pertencer e à disposição de ajudar em como melhorar a qualidade de vida da população brasileira. A Monsanto, Searle do Brasil, é uma empresa internacional, com 2.300 funcionários atuantes na área farmacêutica e na área de agricultura.

Temos mais de cinquenta anos aqui no Brasil. Pra que os senhores tenham uma idéia, o investimento programado no Brasil é de 800 milhões de dólares entre os anos 2000 e 2003. Então eu estou falando de mais de 1 bilhão de reais, é o investimento e o comprometimento aqui no Brasil. E, vale a pena reforçar, não estamos enviando nenhuma remessa ao exterior; todo o dinheiro é empregado aqui no Brasil, reinvestido aqui no Brasil. Nós investimos 550 milhões na fábrica de matérias-primas em Camaçari, na Bahia; 190 milhões na modernização de complexos industriais e pesquisas clínicas aqui no Brasil; 60 milhões em unidades de pesquisa no triângulo mineiro. Dentro desse investimento de 550 milhões, é em Camaçari. Em Camaçari, a Monsanto do Brasil está construindo sua primeira fábrica de matérias-primas. Serão cinco diferentes unidades de produção. Juntas, elas consumirão investimento de 550 milhões de dólares. Com esta unidade, a subsidiária brasileira inverterá o fluxo de sua balança comercial, deixando de importar 150 milhões em matérias-primas e gerando a mesma quantidade de exportações para a Argentina. Além disso, estima-se que empresas fornecedoras, já instaladas no pólo, poderão vir a investir 100 milhões de dólares adicionais para atender a nova fábrica da Monsanto. Na área farmacêutica, o objetivo e a nossa missão é melhorar a qualidade de vida das pessoas. Essa é a maior e a mais importante missão que nós temos. Dos produtos que nós fabricamos e produzimos aqui no Brasil, temos produtos para cardiologia, ginecologia, dor e inflamação. É lógico que eu sei das dificuldades de desenvolvimento de pesquisas aqui no Brasil pelas universidades. Eu passei por isso. E o empenho da nossa companhia é de investir no País em pesquisas clínicas. No ano passado, somente no ano passado, mais de 10 milhões de reais foram investidos em pesquisas clínicas aqui no Brasil, com a participação de mais de cem diferentes instituições, como, por exemplo, Escola Paulista de Medicina de São Paulo; UNICAMP; clínicas — Hospital de Clínicas de São Paulo; Hospital Universitário Getúlio Vargas de Manaus; Hospital das Clínicas de Fortaleza; Santa Casa de São Paulo, Universidade de São Paulo; Mogi das Cruzes; Universidade de Santos; Estadual do Rio de Janeiro — e eu estou relatando tudo isso para mostrar que não está sendo focalizado somente em algumas áreas —, Hospital Arapiraca de Minas Gerais; Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Sergipe; Hospital das Clínicas de Pernambuco; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Hospital Universitário de Brasília; Hospital Julio Muller, de Cuiabá; Universidade Estadual do Espírito

Santo; São Luís do Maranhão; Hospital Dulce, Salvador; Hospital Santa Catarina, Blumenau; Hospital das Clínicas de Porto Alegre, Hospital de Clínicas de Curitiba e Hospital Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ainda bem. *(Risos.)*

O SR. MÁRIO GRIECO - Entre outros, tá certo? Ações sociais: nós estamos comprometidos em ajudar e estamos envolvidos em ações sociais. Isso faz parte — e eu registro como oportunidade aqui — de poder ajudar a resolver a situação. Entre as ações que nós temos, sociais, nós doamos medicamentos para campanhas sociais do Nordeste, fazemos isso de uma forma regular. Doação de medicamentos para várias instituições sem recursos financeiros, patrocínio da Creche Gotas da Flor com Amor; Associação dos Amigos de Escola. Nós patrocinamos uma escola em São José dos Campos, que é totalmente patrocinada pela Monsanto. Existe um fundo especial para ajudar, sempre que houver necessidade. E, com muita honra, participamos do projeto de vacinação à população de Camaçari, na Bahia. Senhoras e senhores, uma outra, um fator extremamente importante é que recentemente foi lançado aqui no Brasil um medicamento chamado Celebra, que foi lançado quase que concomitantemente a nível mundial, e é um produto novo. Celebra é um medicamento para tratamento de doenças de artrite, e que no mundo inteiro este produto tem sido um êxito total. Para se ter uma idéia, nos Estados Unidos, no primeiro ano foram vendidos mais de 2 bilhões de dólares desse produto. E por quê? É um antiinflamatório que ajuda as pessoas idosas a recuperar as articulações; ajuda as pessoas idosas a poderem tomar antiinflamatórios sem as conseqüências nefastas dos antiinflamatórios comuns, como úlceras e doenças pépticas, que impedem os pacientes de tomar esse remédio. Uma outra coisa importante, uma outra coisa importante: esse produto, agora recentemente, foi lançado aqui no Brasil, e — pasmem, senhores — o preço mais baixo em todo o mundo do Celebra é aqui no Brasil, porque houve uma consciência e um posicionamento da companhia que não é justo para aqueles que não conseguem comprar um medicamento não ter acesso a esse medicamento. Então, hoje o Brasil se encontra igualmente, como todos os outros países de Primeiro Mundo, no nível de poder oferecer esse tipo de medicamento para a população. E genéricos? É com muito orgulho de dizer que a Searle do Brasil foi o primeiro laboratório internacional a solicitar autorização para a produção dos Genéricos. E eu tenho aqui um parecer técnico de aprovação dos seguintes

produtos: Fusosemida, Fenoterol, Fenitoína Sódica, Metoclopramida, Ranitidina e Verapamil. Então, nós somos o primeiro multinacional a aprovar e a solicitar seis produtos e queremos ajudar na parte dos genéricos. Este projeto iniciou-se em 1988, temos interesse de expandir e aumentar na área dos genéricos. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu dou a palavra a... O Presidente vai fazer um comentário. Eu dou a palavra a V.Exa. imediatamente. Um minutinho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só queria... Ele disse que o remédio que ele lançou é mais barato que nos outros países. Se ele pode dar os dados, ele falou que é mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. vai ter oportunidade de perguntar. Entendeu? Pode responder.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. MÁRIO GRIECO - Nos Estados Unidos, o preço desse medicamento, hoje, é por volta de 24 dólares — para que se tenha uma idéia. Na Argentina, é 21 dólares, aproximadamente. E aqui no Brasil é por volta de 10,31 dólares. Esse é um tratamento — é lógico que depende da dose —, mas eu posso apresentar os dados por dose, detalhadamente, mais tarde, Deputado Arnaldo. Então, no Brasil é o mais baixo de todos os países no mundo onde esse produto foi lançado. E eu posso provar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Eu espero que o exemplo seu seja imitado por outros laboratórios internacionais. Eu queria pedir aos expositores que entregassem à secretaria a cópia dessas tabelas que foram exibidas, o que facilitaria, sem dúvida nenhuma, o trabalho da secretaria para distribuir aos Srs. Deputados. Desde logo, passamos à fase das inquirições, e tem a palavra o nobre Relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de inquirir, eu gostaria de fazer uma observação em respeito ao trabalho sério da unanimidade desta CPI. E a observação se apóia num trabalho igualmente sério da nossa assessoria. Nós recebemos aqui, num esforço sobre-humano dos auditores que estão trabalhando, farto material de cruzamento de todos os dados sigilosos que estão nessa secretaria. E eu digo isso porque li na imprensa hoje

dúvidas, que é um tiro no pé na CPI — e não é a imprensa que levanta, infelizmente, recebeu a informação de alguém —, de que a CPI não tem o que perguntar, porque não está pesquisando os elementos do (*ininteligível*). Está, sim. Nós temos um trabalho sério, de várias páginas aqui, com gráficos, feito por um grupo de mais de vinte assessores, que estão nos orientando. Foi distribuído a cada Deputado e, além do mais, é preciso ter em mente também que esta CPI, que já vem trabalhando há quase seis meses, ela não tem só o foco da quebra do sigilo bancário e fiscal. Ela tem um espectro muito maior. Nós estamos examinando aqui preço de medicamento não só na indústria, mas na distribuição e no varejo. Estamos examinando distribuição de preços de materiais hospitalares, falsificação, roubo, genéricos, procedimentos administrativos em curso na SDE, na SEAE, na Polícia Federal, legislação vigente, necessidade de modificações futuras, para que a opinião pública e, com a imprensa na sua honestidade de informar o público, fique científica que, se há uma facção nesta CPI que procura dar a versão de que não se está trabalhando e que não pergunta porque não tem dados, isso não é verdade. O trabalho está sendo feito dentro da medida do possível, porque até a quebra de sigilo nós requeremos uma amostragem de 21 — não podíamos quebrar os quatrocentos laboratórios do Brasil. A alfândega, quando opera na fiscalização na chegada dos aeroportos, é por amostragem. Tudo é amostragem. A amostragem é uma coisa científica, determinada pela pesquisa social. Como é que aqui nós vamos relevar isso? Para criar um clima de que não se pergunta, não se faz, porque não se tem elementos? Tem, em respeito até ao esforço do Sr. Presidente, que coordenou pessoalmente esta Comissão, que tá trabalhando até meia-noite, uma hora da manhã, não só nesse aspecto, mas em outros também, de auditoria e de ajuda aos Deputados que, ao invés de ficarem sentados esperando que as coisas caiam do céu, devem ir à assessoria lá e ajudar os nossos auditores a aprofundarem nas pesquisas, porque nós estamos, naturalmente, querendo formar um diagnóstico do problema de medicamentos no Brasil e dessas variáveis. Nós não somos um órgão permanente e temos que dar uma satisfação ao povo brasileiro, que nasça do trabalho possível que estamos fazendo e não de dúvidas permanentes de que não estamos levando a sério o nosso trabalho. Tamos, e nesse ponto são todos. Sem nenhuma exceção, inclusive nessa colocação que eu quero deixar muito claro, Sr. Presidente, para a inclusão em ata dos nossos trabalhos, pra que sirva de elementos até para discussões futuras. Desculpe a

ênfase, mas esta ênfase é em razão dos registros que eu vi hoje na imprensa, criando uma profunda dúvida até de irresponsabilidade dos membros desta CPI, como se estivesse trabalhando aqui por ouvir dizer, o que não é verdade. Sr. Presidente, eu deixo de perguntar, reservando aos colegas que esmiúcem mais, se desejarem, o problema da reunião de São Paulo, pra não perder tempo. Pra mim, eu já tenho todas as informações necessárias sobre esse episódio de São Paulo e não vou perder mais tempo com isso, até porque nós temos, a Polícia Federal tem, a SDE tem, nunca vi um fato tão investigado. Então, eu tenho minha convicção, com os meus assessores, vou relevar isso sem prejuízo de que os colegas falem, caso necessário. Eu vou fazer perguntas dentro do tempo que me for reservado, tudo com base na auditoria, nos cruzamentos — e não são três laboratórios não, dos 21 laboratórios —, cruzamentos feitos dentro do esforço do trabalho dos auditores, de posse da relatoria de todos os Deputados. V.Exa. quer algum aparte, Deputado Geraldo? Pegou o microfone. Bem... Então, eu faço uma pergunta...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Quero sim, quero um aparte sim.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Com prazer.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu gostaria também de ter um aparte.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Com prazer.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Quero um aparte até pra dizer que não fui eu quem fez as declarações as quais V.Exa...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não, eu não disse que foi V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, mas eu quero dizer que não foi. Mas quero dizer que concordo, em parte, com as afirmações, o que é pior. Não fui eu que fiz à imprensa, mas quero fazer aqui publicamente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Em parte.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Em parte, claro.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Quer uma ressalva.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Primeiro, porque é o seguinte: eu não posso deixar de reconhecer a responsabilidade, a dedicação e o compromisso que V.Exa., o Presidente e todos os integrantes desta Comissão têm dedicado a esse assunto. Então... e tenho que reconhecer que, mesmo tardiamente — só ontem nós ficamos sabendo que estavam chegando dois Procuradores, há pouco mais de trinta dias nós ficamos sabendo que estavam vindo outros técnicos de

outras áreas —, é que nós estamos tendo estas informações. E quero dizer a V.Exa. que eu recebi aqui hoje informação de apenas dois dos sete laboratórios que estão aqui e que, portanto, eu vou fazer perguntas, inclusive baseado nessas informações que recebi da assessoria. E que, para a situação de ontem, não recebi nenhuma informação da assessoria. E tenho conhecimento que a assessoria têm trabalhado. Até por ser um trabalho de informações sigilosas, essas informações não têm chegado aos nossos gabinetes. Podem até estar à disposição dos Deputados na assessoria. Mas, Sr. Relator, V.Exa. há de convir, ontem eu tinha simultaneamente com a CPI cinco outras atividades, hoje eu tenho três outras além do Plenário, além de todas as atividades. Esse ritmo alucinante, frenético, de audiências a que fomos impostos, nos impossibilita de ter atividade de análise de dados. Reafirmo isso para que todos ouçam e que inclusive não sirva, nem à minha nem à cabeça de ninguém, qualquer carapuça. Reafirmo com todas as letras: Em se mantendo esse ritmo frenético, esquizofrênico, de audiências, ter sete depoentes em dois dias seguidos, não há cristão, ou ateu, ou outro que professe qualquer outra fé que tenha condições de se preparar para fazer as perguntas que deveriam ser feitas neste... e em tão exíguo tempo nos que é permitido fazer.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu fico muito gratificado que V.Exa., dizendo para o País, pelo menos através da **TV Câmara**, dando esse depoimento, demonstra que aqui se trabalha muito. Realmente eu concordo, e se trabalha muito. Agora, não temos outra alternativa. Todo período que temos aqui, somos... temos duas, três tarefas ao mesmo tempo e nós temos que nos desdobrar. E é bom que a opinião pública tenha esse depoimento do Deputado Geraldo Magela pra saber como o Parlamentar é obrigado a tocar vários instrumentos. E eu quero só observar que os dados que eu tenho em mão, todos eles, têm todo... cruzamento de todos os laboratórios com sigilo, de todos. Se não chegarem as cópias às mãos de V.Exa., que peça, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço um esclarecimento, se me permite, de duas coisas. Primeiro, eu acho que a confissão do Deputado Geraldo Magela revela realmente que ele esteve um pouco ontem, participou dos debates e depois teve que se retirar quando foram distribuídos esses dados. Mas eu peço à assessoria que faça chegar a S.Exa. Segundo, eu estou profundamente constrangido pelo Regimento Interno. É... eu não tenho prazos mais para protelar os depoimentos, eu tenho que fazer os depoimentos sem detrimento

do trabalho. Agora, o Deputado que tá nessa CPI tá instado a sacrificar alguma coisa, porque todos nós — eu tô sacrificando a Comissão de Justiça, tô sacrificando a Comissão de Educação, tô sacrificando as reuniões da minha bancada pra poder estar aqui. Ou nós nos concentramos num período curto, ou então temos que transformar — como pediu o Presidente da ALANAC — esta CPI numa permanente. Mas eu acho que nós temos que concluir esse trabalho com alguma pressa sob pena de nós sermos... sermos superados. Eu queria dizer isso pra Comissão. Nós estamos aflorando aqui assuntos tão atuais, tão fortes, que se a Comissão não produzir seu trabalho, ela vai ser superada, porque graças — eu quero dizer isso com muito orgulho —, graças à atuação dessa CPI, Deputado, e mérito de todos nós, ou a soma de todos nós, algumas coisas estão movimentando o Executivo. Se nós demorarmos demais, quer dizer, a Comissão vai apresentar o relatório sugerindo coisas já feitas que estão... que estão em ebulição pelos debates que temos travado aqui. Agora, outra coisa, eu queria fazer um apelo — e não é carapuça pra ninguém —: nós sempre temos o vazo de atirar em cima da CPI. Acho que o trabalho da CPI tem suas deficiências, nós temos a fase de plantar, temos a fase de capinar, de cultivar, de regar, e vamos ter a fase de colher os frutos. Quer dizer, nós temos querendo, em cada reunião, apanhar coisas maduras, frutas maduras, e quando elas não aparecem a gente dá uma porretada, faz uma crítica à CPI. Olha, isso...isso vai denegrir a imagem da CPI, sem que haja razão pra isso. Eu queria era exatamente também fazer uma apelo aos Deputados, que tragam as críticas do desempenho desta Presidência da falta de providência. Eu não consegui montar essa estrutura de assessoria antes porque eu não tinha os dados, os dados estão chegando. V.Exa. sabe que os dados chegaram nos últimos quinze dias. Então, eu fui montando essa assessoria dimensionando de acordo, porque não me adiantava pedir à alguém que trabalhasse, que examinasse um aspecto se aquele aspecto não era necessário. Eu fui requisitando (*ininteligível*). Então, eu acho que hoje, graças a Deus, nós temos uma boa assessoria e podemos, eu acho, aprofundar mais. De qualquer forma, eu não tô isento de erros, e tô disposto a trabalhar, mas acho que o trabalho da CPI é positivo e nós vamos examinar o requerimento de prorrogação. Todavia, eu tô trabalhando como se nós fôssemos encerrar os trabalhos no dia 15 de maio. Eu tô trabalhando nesse sentido. Oportunamente, a Comissão pode examinar outra alternativa. Tem a palavra o Relator. Desculpe se a gente...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Parece que o Deputado Arlindo Chinaglia parece que há uma observação e eu não queria...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu agradeço a...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pediria que fosse rápido, por favor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu agradeço a possibilidade, mas eu queria registrar que, de fato, a equipe finalmente montada, de algum tempo pra cá, ela tem alta qualidade e ontem fizemos questão de ressaltar no que fomos aparteados pelo Sr. Relator. Então, essa é uma questão que não está em discussão na CPI.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, eu pediria que V.Exa... o restante deixasse pra sua intervenção...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas veja, eu gostaria, talvez...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...porque é um assunto que V.Exa. concorda com isso, deixa a matéria pra depois.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não é isso, veja... o senhor me dá um aparte, porque...é que eu quero... V.Exa. é um homem experiente e sabe que eu não me inscreveria apenas pra isso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu faço um apelo. Se V.Exa. concorda que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... minutos...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Se V.Exa. concorda (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas eu não concordo com V.Exa. Eu falei que não pode-se usar da assessoria.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não é comigo, é com a assessoria.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas não pode usar a assessoria pra tentar passar por cima de divergências reais que temos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Embora o PT tenha concordado com o PFL ontem à noite.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro, veja... Não, o PFL concordou com o PT ao passar a defender um salário mínimo maior. Nem todo PFL, é verdade. Bem, mas vamos lá, o que eu quero registrar, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por favor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...é que ontem, apesar de todos os esforços, e nós registramos publicamente que, naquele momento em que alguns Deputados começavam a fazer perguntas, os que chegaram primeiro e ficaram até o fim, inclusive, não tinha ainda toda a sistematização. Isso não é culpa de assessoria. No primeiro dia, se V.Exa. pegar as fitas gravadas, vai ver que alguém defendeu que se montasse uma comissão a partir do primeiro dia. Portanto, eu acho que a quebra do sigilo ocorreu num tempo posterior, é por isso que o trabalho da assessoria tá atropelado e também a comissão não foi completada. Ontem é que chegaram dois procuradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agora, eu devo esclarecer, Deputado Arlindo... Não... não, perdoa... Não houve demora na quebra de sigilo, senão providências para que se fizessem regimental. As primeiras propostas não tinham nenhum amparo pra nós como proceder lá, tinha apenas a proposta sem justificativa...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O que decidiu, Presidente, me permita, foi a vinda aqui do Secretário Everardo Maciel, V.Exa. sabe disso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu pediria ao Deputado Arlindo que pudesse fazer...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mudou o comportamento da maioria governista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que V.Exa. leva prum aspecto, entendeu, nobre Deputado... V.Exa. tem o vezo, ultimamente, de tudo é Governo e Oposição. Eu estou aqui tratando, independente desse assunto...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, Presidente, são os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...e os fatos demonstram que os depoentes estão aqui, e como ontem os depoentes estavam aqui e ficaram muitas perguntas a serem feitas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É verdade. Cumprimentei V.Exa., inclusive, pelas perguntas que fez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado por isso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O que eu quero dizer é que, na quebra do sigilo — não generalize —, na quebra do sigilo, V.Exa. sabe que havia uma divisão Governo e Oposição, não que eu defendesse, mas ela existia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - De minha parte, o que havia é que nós devíamos fazer uma quebra responsável, nobre Deputado. De minha parte era isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - De minha parte também, Presidente. De minha parte também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quer dizer, nós precisamos justificar, nós não podíamos quebrar um direito constitucional sem uma justificativa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro, claro. Veja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E nos requerimentos não havia nenhuma, Deputado, V.Exa. reconhece.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, veja... mas havia elementos... aí o senhor tá levando para o aspecto da interpretação, que tínhamos divergência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Jurídica, mas era...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Por isso que eu estou dizendo que o Secretário Everardo chegou, não mudamos o requerimento, e ele foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não foi isso, nobre Deputado. Isso não é uma verdade, isso não é uma verdade. Isso é opinião.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Também não é mentira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agora, se isto é verdade, V.Exa. há de ver que, então, a Oposição se serviu do Governo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, servir de quadros e informações corretas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu perguntaria aos representantes, pergunto aos representantes da Merck e da Astra, aqui presentes, o seguinte: nós colhemos aqui que a margem das distribuidoras, de acordo com a Portaria 37, é em torno de... a remuneração é em torno de um desconto dado, um desconto chamado

incondicional, de 16% a 18%. Mas ocorre que nós verificamos, por informações aqui, algumas sigilosas, outras não, que temos em mão, que nos balanços, nos indicativos contábeis de certos laboratórios, esses descontos constam muito abaixo, às vezes desconto de 1%, de 2%. Nesta hipótese, como a Merck — não é a Sharp & Dohme, é a Merck — explica e a Astra explica que, no lançamento contábil, o desconto incondicional seja menor do que aquele que é praticado quando o medicamento é repassado para os distribuidores.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Exmo. Deputado Relator, eu vou responder em nome da Merck. O nosso balanço, que são os dados apresentados, é um balanço consolidado de várias divisões da Merck, que incluem também a área farma. As outras áreas da Merck, que não trabalham com o mesmo esquema de distribuição, fazem com que, no balanço consolidado, o número seja menor. Na área farma, nossos descontos se subdividem basicamente nos produtos da... de receita médica, que são ao redor de 16%, que são alguns pontos a mais, entre três e quatro pontos a mais, na área de produtos de venda livre, como os OTC(?).

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, esse desconto contábil não corresponde ao desconto efetivo das distribuidores. É um balanço consolidado.

O SR. ERNESTO NEUMANN - O desconto contábil corresponde, sim, ao balanço efetivo, mas não representa só a divisão farma.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sim. Por favor.

O SR. CARLOS FELIPPE - No caso da AstraZeneca, logicamente aqui eu tenho meus concorrentes ao meu lado, e eu não posso entrar em detalhes da política comercial da empresa, em detalhes. Mas, o que eu poderia dizer para o senhor? Os nossos descontos giram em torno dessa porcentagem que o senhor mencionou. No caso do mercado hospitalar, é um pouco mais alto, e nas licitações é um pouco mais alto, uma vez que nós não nos incorremos nos custos de distribuição. Portanto, não existe simetria entre a prática comercial da empresa e a informação que o senhor está me trazendo. Eu teria o máximo prazer de, sob sigilo, obter o seu dado e enviar por escrito os dados da nossa companhia.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, V.Exa. acaba de dizer ou de confirmar também um dado que não é sigiloso, foi discutido aqui, que os preços de venda aos hospitais nas licitações são bem inferiores, quer dizer, os descontos são maiores. Por quê?

O SR. CARLOS FELIPPE - Os descontos oferecidos ao canal hospitalar, eles são maiores em função do volume da operação e em função de menores custos da logística de distribuição. Há uma relação direta da empresa com o cliente final. No caso dos distribuidores, a empresa remunera, através dos seus descontos, um trabalho que a logística de distribuição tem. E, depois, nós temos o canal farmácia lá no final. E nós temos os custos de gerar o receituário do nosso produto, através da nossa relação com os médicos. Então, as somatórias dos custos promocionais do contato com os médicos, para gerar o receituário, mais a margem de desconto que nós oferecemos ao canal de distribuição perfazem o total do custo. No caso do canal hospitalar, nós não temos que incorrer em custos relativos à divulgação do nosso representante; portanto, fazemos um desconto direto, para uma operação maior, e é uma venda... é uma relação direta da empresa com o próprio cliente final, e não o intermediário.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eliminando etapas da comercialização, isso que o senhor quer dizer.

O SR. CARLOS FELIPPE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Quando elimina, tem condições de dar um desconto maior?

O SR. CARLOS FELIPPE - Dar um desconto maior, porque os custos, neste caso, são menores. No outro caso, do distribuidor, o desconto — ele, relativo — é menor. No entanto, os custos da empresa para divulgação científica dos seus novos lançamentos estão em outro lado da matriz de custo da empresa, que é o nosso trabalho com ensaios, com divulgação científica junto aos eventos médicos, aos simpósios. É aí que a nossa matriz de custos se realiza.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Dr. Jorge Romaneiro, Diretor-Presidente da Janssen, nós temos aqui, Dr. Jorge, planilhas, temos informações do Ministério da Fazenda, do Ministério da Saúde, temos denúncias que chegam por **e-mail**, por carta, etc., sobre preços de medicamentos, que é o objeto maior da nossa investigação. E eu queria concentrar aqui, pedir a V.Sa. uma explicação de dois produtos que são fabricados pela Janssen-Cilag: Stugeron Cinarizina e Tylenol 750 mg. Nós verificamos aqui, no exame das informações, que não são oficiais — e por isso eu estou perguntando a V.Sa. —, nós verificamos aqui algumas coisas, alguns números muito alarmantes. Por exemplo, no caso do Stugeron, o aumento do custo de amostra grátis no período de 94 a 99 foi de 707,7%. Aumentou 700%. Enquanto

na mesma empresa o aumento de amostra grátis para Tylenol diminuiu em 48,1%, no mesmo laboratório, diminuiu nos custos. Então, eu pediria uma explicação de V.Sa. sobre tamanha discrepância.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Obrigado, Sr. Relator. Primeira coisa, eu gostaria de falar que esses dados são confidenciais da companhia e eu não gostaria que isso fosse tratado publicamente nesse recinto. Acho que é um direito que a nossa empresa tem. Porém, vou responder à sua pergunta. O Stugeron, em 94...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu queria observar que esses dados que eu tô dizendo não são de nenhuma informação da companhia, que não me consta nem que tem informado sobre isso. São dados que nós temos do Governo...

O SR. JORGE ROMANEIRO - São dados que nós...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...como eu disse, dados gerais.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, senhor. Foram dados enviados na planilha de custos solicitados por essa CPI.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, se foi, é uma coincidência que a assessoria teve.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Eu solicito ao senhor que não divulgue essas informações. Obrigado. É, mas eu vou explicar o que aconteceu. Em 94, nós não estávamos... paramos de promover o Stugeron. Quando você pára de promover um produto, não visita a classe médica, você reduz as suas amostra grátis. E nós estávamos, naquele momento, empenhado muito mais na promoção do Tylenol, e basicamente estávamos crescendo e puxando ele dentro do próprio mercado. É... em 1999, a situação mudou. A nossa promoção de Tylenol, ela caiu dentro da nossa grade, foi para o quarto lugar. Stugeron, nós intensificamos a promoção. E quando você intensifica a promoção junto à classe médica, você tem que trazer amostras, para que eles conheçam o produto, façam a distribuição do produto, principalmente para aqueles que precisam e são mais carentes. Obrigado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu gostaria de... de dizer a V.Sa. que eu não aceito a advertência feita, porque, como Parlamentar, nós estamos limitados, evidentemente, por dados sigilosos, mas não estamos limitados na manifestação da nossa opinião sobre qualquer tema que diga respeito a um debate no Congresso Nacional. Se eu tivesse aqui recolhido um documento oficial de V.Sa., um Imposto de Renda, uma planilha enviada oficialmente, e pedisse explicação, eu estaria,

evidentemente, adiantando um dado sigiloso. Eu pedi uma explicação sobre um fato público e notório. E foi confirmado por V.Sa., V.Sa. mesmo explicou. Então, eu tô aqui no exercício de um direito constitucional, como Parlamentar, que tenho a garantia da manifestação de opinião, de idéias e de análises. Eu não posso é estabelecer, numa investigação econômica, confrontos de informações de dados que possam prejudicar a concorrência entre os senhores. Aí eu não posso. Mas num caso localizado, em que eu tenho informações gerais... quem confirmou que elas eram oficiais foi o senhor. E mesmo assim fez... deu a explicação que fica nos Anais. Portanto, eu faço essa ressalva, porque eu tenho, até por formação jurídica, muito cuidado nesses casos, muito cuidado. No começo, inclusive, registrei aqui essa minha preocupação. Agora, se for ter uma análise dessa... desse sigilo num sentido absoluto, a gente aqui praticamente não podia fazer pergunta nenhuma. Nós podemos fazer perguntas gerais, com informações gerais, que são confirmadas ou não. Eu podia dizer: Aumentou 1.000%. Foi 1.000%? O senhor é que caberia dizer se foi mil, se foi cem, se foi duzentos. Agora, não há, portanto, manuseio de informação. Bem, com essa observação, eu gostaria de...

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Pela ordem, Sr. Presidente, Sr. Relator. Sr. Presidente, agora uma pergunta... Sr. Presidente, endereçada ao nosso Relator: não poderíamos nós, no caso, os Deputados, através de requerimentos, pedir essas informações?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Claro que pode.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Então...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Inclusive já fizeram isso.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Já foi feito? Então, tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, eu gostaria de indagar ao Dr. Representante da Bio... primeiro, manifestando a minha alegria em vê-lo na Biosintética, em ver o seu depoimento sobre patentes. Eu sou um intransigente defensor de patentes, por isso tenho sofrido algumas críticas, então eu acho... e fico muito satisfeito porque eu sempre usei, na defesa da patente, que brasileiro não precisa ter complexo de inferioridade. E a Biosintética aqui tá justamente confirmando isso, que acredita na patente, que já requereu cinco ou seis patentes e que estimula e que tem que viver num mundo que todo mundo na... na escala

internacional aceita a proteção do invento que... por um período determinado. Nós não podíamos ser no Brasil uma ilha. Então, esse depoimento de um laboratório nacional dá a mim, já que esse assunto algumas vezes foi debatido, uma alegria muito grande. Eu pergunto a V.Sa. o seguinte: V.Sa. disse que tá fazendo uma... uma **joint venture**, né, com uma empresa argentina e num campo também muito promissor, talvez um dos mais promissores desse século, que são estudos biotecnológicos, a partir da sintetização de... do... coração e de pesquisas da nossa flora, da nossa fauna. Recentemente, a revista **Época** denunciou que há um processo de maquiagem de produtos que chegam ao Brasil, via Uruguai, com certificado de origem falso, ou quando nada, fraudulento, e que não passam por processo industrial nenhum no Uruguai, e que isso facilita a entrada sem pagamento de impostos aqui. Já que o senhor opera no MERCOSUL, porque referiu ao MERCOSUL várias vezes, eu pergunto: Como é que o senhor explica esse fenômeno? É verdade isso, ou como está se comportando esse... esse processo denunciado como de maquiagem no mercado farmacológico brasileiro?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Olha, eu... eu desconheço se há maquiagem, porque existem mecanismos regulatórios no MERCOSUL que cuidam desse processo. Existe a soberania argentina, paraguaia, uruguaia e brasileira e as relações... é... que são normatizadas inclusive... é... pelo pacto do MERCOSUL. Então, se há maquiagem de produtos do MERCOSUL... é... eu não tenho esse conhecimento. Eu acho que, se há alguma dúvida, isso deve ser eventualmente investigado. Com relação à nossa experiência com o MERCOSUL, no caso específico do Grupo Cidrus(?), com a Argentina, o que nós fazemos são importações de produtos terminados, que nós pagamos o produto... é... sob uma fatura específica, esse produto é comercializado, vendido ao Brasil e nós comercializamos no Brasil. Agora, quanto ao aspecto da legislação do MERCOSUL que o senhor mencionou, o que eu sei é que, se existem as operações... e que elas são decorrentes de um sistema legal implantado. Se há algum risco nisso, por falta de inspeção dos laboratórios locais, tanto no Brasil quanto na Argentina, quanto no MERCOSUL, é uma questão de fiscalização efetiva, na minha opinião.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Como se realiza essa fiscalização? O certificado de origem é dado, no caso, pelo Uruguai, que certifica que a mercadoria?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Depende, se for uma exportação normal, porque no Uruguai você tem empresas que também exportam matérias-primas, buscam matérias-primas no mercado internacional e exportam pra vários países. Agora, o senhor deve tá se referindo ao acordo do PEC(?), que é um acordo que... onde você tem industrialização na zona do MERCOSUL, o senhor tem isenção dos impostos de importação...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É, exatamente.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Nesse caso específico, em teoria todas as empresas que estão credenciadas pra... pra produzir diante do acordo PEC estão sendo auditadas pelas autoridades locais que garantem a efetivação da utilização do PEC.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, a informação prática e objetiva que V.Sa. traz para a CPI é que esse assunto é um assunto que depende menos da legislação brasileira e muito mais do acordo internacional do MERCOSUL?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Sem dúvida alguma e, mais do que isso, as reuniões envolvendo... é... a questão farmacêutica do MERCOSUL são freqüentes, e eu acho que esse é um tema que pode ser levado evidentemente pra... pra esse foro.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu indago ao doutor.... ao representante da Merck Sharp & Dohme e ao Dr. Mário Grieco, da Searle do Brasil, o seguinte: nós, aqui, temos investigado — e hoje, pelo menos eu, pessoalmente, tô absolutamente esclarecido sobre isso — o problema do preço de transferência, o problema da empresa comprar a sua matriz no exterior, a matéria-prima, comprar o insumo. Nós tivemos estudos exaustivos, inclusive o Secretário da Receita Federal esteve aqui. Eu tenho uma noção, pelo menos legal, sobre isso. Mas eu queria ter uma outra nuance para formar o meu juízo no sentido de política interna de preços de medicamentos do Brasil. Eu pergunto, então, o seguinte: os senhores, as empresas dos senhores, por amostragem — para não perguntar a todos, mas é o suficiente para nos esclarecer —, quando pagam um preço xis de transferência de um insumo, digamos, dois mil dólares por quilo de um determinado insumo, e naturalmente fazem a declaração na guia de importação e legalizam do ponto de vista fiscal — eu não estou levantando dúvida fiscal. Mas minha dúvida é a seguinte: quando os senhores fazem essa importação por um preço "x" e que o mecanismo da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos — hoje pela Portaria

37 permite isso — pede ao senhor, à sua empresa que informe a planilha de custo, o senhor lança na planilha de custo, para efeito de formação do preço final, o preço efetivo, os dois mil dólares da... da... da importação efetivada, ou o senhor lança o preço médio dessa matéria-prima que a Receita Federal tem os parâmetros?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Hã...

(Não identificado) - Merck Sharp & Dohme?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Merck Sharp & Dohme, que eu pensei...

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Sr. Relator, nós lançamos exatamente o preço que nós pagamos, de acordo com a fatura.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pagaram no exterior?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Exatamente. Nem mais, nem menos. Exatamente esse número.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O preço legalizado do ponto de vista fiscal?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Absolutamente. Que é o preço real da mercadoria importada.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E, no caso, o Governo, na explicação dada ao Ministério da Fazenda, o Governo acolhe esse planilha?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Absolutamente. E pagamos todos os impostos devidos por essa importação.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sim.

O SR. MÁRIO GRIECO - Deputado Ney Lopes, nós também pagamos o preço efetivo dentro da lei regulamentar.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E lançam na planilha de custos quando solicitado pelo Ministério da Fazenda esse preço efetivo?

O SR. MÁRIO GRIECO - Exatamente, o preço efetivo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem... eu... já foi falado aqui — alguns referiram —, mas eu gostaria, aí sim, de... Sr. Presidente, um por um aqui, de uma forma sintética...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - À vontade.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - cada empresa me dissesse o seguinte: dos presentes, qual o... o laboratório que realiza despesa com pesquisa científica e tecnológica no Brasil, e se possível o montante. Um por um, chamando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Como a pergunta é geral, começar da esquerda para a direita para não...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Era bom citar para efeito da Taquigrafia, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - É. Inicialmente, então, da Merck; posteriormente da Astra, da Merck Sharp & Dohme e da Searle.

O SR. ERNESTO NEUMANN - No caso da... da Merck, a pesquisa tem duas vertentes. Como eu já relatei no início, nós fazemos uma pesquisa fitoquímica, que já tem tido resultados desde o... (*ininteligível*) de mais últimas duas décadas em produtos que o País exporta, como pilocarpina, fluoxetina, raminose(?), etc. Além disso, temos pesquisa clínica de fase, em geral, III e IV, dos produtos farmacêuticos com... junto com diversas universidades dos centros do País. Em média, para... é... o número seria de aproximadamente 1 milhão a 1 milhão 200 mil dólares por ano que a gente... é... o investimento da Merck nessa pesquisa.

O SR. CARLOS FELIPPE - Sr. Deputado, conforme eu apresentei, nós, no momento, estamos conduzindo quarenta e cinco... nós estamos trabalhando com quarenta e cinco centros, fazendo pesquisa e desenvolvimento no Brasil. A cifra desse valor... é... eu não tenho aqui, e poderia informá-lo em caráter confidencial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por gentileza, vamos declinar o nome, entendeu, para que a Taquigrafia possa... tá?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Merck Sharp & Dohme, Tadeu Alves. Eu fico muito feliz, Sr. Relator, em ter essa pergunta, porque exatamente isso que nós fazemos com muita intensidade neste País. Como eu disse inicialmente, nós temos no Brasil a segunda maior estrutura de pesquisa e desenvolvimento de medicamentos na companhia Merck & Company mundial. A primeira é Estados Unidos; a segunda é Brasil; a terceira é Canadá. Nós temos por volta de cinqüenta centros universitários que estão desenvolvendo pesquisas no Brasil, fase I, que são primórdios no produto; fase II, fase III e fase IV, quando o produto já está no mercado. Nós temos, nesse momento, em 1999, algo em torno de 3.200 pacientes sendo tratados nesse País em estudos clínicos, muitos deles supervisionados pela FDA e pela Agência de Vigilância Sanitária. Nós trouxemos, nos últimos... de 95 até 1999, algo em torno de 57 milhões de dólares de investimento em pesquisa e desenvolvimento para esse País exatamente nessa área. Eu gostaria só de citar um detalhe de um produto: o maior estudo clínico já desenvolvido para um

anti-retroviral mundialmente foi feito aqui no Brasil, supervisionado pela FDA, e esse documento serviu de aprovação para esse produto a nível mundial. Hoje, nós temos paciente, há cinco anos, sendo tratados com anti-retrovirais vivos, em perfeitas condições. Um estudo feito aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mário Grieca com a palavra.

O SR. MÁRIO GRIECA - Muito obrigado. Deputado, eu fico grato também com essa pergunta. Eu já citei esse número. Só gostaria de reforçar...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - *(Ininteligível)* esclarecido pela Monsanto. Citou até Santa Maria, no Rio Grande do Norte.

O SR. MÁRIO GRIECA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não sem razão, é lógico. *(Risos.)*

O SR. JORGE ROMANEIRO- A Janssen-Cilag efetua vários estudos no Brasil, inclusive fase I, fase II e fase III — que o fase I é o primórdio, o início do medicamento. Temos crescido muito na área, contratando vários médicos no Brasil pra ajudar nesses estudos clínicos. E a matriz, no último ano, baseada nos estudos que foram feitos no Brasil por nós, tem vindo aqui e com o intuito de cada vez investir mais na pesquisa e desenvolvimento da Janssen-Cilag no Brasil.

O SR. DAVID ZIMATH- A Byk Química e farmacêutica também faz pesquisa no País. Temos feito, até pouco tempo atrás, essencialmente pesquisa de fase III e fase IV. Temos uma pesquisa limitada ainda de fase I e fase II junto à Escola Paulista de Medicina, o que deverá ser ampliado muito em breve... deveremos trazer mais pesquisa para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra a Biosintética. Desculpe.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Os laboratórios Biosintética, nos últimos cinco anos, investiu ao redor de 14 milhões de reais em pesquisas do tipo fase I, II, III e IV e ensaios clínicos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Obrigado, Sr. Presidente. Já passei muito aí do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado ao Relator, obrigado aos depoentes. Tem a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, nós tivemos, no momento anterior dessa CPI, discussão da ata de São Paulo e depoimentos do Sr. Nilson, do Sr. Pauletto, e ficou claro que o objetivo daquela reunião — até por declarações de confronto entre ambos os Relatores daquela famosa ata —, que o objetivo era ser contra genérico. Eu gostaria, individualmente, de cada laboratório, por que daquela posição na ata de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode começar tem a palavra o Dr. Mário Grieco.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Muito obrigado, Deputado. Eu acho que, para a nossa companhia, está desenvolvendo produtos genéricos, que está introduzindo produtos genéricos no Brasil, realmente dizer que nós somos contra, realmente é um absurdo, porque estamos a favor, estamos produzindo e realmente é um absurdo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem alguém da Mesa que queira se pronunciar sobre a pergunta?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria dizer que o absurdo não fui eu que cometi. Foi o depoimento da ata e das pessoas que estiveram aqui. O absurdo não é meu, não.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Sr. Deputado, eu gostaria de me posicionar a respeito desse assunto. Eu concordo inicialmente com o Relator que nós estamos gastando um monte de tempo num assunto que já está sendo estudado por diversos outros órgãos da Justiça, tá? Está muito claro, na nossa opinião, que essa reunião, que se chamou de reunião, foi um encontro, nada mais que isso, onde as discussões que ocorreram lá não estão refletidas na ata. Todas as empresas já tomaram as providências absolutamente necessárias para que isso não ocorra mais. Além do fato de que não houve nenhuma modificação — e eu digo particularmente da minha empresa, especificamente — nas condições de comercialização pós-reunião. Portanto, não existe o fato em si. Ademais disso, as próprias distribuidoras que aqui estiveram declaram claramente que não houve nenhum processo de... de coação para que eles não possam trabalhar com

genéricos, tá? Com referência ao segundo ponto da sua pergunta, se nós somos a favor ou contra, não há genérico se não houver produto inovador, e somos nós que desenvolvemos os produtos inovadores. Portanto, genérico é absolutamente natural. Ele existe em todos os países do mundo, está existindo no Brasil e vai crescer mais, em função da lei de patente. Não há como ser contra alguma coisa que está aí.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Ernesto Neumann, da Merck. A Merck, a nível mundial, vende 12% de suas vendas, aproximadamente 650 milhões de dólares em genéricos. Não poderíamos, portanto, ser contra genéricos, porque é parte do negócio dentro da Merck, até estratégico. A nossa idéia é a seguinte: pesquisa é sumamente importante e precisa todos os recursos possíveis para progredir e encontrar novas soluções terapêuticas, inclusive os recursos gerados pela venda de genéricos. Certo? Em nossa empresa, nós sentimos uma contraposição entre pesquisa e genéricos. Muito pelo contrário, pensamos que as duas coisas se complementam e essa é a política estratégica que queremos também implementar no Brasil. Nós estamos com o projeto concreto de implementação de genéricos no Brasil e, enquanto isso não acontece — porque temos que preparar toda a documentação, adaptarmos aos novos regulamentos —, lançamos no mercado diversos produtos similares com as mesmas características dos genéricos no sentido de que elas possuem bioequivalência e um preço consideravelmente menor que os produtos originais.

O SR. CARLOS FELIPPE - Sr. Deputado, a AstraZeneca não é uma empresa que vai atuar no mercado de genéricos, conforme eu expliquei, nós temos aí noventa projetos de desenvolvimento de novas moléculas. Então, o nosso mercado é exclusivamente de produtos inovadores. Nós estamos totalmente acostumados com a competição de genéricos. Temos esse conhecimento dos vários países do mundo. Achamos que socialmente é superimportante que o Brasil tenha genéricos como elemento de facilitar o acesso de medicamentos à população brasileira. Então, filosoficamente, a nossa empresa apóia a legislação e faz votos que ela tenha sucesso ao ser implementada no Brasil, como já começou. Em relação à reunião, que o senhor se referiu, esse convite veio como uma troca de informações, veio direto ao gerente de vendas da empresa, que estava, na época, conforme eu expliquei, totalmente voltado com os temas da fusão, que delegou a um subordinado seu, uma pessoa que não tem qualquer representação para falar

em nome da empresa e que compareceu a esse evento. Portanto, a nossa empresa também repudiou os termos daquela reunião ou daquele evento, daquele encontro, conforme as pessoas assim o descrevem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - À minha direita, Dr. Romaneiro.

O SR. JORGE ROMANEIRO - A Janssen-Cilag nunca foi, nem nunca será contra genéricos. Temos várias moléculas para serem lançadas, inclusive nos próximos anos, inovadoras. Quanto à reunião que aconteceu em São Paulo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dr. Jorge, apenas pela oportunidade, dá para explicar o que é molécula? Todo mundo fala em molécula. Fala uma linguagem mais...

O SR. JORGE ROMANEIRO - Moléculas são novos compostos químicos que têm a função de curar ou aliviar uma certa doença. Esse composto, esse ingrediente ativo, que é o que está escrito na embalagem, que nós temos acostumado a conhecer. É... essa reunião que aconteceu nunca teve, nem nunca teria a autorização de nenhum diretor ou da Janssen-Cilag. Essas reuniões sempre ocorreram. Nós sabemos disso. A pauta discutida, nessa reunião, que nós sabemos, ela não era, na realidade, contra os genéricos, conforme o colocado. Está muito claro que ela era contra as companhias que estavam vendendo genéricos naquela época, se aproveitando de uma lei. Visto a isso, que a Secretaria da Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo solicitou, através de ofício, que essas empresas recolhessem o produto do mercado. Então, fica claro que não existia, nem existiu, nem vai existir nada contra os genéricos. Nossa empresa está acostumada a trabalhar nesse mercado. É uma empresa de pesquisa e ela sempre trabalhou com cópias de genéricos — somente, nos Estados Unidos, porque eles vêm ao mercado —, e a nossa grande preocupação sempre são novos produtos, são novas moléculas visando a cura ou alívio dos pacientes. Obrigado.

O SR. DAVID ZIMATH - David Zimath, da Byk Química. A Byk Química apóia totalmente as leis de genéricos. Isto está registrado em diversos depoimentos meus, em diversas mídias, tenho cópias delas aqui. Não somos contra genéricos, absolutamente, não tínhamos conhecimento. A diretoria da empresa não tinha conhecimento da reunião. Tomou conhecimento após um jantar de despedida de um dos diretores de uma indústria farmacêutica. Do depoimento da pessoa da Byk Química, cujo nome consta daquela ata, eu pude entender e ler o seguinte: O nosso

representante que lá esteve, ele compareceu no período da tarde, por cerca de quarenta minutos, não participou de qualquer discussão. Repito: o representante da Byk Química compareceu lá pra cumprimentar os colegas no período da tarde — está registrado no depoimento dele na polícia —, por cerca de quarenta minutos, quando nenhum tema mais estava sendo discutido. E, portanto, nem ele tinha conhecimento de qualquer desses temas e dos assuntos relatados na ata.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - A posição da Biosintética em relação a ata de reunião é... tá aqui. Os genéricos estão no mercado. Nós, publicamente, somos sempre favoráveis aos genéricos, até porque é uma espaço importante pra empresa nacional. E eu acho que concordo com o Relator. Já estão havendo várias investigações pra se localizar o responsável, ou os responsáveis por uma ata indevida, que não representa em nenhum momento a posição da nossa companhia em relação aos temas abordados. Inclusive, com relação às vendas à UNIMED, que também foram mencionadas, eu trouxe aqui cópias de notas fiscais que a Biosintética faz pra UNIMED antes da reunião, depois da reunião, durante a reunião, com descontos até maiores e, em certos momentos, menores, mostrando uma regularidade de fornecimentos também. Eu acho que a única resposta que nós podemos dar, concretamente, foi que nós colocamos os genéricos, no mercado uso crônico, nos últimos sessenta dias no mercado brasileiro. Essa é a minha visão sobre essa ata.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu tô com a cópia da ata na mão, e a ata tem dois assuntos básicos tratados. O primeiro deles é a distribuição e o segundo é a indústria de genéricos. Tá aqui a ata. Eu até posso admitir que os senhores presidentes aqui presentes não tivessem conhecimento de certos detalhes que aconteceram na reunião. Mas, logo após essa ata, ficou claro que era uma movimentação contra genéricos. Isso foi dito pelo Sr. Nilson e não desmentido pelo Sr. Pauletto aqui na reunião de genéricos. Já que todos os presidentes não autorizariam a discussão desses assuntos pelos seus funcionários de menor escalão na reunião, qual foi a atitude que V.Exas. tomaram para com seus funcionários que participaram duma reunião, que tá aqui na mão, e que vocês... é... alguns chamam de absurdo, outros dizem que nós tamos gastando tempo demais, mas, na verdade, tudo partiu de funcionários de vocês. Está aqui a ata. Então, eu queria, a partir da mesma ordem que foi respondido, qual foi a atitude que vocês

tomaram contra os funcionários, ou então vocês endossando o que os funcionários de vocês fizeram.

O SR. ERNESTO NEUMANN - O funcionário da Merck que assistiu foi o gerente de vendas da linha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Bittencourt) - Eu pediria ao convidado que declinasse o nome antes de iniciar a sua resposta.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Ernesto Neumann...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Bittencourt) - E objetividade para que nós possamos aproveitar o tempo do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Sim. Tentarei ser conciso. Assistiu o gerente de vendas da linha ética, Sr. Álvaro Celis. Então, enquanto eu soube da ata, eu sentei com ele para perguntar o que tinha acontecido e, unicamente depois que fiquei certo de que realmente ele tinha assistido com a finalidade única de conhecer seus colegas, porque ele acabava de chegar ao País, e não tinha participado de decisão nenhuma, foi que eu adverti ele que, nas próximas instâncias, ele consultasse, mas que não houve nenhuma... nenhum castigo, nenhuma sanção nesse sentido, porque eu fiquei convencido de que também não houve por parte dele nenhuma... nenhuma... nenhum pecado.

O SR. CARLOS FELIPPE - Sou o Carlos Felipe, da AstraZeneca. Após tomar conhecimento do evento, que ocorreu um mês depois, quando eu recebi uma nota vinda do Laboratório Bristol, foi quando eu me inteirei que ocorreu esse tipo de encontro. Eu chamei o senhor Ari, que é o rapaz que foi substituir o seu chefe nesta reunião. Provoquei uma discussão bastante intensa para verificar qual tinha sido a sua participação dentro dessa reunião. Fiquei convencido de que dele não partiu nenhum elemento negativo que pudesse inibir a livre concorrência no País. Mas, portanto, e além disso, o relembrei de um procedimento interno bastante rígido que nós temos, que eu poderia até enviar a esta CPI, se fosse o caso, das obrigações dele. Então, ele foi retreinado em relação às suas obrigações nesse tipo de situação.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Sr. Deputado, a minha resposta é muito similar. Eu tomei conhecimento desta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Bittencourt) - Eu pediria que o senhor declinasse o nome.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Pois não. Merck Sharp & Dohme, Tadeu Alves. Eu tomei conhecimento dessa informação, através de uma carta da Bristol Myers, no dia 19 de agosto. No dia 20 de agosto, imediatamente enviamos uma carta endereçada ao senhor Ney Pauletto e Nilson da Silva, manifestando o nosso total desacordo com o texto da mesma, já que as discussões havidas estavam totalmente fora dos princípios éticos que norteiam as práticas comerciais. Essa carta foi assinada como recebimento. Alguns dias depois, nós enviamos a carta aos funcionários, individualmente, e eu vou tomar a liberdade de ler. São quatro linhas apenas: "Serve a presente como advertência e para notificar V.Sa. que sua participação na reunião dos dirigentes de venda da indústria farmacêutica, realizada no dia 27 de julho de 1999, ocorreu em violação às Políticas Corporativas nº 20 — Ética nas Práticas Comerciais, da qual V.Sa. tem total conhecimento. Acreditamos que sua permanência na reunião em questão foi motivada de boa-fé." Imediatamente, colocamos esse funcionário num processo de treinamento dessas políticas comerciais.

O SR. MÁRIO GRIECO - Deputado Arnaldo Faria de Sá, o conjunto probatório dos autos não permite concluir pela existência de qualquer ação concertada entre concorrentes, ao contrário do exposto na nota técnica. A ata jamais foi confirmada por quem quer que seja. Nem mesmo se poderia atribuir o conteúdo nela existente ao ponto de vista pessoal ou suposto do Relator, pois ele mesmo não lavrou e não assinou o documento. Quanto à denúncia propriamente dita, não se sabe ao certo quais os interesses servindo... por qualquer pessoa que seja. Infelizmente... e... e eu tenho uma filha... é... mora em São Paulo, e, às vezes, ela quer sair à noite, pra ir a alguma festa, alguns amigos, e eu fico sempre receoso por causa do perigo de sair à noite. E eu não consigo proibi-la. Tenho 2.300 funcionários dentro de que aconteceu uma coisa que eu não sabia, e eu não sei como provar ou jurar isso daí, que eu não sabia disso. Esse funcionário foi informado por um outro, que não era nem da área de vendas, a participar dessa reunião, que era um almoço. Ele foi, chegou atrasado, almoçou, não falou nada e voltou pra companhia. A maior punição que ele tá tendo, hoje, é da própria Polícia Federal, da investigação e do sofrimento que ele tá tendo. Ele não era representante da companhia, não era pessoa de venda, foi para um almoço. E, o pior de tudo, hoje está sofrendo. Eu não posso penalizar esse funcionário, porque, até provem em contrário, ele é inocente.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Janssen-Cilag, Jorge Romaneiro. É... corrigindo um ponto que o doutor... que o Deputado Faria de Sá falou, é, vendo os depoimentos do Nilson e do Ney, eles nunca afirmaram que a reunião era contra os genérico. Vamos corrigir. Eles afirmaram que a reunião era contra companhias que estavam se apro... é.... estavam se aproveitando duma lei de genéricos existente. Como já falei, a Secretaria da Vigilância Sanitária de São Paulo solicitou até que essas empresas tirassem o produto do mercado. É... o Sr. Ney Pauletto, como já foi falado por ele, pelo seu Rubens e por... nos depoimentos, ele teve uma advertência verbal, e a companhia também. Nós enviamos um comunicado para todos os funcionários da companhia sobre esse tipo de atitude, que nunca poderia existir na nossa empresa, participando de discussões que não cabem a ele, mas sim a nível de diretoria. Obrigado.

O SR. DAVID ZIMATH - O funcionário da Byk Química que compareceu no período da tarde, por quarenta minutos, nessa reunião, repito, após as discussões relatadas na famigerada ata terem ocorrido, sofreu uma advertência verbal, uma reprimenda verbal, e acho que também não é merecedor de nada mais do que isto e vejo que nós acreditamos em sua palavra e temos a prova efetiva interna da saída do funcionário apenas no horário por ele declarado na Polícia Federal. Nós temos o controle de entrada e saída dos funcionários e temos a prova de que efetivamente ele saiu apenas após o almoço e que lá permaneceu por pouco tempo.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Omilton. Omilton, da Biosintética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Quando eu fiquei sabendo da ata, através de uma denúncia anônima, eu procurei saber o que havia ocorrido, conversei com o nosso gerente nacional de vendas. Tivemos uma conversa bastante dura, mas na Biosintética nós não temos os códigos que as grandes companhias têm, então, nós trabalhamos com uma relação muito mais de confiança. E ele me disse que não entendia por que aquilo havia ocorrido, que não havia sido tomada nenhuma... nenhum tipo de conclusão na reunião e que ele estranhava muito ter recebido um pró-memória. E conversamos sobre isso, e a resultante disso foi que ele está indiciado, porque ele também estaria envolvido num car... num cartel contra nós mesmos, né, já que a Biosintética vive de similares e de genéricos, e tinha projeto de genérico. Então, seria um cartel contra nós

mesmos, do ponto de vista prático. O que eu lamento muito é que ele está indiciado. É um trabalhador, uma pessoa da mais alta confiança. A empresa ganhou um processo no CADE, que pode ser extremamente duro e... mas faz parte... faz parte da vida. Eu acho que essa reunião realmente... eu espero que ela seja bem investigada e que se chegue às conclusões devidas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Deputado, pra concluir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. já gasta dezenove minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Um comentário rápido e uma pergunta geral. Eu acho que o Nilson é mais vivo do que todos vocês juntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que o Nilson é mais vivo do que todos os representantes de laboratórios aqui juntos. A ABIFARMA falou de uma cesta básica, que foi apresentada no sentido de que, numa participação com o Governo, a pessoa poderia comprar na farmácia o medicamento por um preço simbólico. Eu entendo que isso possa ser sujeito à fraude, porque o balconista pode vender pelo preço normal um produto que vai dar baixa como simbólico, e eu acredito que esse projeto possa não resolver. E como cerca de 40 milhões de brasileiros não têm acesso a medicamentos, e todos vocês dizem que têm objetivos sociais, e que os gastos em pesquisa devem resultar efetivamente no combate às doenças, vocês não poderiam vender o remédio a preço de custo pro Governo, sem distribuição, sem farmácia, e esse medicamento ser distribuído pelo Governo diretamente na rede SUS, em conjunto com a rede estadual, com a rede municipal e fazer efetivamente que a população que não tem acesso a remédio possa ter acesso a esse remédio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou pedir pra sintetizar, porque essa pergunta, se eu não interferir, vai levar uns dez minutos pra cada um pra responder. Eu quero, sim...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se o remédio chegar barato pro povo, tá bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Então, eu vou pedir que respondam sinteticamente, entendeu? Não é... é o efeito de não prejudicar os outros Deputados. Com a palavra o Deputado Mário Grieco, à minha esquerda.

O SR. MÁRIO GRIECO - Obrigado pelo Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não é porque não quer. Sabe que tem coisas melhores do que ser Deputado. *(Risos.)* Tá bom. Vai em frente.

O SR. MÁRIO GRIECO - Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu concordo plenamente com o senhor. Eu tive a oportunidade de trabalhar no Vale do Paraíba, atendendo à população em posto de saúde. Medicamento, é lógico que é importante, mas várias vezes, atendendo pacientes, eu prescrevia um medicamento depois do almoço, um medicamento depois, um comprimido depois da janta. E várias vezes, Deputado, a pergunta era a seguinte: "O que eu faço quando eu não como?" Então, a maioria desses 40 milhões de brasileiros que hoje não têm acesso a medicamento, eles não têm acesso à alimentação também. Isso foi confirmado por mim, ali. Eu estive presente, com o Ministro Serra, dizendo como que o nosso laboratório poderia ajudar, inclusive porque nos Estados Unidos existe um programa de entrega de medicamento gratuito pela companhia a pacientes necessitados. O Ministro Serra me disse: "Você vai poder ajudar introduzindo os genéricos no mercado." E isso foi uma forma de ajudar o Ministério da Saúde. Em relação ao que o senhor tá perguntando, eu acho que não cabe, nós, como laboratório isolado, tentar fazer uma política de medicamento, mas nós estamos dispostos a colaborar, colaborar e dar o apoio, mostrando alguma coisa que nós já estamos fazendo e queremos continuar colaborando, Deputado.

O SR. ERNESTO NEUMANN - A Merck sozinha não pode, obviamente, fazer um programa desses, mas, desde já, eu gostaria de comprometer a nossa participação nesse... num programa assim. Nós estamos convencidos que é um caminho para dar acesso ao medicamento à população que não tem acesso ao medicamento. Eu gostaria de oferecer a participação concreta e prática da Merck também na elaboração dessas propostas.

O SR. CARLOS FELIPPE - Deputado, o senhor colocou uma das questões mais complexas e mais profundas, e a minha expectativa é que esta CPI possa, partindo da investigação sobre preços, aprofundar os seus estudos em como

melhorar o acesso de medicamentos à população. Nesse sentido, nós deveríamos ter uma perspectiva sobre toda a cadeia de valor. A nossa missão seria, enquanto grupo de trabalho, como desonerar, dentro da cadeia de valor, todos os elos que compõem o preço final de medicamentos. Existe uma série de alternativas, passa pela reforma tributária, passa por uma revisão das margens dos elos da cadeia de valor, após o produto sair da fábrica, e também passa por uma revisão, dentro da própria indústria, qual seria a sua possibilidade de abrir mão de uma parte de sua margem, para facilitar o acesso. Então, dentro de uma abordagem onde todos os elos da cadeia de valor atuasse em conjunto, pode contar com a minha capacidade, a minha experiência, para ajudar.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Eu vou... Tadeu Alves, Merck Sharp & Dohme. Eu vou... vou ser repetitivo e imagino que muitos vão ser, a partir de agora. Nós acreditamos que a discussão sobre preço na indústria deve ser mudada pra discussão de acesso de medicamento e qualidade de saúde da população. Eu fico feliz, muito feliz, por uma coisa: que eu me lembre, nos meus catorze ou quinze anos de indus..., dezessete anos de indústria, é a primeira vez que eu vejo esse assunto ser discutido dessa maneira, neste nível. Isso é absolutamente essencial. Nós temos um componente social muito grande nesse País, e nós temos que encontrar uma solução pra esses 30, 40, ou 50 milhões de brasileiros, que não é só medicamento. Às vezes, é alimentação, é roupa, é o básico. Acho que pra modificar ou fazer qualquer acesso, nós temos que trabalhar, basicamente, com os quatro vetores. O primeiro vetor, obviamente, somos nós que produzimos os medicamentos. O segundo vetor é o Governo, através da taxa tributária que nós temos. Gostaria de dar a informação, se é que essa CPI já não tem: um cachorrinho que fica enfermo, recebe um medicamento, ele não paga ICMS; os nossos pacientes pagam ICMS sobre medicamentos. Então, existem algumas aberrações tributárias que tem que ser revisitada. O terceiro vetor é o canal de distribuição, e o quarto vetor, definitivamente, o varejo, as farmácias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou dar a palavra à minha direita pra, rapidamente, se quiserem se pronunciar...

O SR. JORGE ROMANEIRO - Janssen-Cilag, Jorge Romaneiro. A Janssen-Cilag, ela é comprometida muito com a parte social e, não tenha dúvida, Deputado, que o nosso interesse é cada vez aumentar mais o acesso da população somente aos medicamentos que nós temos. Fazemos vários trabalhos sociais.

Fizemos um que foi a redução de verminoses. Foi em São Paulo e Rio. Não só ensinar a parte... não só na parte de medicamento, mas ensinar os conceitos básicos de higiene. Vamos começar, agora, ainda no primeiro semestre, no Amapá e no Amazonas, um trabalho de redução de verminose. Tudo isso, não é um interesse em termo de ganhar dinheiro ou vender produto. Todos eles são em termos de doação e ajuda à comunidade. Não tenha dúvida que gostaríamos de participar. E eu acho que esse é o principal objetivo dessa CPI. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra *(ininteligível)*.

O SR. DAVID ZIMATH - David Zimath, da Byk Química. Nossa empresa, igualmente, está disposta a colaborar, de uma forma ou de outra. Achamos apenas difícil de que a iniciativa privada aqui representada possa, de alguma maneira, suprir 40 ou 50 milhões de brasileiros, quantos somos os que não têm acesso a medicamento, de forma... ou possibilitar isso de forma gratuita. Achamos que todos devem fazer a sua parte, sim, tanto o Governo quanto *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - *(Ininteligível)* não falei de *(ininteligível)* forma gratuita. Falei vendendo a preço de custo para o Governo. Não falei gratuito, não.

O SR. DAVID ZIMATH - A iniciativa privada, Deputado, ela visa lucro. Quer dizer, o que se pode fazer é estudar uma maneira de diminuir essa margem de lucro, assim como o Governo também pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito bem! Meus cumprimentos! É isso que nós queremos saber.

O SR. DAVID ZIMATH - ... assim como o Governo também deveria contribuir com sua parte, reduzindo esses... esse nível de 30% de impostos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Queremos ouvir sugestões sobre isso.

O SR. DAVID ZIMATH - ... de 30% de impostos que nós temos em nosso País. Então, estamos dispostos, sim, e vamos achar um caminho pra isto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra, Dr. Omilton.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu vou cair na repetição. Nós passamos da hora de organizar alguma idéia como essa. Eu acho que esse, sem dúvida alguma, é o objetivo fundamental da CPI de Medicamentos, que é melhorar

o acesso de quem realmente não pode. Só me preocupa um ponto, na sua colocação, Deputado Arnaldo, que é a questão de que isso não daria certo na farmácia, porque pode ter fraude. E aí, acho que nós tocamos num outro ponto nevrálgico do setor industrial farmacêutico, porque nós precisamos ter fiscalização, farmácia com farmacêutico, farmácia vendendo só sob receita médica e assim sucessivamente. Nós não podemos eliminar uma grande idéia, em função da falência do sistema de fiscalização. Isso é um ponto que eu gostaria de deixar claro pra vocês aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Tem a palavra a nobre...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, eu tenho uma reunião na cidade de Goiânia, na Comissão de Defesa do Consumidor, e eu gostaria de pedir permissão aos companheiros que vão perguntar, para que eu pudesse formular, aqui, apenas duas perguntas objetivas, e que eu entendo que seria também subsídio para as perguntas posteriores. Mas bem objetivamente, sem nenhum comentário, para que todos os participantes pudessem responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu sinto que há concordância. Agora, eu quero dizer a V.Exa. e a todos os Deputados que o nobre Deputado Arnaldo acabou ocupando vinte e tantos minutos, que não é hábito seu. Porque faz uma pergunta pra todo mundo... Se fizer pra todo mundo a pergunta, quer dizer, a resposta leva três, quatro minutos de cada um. Então, eu queria que V.Exa. tentasse objetivar a pergunta, o que vou pedir a todo mundo. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Eu faço, então, essa pergunta para a Janssen-Cilag, para a Merck Química e para a AstraZeneca. E vou dizer o seguinte, Sr. Presidente: já foi colocado aqui, muitas vezes, a questão da cadeia do processo de fabricação de medicamentos, de distribuição, de comercialização e de venda em farmácia. Quero perguntar... Inclusive isso já foi discutido aqui. Essa reunião, ela não é uma reunião que... ela inova no que tá sendo discutido aqui na CPI. Nós apenas estamos confirmando o comportamento que tem a indústria, no sentido de aumentar preço de medicamento, de abuso, de manipular os

instrumentos, inclusive os administrativos, que tem o Governo, de facilitar sonegação, subfaturamento, remessa de lucro e etc. Mas eu queria perguntar o seguinte: o cidadão monta uma distribuidora. Ele monta uma distribuidora lá em Sergipe, ou monta lá no Estado do Amazonas, ou lá no Estado do Rio Grande do Sul, e procura uma dessas indústrias, que eu perguntei, para vender o produto que elas fabricam. Essas indústrias entregam o produto pra ser vendido? Eles entregam o produto pra ser vendido? Existe essa disposição de entregar, ou não? Se as empresas, elas mantêm o controle do mercado, escolhendo os seus distribuidores, e permitindo que só alguns distribuidores no País vendam os seus produtos. Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta é a questão da manipulação do desconto. Se essas indústrias utilizam o desconto, também, pra permitir o aumento do lucro que elas têm em função do aumen... do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Desconto pra distribuidor ou pra farmácia?

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Pra distribuidor, evidentemente. Quando se falou aqui, no depoimento do Presidente da ABIFARMA, o Dr. Bandeira de Mello ele dizia que o desconto médio era de 16 a 18%. Mas se esse desconto abaixar, num determinado momento, pra 12, o preço que fica com a indústria sobe de 45 pra 58, pra 61, pra 64. Vai depender do percentual que ela tiver utilizando. Então, isso ela manipula a hora que ela quiser, no momento que ela quiser, o lucro que ela poderia ter em função de determinados medicamentos. E o que as planilhas que estão chegando aqui na CPI estão demonstrando é que há uma manipulação desses percentuais, no sentido de obter lucros maiores. Só essas duas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Feitas as perguntas, têm a palavra os citados para a resposta, que foram os Srs. Merck...

O SR. ERNESTO NEUMANN - A sua pergunta, V.Exa. tem dois capítulos. Por um lado, como escolhemos os distribuidores. A função do distribuidor é que o mercado esteja abastecido. Nós escolhemos os distribuidores de forma de que, regionalmente, nacionalmente e também localmente o mercado esteja adequadamente abastecido, para que não existam falta do produto, para que, realmente, o consumidor que precisa do produto encontre o produto nas farmácias. Esse é um aspecto. O outro aspecto, obviamente, tem a ver com a idoneidade do... do distribuidor, tanto no sentido econômico, como também no sentido de cumprir as

regras que a empresa tem quanto a depósitos, quanto a diversos fatores já... tanto de logística como legais. No que se refere aos descontos, nós concorremos no mercado, com os nossos concorrentes, e essa concorrência é que em muitas circunstâncias regula os descontos. Nós não estamos sozinhos no mercado e, muitas vezes, somos obrigados, inclusive, a aumentar os descontos, em relação à situação competitiva que existe no mercado.

O SR. CARLOS FELIPPE - Com todo respeito que eu tenho ao nobre Deputado, eu não poderia começar a responder ao senhor sem refutar a hipótese de que a minha empresa esteja envolvida em qualquer tipo de manipulação. Seria um demérito para com o que eu tenho, como expectativa da empresa, e dos funcionários que lá trabalham. Em relação à escolha dos distribuidores, existe uma série de legislações específicas sobre isso, uma série de regulamentos — 801, 802, 803 —, que especificam, do aspecto técnico, se aqueles distribuidores estão aparelhados para trabalhar com medicamentos. Como o meu colega disse, uma série de alvarás devem ser verificados. E nós temos, pela legislação em vigor no País, a legislação do consumidor, nós temos a co-responsabilidade, dentro da cadeia de valor, até o cliente final. Portanto, a escolha dos distribuidores, de um distribuidor, passa, antes de mais nada, por uma série de critérios técnicos, e isso é especificado pela legislação no Brasil. A segunda parte, seria o critério econômico. Nós temos que verificar o histórico financeiro deste provável cliente, se ele tem o histórico de pagar as suas faturas em dia, para que a empresa não coloque sob risco uma operação financeira com ele. E a segunda parte da sua pergunta, em relação à margem de descontos, eu gostaria que no Brasil o preço fábrica fosse isento dessa margem, para que nós tivéssemos uma transparência na cadeia de valor, como é nos outros países. O senhor sabe que no Brasil o preço fábrica compreende impostos e compreende a margem concedida à distribuição. Nos outros países onde isso já foi estudado, e isso seria um tema, talvez, pra gente discutir, o preço ex-fábrica, ele deveria ser o preço líquido, ou seja, aquilo que compete ao fabricante, e não ter um preço fábrica que compreenda a margem para distribuição, que nesta margem está incluído não só a margem de rentabilidade dele, mas a margem de custos. Então, para uma transparência de qual elo da cadeia de distribuição, qual é a sua parte, nós deveríamos ter um preço fábrica que fosse apenas o preço da fábrica para a frente. Aí, o distribuidor... Quando nós tivermos o IVA, que é o Imposto sobre Valor Agregado, a gente vai ter também uma

transparência dos impostos, quanto de impostos é agregado por cada elo da distribuição. E, finalmente, o varejo, que no País também existe uma margem que, de baixo pra cima, como os senhores disseram ontem, é de 42, e isso é uma portaria. Então, na minha opinião, nós deveríamos desregulamentar esse processo, de tal sorte que houvesse uma transparência, e não ficasse para a indústria a responsabilidade de explicar o preço até o final, porque, de fato, não é ela a responsável por isso. Existe uma legislação que faz com que se agregue ao preço ex-fábrica uma série de outros fatores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem é o outro pra responder? Janssen-Cilag, Dr. Romaneiro. Tem a palavra V.Exa.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Janssen-Cilag, Jorge Romaneiro. Uma nova distribuição, além da parte legal citada pelos colegas e também da parte econômico-financeira, que ela tem que ter, tem um outro ponto muito importante. Esse ponto é o serviço que esse distribuidor pode prestar às farmácias. Ou seja, como ele pode suprir as farmácias, como ele tá equipado pra chegar até o produto à farmácia, pra que ele chegue ao paciente. Isso é muito importante pra nós, o nível de serviço. Quanto ao desconto, o desconto da Janssen-Cilag, já é conhecido de vocês, ele gira entre 16 e 18%. E a Janssen-Cilag nunca tenta trabalhar com manipulação de desconto. Nunca foi esse o nosso objetivo. Nossos produtos são produtos pra ser comercializado e vendidos no mercado, baseado na sua qualidade e na composição que ele tem pra curar ou aliviar a dor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Dr. Mário Grieco está pedindo a palavra pra responder também, embora não tenha sido citado.

O SR. MÁRIO GRIECO - Nobre Deputado, e eu gostaria que isso fosse registrado aqui, eu não posso aceitar que a nossa empresa seja acusada de manipulação e de fazer qualquer irregularidade, porque nós não fazemos isso. Eu só queria que isso fosse registrado, porque nós tivemos quebra de sigilo bancário, todas as informações foram prestadas, e eu realmente não posso aceitar ser acusado de alguma coisa que nós não estamos fazendo. Em relação aos distribuidores, a nossa política é igual pra todos, e se algum distribuidor quiser abrir uma distribuidora, lógico, ele vai ser avaliado, porque medicamento é uma coisa muito séria pra começar a distribuir pra qualquer pessoa. Então, nós temos um critério muito rígido e não fazemos qualquer dessas coisas que o senhor mencionou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, só para fazer uma observação. Nós não estamos aqui acusando ninguém. Esta é uma Comissão que está fazendo um estudo, um levantamento sobre denúncias gravíssimas que chegam aqui. Inclusive, um representante da indústria farmacêutica, aliás, um dos responsáveis por essa ata que provocou a presença dos senhores aqui, afirmou, aí nesta cadeira que o senhor está sentado, que ele não abriu uma distribuidora porque a indústria onde ele trabalhava não permitiu que ele abrisse essa distribuidora, e ele não teria condição de se firmar no mercado em função disso. Então, essas colocações, eu disse, são dados que nós estamos já acumulando aqui, que, evidentemente, o Relator, os Deputados estão tirando suas conclusões, e nós queremos que a Justiça brasileira ela avance na apuração desses fatos, com os recursos que ela tem. Agora, se o senhor é ou não é culpado, ou se é ou se não é acusado, isso quem vai levantar são as informações, o processamento que a CPI vai ter ao chegar ao seu final. Eu parto do princípio que aqui, neste momento, ninguém tem o direito de dizer que não é culpado, ou o direito de dizer que é inocente, porque nós estamos exatamente fiscalizando, comprovando, pra chegar a essa conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que o Deputado tem todo o direito de perguntar. Agora, o depoente tem o direito de dizer que ele não se enquadra, entendeu, embora a prova depois possa provar o contrário. Vamos em frente, entendeu? Tem a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin. Obrigado, Deputado Luiz Bittencourt.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convidados, eu vou procurar tentar ser sintética nas minhas perguntas e gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agradeço antecipadamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... do mesmo esforço daqueles que irão responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quero iniciar tratando do problema dos preços praticados na importação de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dra. Vanessa, fale mais próximo ao microfone. Tem....

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Está baixo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) ... seu fã-clube, aí de trás, que está reclamando, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Acho que seria melhor ele aumentar lá o som, porque senão eu vou engolir o microfone, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não faça isso, porque dá prejuízo pra Câmara...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - *(Risos.)* Mais pra minha saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Risos.)* ... além de outros problemas. Eu vou pedir aos setores técnicos que prestem mais atenção e que possam acompanhar. É que alguns Deputados têm uma voz muitas vezes...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Aguda ou grave, não sei. Mas, Sr. Presidente, senhores convidados, em relação ao preço praticado pelas indústrias na importação de insumos. Quero começar aqui com uma planilha que nós temos do Laboratório Merck Sharp e que envolve outros laboratórios também. O produto é o enalapril, maleato de enalapril. Várias empresas, laboratórios nacionais, inclusive públicos, cuja qualidade do medicamento produzido é incontestável a qualidade, o tal Farmanguinhos e outros. Mas, enfim, vários laboratórios importam o produto enalapril, o insumo, o princípio ativo, o sal ou a molécula, em torno de 320 a 350 dólares. A Merck importa esse produto a 7.900 o quilo. De 350 pula pra 7.900 o quilo/dólares. Aí, vejam bem, eu fiz um cálculo muito rápido aqui. A Merck importou 1.900 quilos desse produto em 1999, pagando, no total da importação, o preço do dólar/FOB, 15 milhões de dólares. Se ela tivesse importado a mesma quantidade do produto a 350 dólares o quilo, que, segundo várias pessoas que trabalham na área de produção de química nos informaram, ela teria, importando o mesmo volume, um gasto de 665 mil dólares, e não de 15 milhões de dólares. Olha a diferença! A diferença, Srs. Deputados, Sr. Presidente, só nesse produto, é de 15 milhões e 345 mil dólares. 15 milhões e 345 mil dólares! Ou seja, passando pra real, está em torno de 27 milhões de reais. Aí, eu pergunto ao representante da Merck o porquê desse preço tão diferente, 2.368%? Quem é o fornecedor desse produto para a Merck?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Nobre Deputada, eu gostaria inicialmente de deixar muito claro que essas informações que a senhora acabou de citar eu tenho buscado muito junto aos órgãos federais e não consigo, porque a CACEX não me informa o preço de importação dos meus concorrentes. Portanto, eu não vou confirmar, nem desconfirmar os números que a senhora acabou de citar, mas eu gostaria definitivamente de dar uma resposta pra senhora muito mais ampla, no sentido de por que isso pode acontecer. E eu acho que a resposta já foi dada de fato. Quando eu disse inicialmente que nós pesquisamos, desenvolvemos, nos asseguramos que a qualidade dos produtos são feitas pela nossa matriz, pela nossa origem, isso nos dá toda a segurança de que um produto que eu comercializo no Brasil tem exatamente a mesma qualidade de um produto que eu comercializo nos outros...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quem é o seu fornecedor dessa (*ininteligível*)?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - A minha matriz chamada Merck & Company.

A. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque ontem nós vimos, no caso de um outro laboratório, Boehringer, que usou esse mesmo argumento seu, e que ele não importava da matriz, ele importava da China, no caso da dipirona.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Não. Eu posso deixar absolutamente...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor está confirmando que esse aqui é porque está embutido os custos de pesquisa e desenvolvimento do maleato de enalapril, que não tem mais patente no mundo inteiro, e que já é de domínio público e que tem vários fabricantes no mundo.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Perdão. Deixa eu fazer uma ligeira correção, nobre Deputada. Maleato de enalapril está patenteado no mundo e ainda não expirou essa patente na maioria.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E como que há tantos produtores?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Por um motivo muito simples, Deputada. A empresa que desenvolve um produto, normalmente... Deixa eu dar um pouquinho mais de dados pra senhora. De cada 10 mil moléculas que se descobre, apenas 250 chegam até às pré-clínicas. A senhora é farmacêutica e sabe muito bem disso. Dessas 250 que chegam...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o senhor tá bem informado.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Estou, definitivamente. É minha função. Desses 250 pré-clínicos, muitos que não sobrevivem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A Assessoria da ABIFARMA funciona bem. Claro, gasta muito.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Nós somos membros da ABIFARMA.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sei disso.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Duzentos e cinquenta testes pré-clínicos, apenas 150 chegam a testes clínicos. Desses 150 moléculas que chegam a testes clínicos, um chega ao mercado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu acho que esse tipo de informação que o senhor tá nos passando são extrema... é uma informação extremamente técnica, e eu gostaria de sugerir que o senhor nos enviasse por escrito....

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Posso entregar ao final dessa...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... porque é uma informação muito técnica.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Absolutamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas, resumidamente, o senhor argumenta que esse preço decorre de que aí está embutido custos de pesquisa e desenvolvimento da matéria-prima da molécula.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Da mesma forma...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito! Era isso que eu queria ouvir.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Perdão. Eu não respondi ainda, nobre Deputada. Eu gostaria de ter o meu tempo de resposta. O que eu estou dizendo especificamente é que nós desenvolvemos essa droga, doze a quinze anos pra ser desenvolvida, entre 350 a 500 milhões de dólares. E quando a gente compra um livro escrito por um escritor famoso, a gente não paga exclusivamente o papel que está dentro do livro; quando nós compramos um programa de computador, nós não pagamos exclusivamente o custo físico desse disquete ou desse CD-Rom. Existe muito mais que isso: a propriedade intelectual de ser desenvolvido esse produto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não quero discutir preço na área gráfica, não, na área...

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Mas o assunto é o mesmo, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. É completamente diferente. Não vamos centrar este debate...

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Só gostaria de confirmar pra senhora que eu... nós compramos essa matéria-prima da nossa matriz, esse preço é acordado inicialmente...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor, então... Então, se o senhor confirma que importa essa matéria-prima da Merck...

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Da minha matriz.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... obviamente que é aplicada a Lei de Preço de Transferência.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Absolutamente, de acordo com as normas da OECD.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E qual é a metodologia que a sua empresa optou dentre as três previstas?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Pelo PLR, de acordo como foi definido por jurisdição, agora a partir de janeiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A partir de janeiro de?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Do ano 2000.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Isso, agora. Mas antes, como era?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Sempre fizemos dessa maneira, porque acreditamos que essa é a maneira de ser feita. E pagamos todos os impostos baseado nessa metodologia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Desde quando a empresa aplica as regras da Lei de Preço de Transferência.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Desde quando nós importamos todas nossas matérias-primas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito. Eu agradeço a sua resposta. Eu acho que ela confirma aquilo que nós dizemos, que a justificativa... que o preço está muito além do preço praticado no mercado e que, no nosso

entendimento, é insuficiente a legislação de preço de transferência, pra trabalhar com um assunto tão delicado e numa área mais delicada ainda, que é a área da saúde, saúde pública, no caso. Mas, enfim...

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Desnecessário dizer que eu discordo da senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...continuando o mesmo... É um direito que o senhor tem. Continuando ainda sobre preços, AstraZeneca e Biosintética. AstraZeneca e Biosintética. Porque o representante do Laboratório Merck acabou de falar da qualidade, do padrão e tudo o mais. Isso é que a gente tem ouvido. Aliás, quando os dados foram publicados, a primeira manifestação do Sr. Bandeira de Mello, que era o Presidente da ABIFARMA, foi em cima da qualidade, ou, então, de que laboratórios nacionais estariam subfaturando. Engraçado! Todos subfaturam ao mesmo preço. Só quem paga muito mais caro é que não está praticando o superfaturamento. Mas, enfim, tem aqui o produto atenolol, que nós estamos analisando. A CPI está analisando esse produto. O atenolol é um pouco parecido. A AstraZeneca importa o produto, eu vou arredondar, a 900 dólares o quilo, porque é 899,99. Novecentos dólares o quilo. Os demais laboratórios... Muitos laboratórios importadores importam, inclusive laboratórios públicos, importam este produto atenolol em torno de 25 a 30 dólares o quilo. O quilo! Uma diferença de 3.400%. O Laboratório Biosintética importa a 305 o quilo. Ou seja, há uma diferença. AstraZeneca, a 900 dólares o quilo; Biosintética, a 305 dólares o quilo. Qual a explicação? Eu gostaria que os dois... Será que o seu produto é de menor qualidade que o produto do AstraZeneca?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu garanto... Eu garanto que não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas o senhor paga menos da metade do preço.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu vou responder, Deputada Vanessa, pela minha companhia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu dei a palavra ao Omilton, da Biosintética.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - O meu produto é um produto bioequivalente. Eu acabei de passar aqui uma relação das bioequivalências que nós realizamos. O atenolol foi provavelmente a quarta ou quinta bioequivalência que nós desenvolvemos, com padrão de qualidade excepcional. O nosso fornecedor é um

fornecedor extremamente idôneo, é de qualidade acima de qualquer suspeita, o que mantém o nosso produto dentro dos mais rígidos controles de qualidade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quem é o seu fornecedor?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Nosso fornecedor é a Teva. A Teva...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - De qual país?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - A Teva é uma empresa de origem israelense. É o maior produtor de medicamentos genéricos no mundo hoje. E a nossa qualidade, então, tá comprovada através de evidências. Quero deixar claro também pra senhora que a gente tem que tomar um pouco de cuidado até com essas variações de preço, no caso, aí, de um produto que custa 20 dólares, pra um produto que custa 1.000 dólares, porque, evidentemente, a qualidade deve ser sempre considerada, e esse é um fator preponderante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Os laboratórios públicos têm essa preocupação e pagam, nesse caso, 20, 30, 40 dólares no máximo...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu espero que tenham.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... e o produto é de qualidade.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu espero que tenham, Deputada. Eu espero que tenham. Agora, quanto à diferença de preço, em relação ao produto da AstraZeneca, eu deixo pro meu colega poder responder.

O SR. CARLOS FELIPPE - Olha, Deputada, conforme já foi colocado aqui, a AstraZeneca foi a empresa que desenvolveu esse produto e, portanto, a tecnologia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em que ano o produto foi desenvolvido?

O SR. CARLOS FELIPPE - Em 1976.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em 1976, e os senhores ainda aplicam, depois de tantos anos, ainda embutem no custo da matéria-prima "p" e "d"?

O SR. CARLOS FELIPPE - A senhora pode me ajudar a fazer um raciocínio.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Tem mais de 20 anos!

O SR. CARLOS FELIPPE - A senhora me deixa falar?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Tem 24 anos.

O SR. CARLOS FELIPPE - A senhora me deixa falar?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois não.

O SR. CARLOS FELIPPE - Eu quero elaborar um pequeno raciocínio paralelo, uma digressão sobre o que ocorre numa família onde nós temos várias crianças, algumas pessoas ativas e alguns velhos. Nós precisamos, para financiar o custo daquela família, que aqueles que estejam na ativa, aqueles que produzem a rentabilidade, gerem os recursos para os investimentos. Então, de uma forma quase que matemática, os produtos considerados... Os produtos lançados há mais tempo no mercado geram os recursos para que a AstraZeneca canalize ao seu futuro. Como eu disse, nós investimos quase que 20% do faturamento total para o desenvolvimento de novos produtos. Portanto, no custo de qualquer produto da AstraZeneca está implícito a necessidade de remunerar a pesquisa. Nós vivemos é do futuro da empresa. A confiança dos acionistas da empresa está totalmente relacionada à sua capacidade de gerar novos produtos. A senhora compreende esta lógica. Não seria possível...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas os senhores não mantêm na planilha de custos um item escrito lá "p" e "d", pesquisa e desenvolvimento?

O SR. CARLOS FELIPPE - Os custos de pesquisa e desenvolvimento no...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não tem na planilha de todo produto, de todo medicamento? Tem matéria-prima, pessoal, pesquisa e desenvolvimento. Não tem isso?

O SR. CARLOS FELIPPE - Nós temos tanto localmente...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas é lá fica zero, ou pouco valor, e isso tá embutido lá na matéria-prima, na realidade.

O SR. CARLOS FELIPPE - Tanto nos produtos locais, onde nós desenvolvemos ensaios clínicos, nós alocamos esses custos, como internacionalmente, nos grandes centros de pesquisa, os gastos de pesquisa e desenvolvimento estão consolidados. É bom que a senhora saiba que os estudos clínicos da fase anterior ao lançamento, eles são financiados pela matriz. Portanto, muitas planilhas locais não irão demonstrar o custo de pesquisa alocado pro produto, porque ele é financiado por projetos internacionais. São os chamados estudos centrais ou **cort**(?) . Eu não quero utilizar uma terminologia inglesa, mas é esse o significado que nós temos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu agradeço a sua resposta, e quero falar sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Só um minutinho. Há um depoente que desejaria intervir. V.Exa. está de acordo em que ele...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu me sinto contemplada, porque eu tenho várias outras perguntas. Senão, nós vamos... Pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Obrigada, Presidente. Sobre custos, preços de medicamentos. Nós temos um levantamento, que, aliás, um levantamento feito pelo Ministério, um acompanhamento que o Ministério da Fazenda, através da SEAE, faz, mostrando que o aumento no preço dos medicamentos foi muito, mas muito acima da inflação ocorrida no País. E, fazendo um trabalho de pesquisa e comparando o aumento do preço do medicamento com a evolução do preço do insumo, o que é que nós percebemos? Que aí há uma grande contradição: o preço do medicamento sobe, o preço do insumo cai. Ou seja, se o preço do insumo cai, a importação, Obviamente que o preço do medicamento deveria, senão cair — que eu acho que deveria cair —, pelo menos se estabilizar. Mas não é isso que os números apontam. Não é isso que os números apontam. Tem um exemplo ontem do Laboratório Abbott. Um produto ele aumentou 169%, e o preço da matéria-prima, que ele compra, ele diminuiu... a matéria-prima diminuiu em 111%. Ou seja, nada explica o aumento de 169%. Há um abuso. Mas, enfim, o Laboratório Janssen... Tem o problema do Stugeron, que a CPI está investigando. Mas o Laboratório Janssen-Cilag foi um dos laboratórios que, depois da instalação desta CPI, ou seja, nesse ano de 2000, aumentou os seus produtos. Por que o Laboratório Janssen aumentou todos numa linha, Sr. Presidente, quase que reta? Aumentou os produtos esse ano. Esse ano. Muito. Um aumento de 8, 9, 10%, que eu acho muito, pra uma inflação que é zero e alguma coisa — quando é —, a cada mês. Por que esse aumento?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Jorge Romaneiro, da Janssen-Cilag. Acredito que a nobre Deputada está enganada. Desde agosto de 99, a Janssen-Cilag não aumenta os seus produtos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Olha, então, todas as revistas ABC Farma estão erradas. Eu tenho os preços aqui. Eu tenho todos! Do

Stugeron foi feito um pedido de planilha — não foi, Presidente? — ao próprio laboratório. E ele não negou o aumento. Eu vou dar um exemplo aqui do valor desses produtos. O.. Haldol... Haldol é da Janssen?

O SR. JORGE ROMANEIRO - É da Janssen, e a Janssen não aumentou os preços desde agosto de 99.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O Haldol... O Haldol custava 2,37 em dezembro de 94. Agora, custa 2,58. Vou dar outro exemplo. O senhor conhece o Sporanox? É da Janssen? O Sporanox custava 52 reais, eu vou matar aqui os centavos, em dezembro de 99, e agora, custa 61. Estão errados esses dados?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Esses dados estão errados. A Janssen não aumentou os preços.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas tá na ABC Farma. Eu acho, Sr. Presidente, que nós vamos ter que investigar esse problema, porque foram todos os produtos. Aliás, tem dois laboratórios...

O SR. JORGE ROMANEIRO - Agradeceria muito a sua investigação, porque tá havendo algum problema.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, senhor. O senhor que vá olhar as revistas da ABC Farma, porque todas elas estão nas farmácias, e isso foi tirado de lá. E a sua empresa... Eu acho que quem está faltando com a verdade aqui é o senhor. O senhor acabou de ter aí um problema com o Relator, quando falávamos, ou quando V.Exa. e o Sr. Relator falavam sobre planilha, e o senhor disse que tinha remetido uma planilha do Stugeron aqui, e lá tá detectado o aumento... o aumento, este ano, daquele produto Stugeron. Que, até dezembro de 99, o Stugeron tinha sofrido um aumento de 130... de 96%, e até o mês março do ano 2000 esse aumento, que era de 96%, foi pra 114%. De 94 a 99.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Deputada, a Janssen-Cilag não aumentou os preços.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Isso é muito bom, porque é um trabalho a mais que nós vamos ter que fazer. Vamos ver quem que está com a verdade.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Agradeceria.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o senhor tá fazendo algo muito sério aqui. O senhor tá dizendo que não aumentou, e está lá. Isso aqui são

dados oficiais. Nós não inventamos absolutamente nada. Aliás, são dois laboratórios que fizeram essa prática reta: Novartis, que não está quebrado o sigilo fiscal, o Laboratório Novartis, o maior no País, e o seu Laboratório Janssen-Cilag. Mas, enfim, temos aqui a planilha do Stugeron. A planilha do Stugeron mostra que é um gasto, e eu só quero lhe perguntar se o senhor acha isso justo, em decorrência do tipo, da tipicidade do produto, do medicamento. Na planilha do Stugeron, os senhores afirmam que gastam 44,3% com matéria-prima, e 5,85% com amostra grátis e propaganda. Isso é correto? O senhor acha que isso é um política leal, uma política ética?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Primeiro, como eu falei pro Relator, são dados confidenciais da companhia, que eu gostaria de responder por escrito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nós não recebemos como confidencial. Tanto que o Relator falou que esses dados...

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não. Esses dados foram solicitados por... da nossa empresa, os custos do Tylenol e Stugeron...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o senhor acabou de dizer que não teve aumento. E lá mostra o aumento que teve.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, não teve aumento. A solicitação que foi feita não... não demonstra nenhum aumento. A companhia não aumentou os preços desde agosto de 99. Foi o último aumento dado. Quanto a... à amostra grátis de 5,85, que a senhora se refere, nobre Deputada, ela... essa... isso se deve à promoção do produto que nós fazemos e nós distribuímos amostra grátis para os médicos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas é ético? O senhor não respondeu a minha pergunta. Falou, falou e não respondeu. O senhor acha isso ético?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Eu acho que distribuir amostra grátis faz parte de ajudar até o médico a dar amostra pra aqueles que necessitam.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas não é grátis a amostra? Não é grátis?

O SR. JORGE ROMANEIRO - A senhora pediu uma planilha de custos. Ela foi demonstrada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, a matéria... A amostra não é grátis?

O SR. JORGE ROMANEIRO - A amostra é grátis.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E como é que ela tá lá no custo da planilha? Então, ela não é grátis.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, ela é custo do produto...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não é o médico que pagou e nem aquele paciente que tá recebendo, porque aquele recebeu grátis, gratuitamente.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Desculpe, Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas os outros todos é que estão pagando essa tal gratuidade (*ininteligível*).

O SR. JORGE ROMANEIRO - O grátis é você doar o produto, mas tem um custo de produção. Esse é o custo que está ali.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, não é grátis coisa nenhuma. Então, vamos mostrar que também não há nenhuma... nenhuma conduta tão ética assim quanto os laboratórios procuram dizer.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não dá pra...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas, enfim, Sr. Presidente...

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não dá pra produzir de graça também, Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Enfim, eu teria... eu teria... eu teria outras questões a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço que conclua, Deputada Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas eu tenho uma pergunta, eu teria outras... ao laboratório...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mais uma pergunta, pra concluir, então.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... ao laboratório Janssen, mas não vou fazer. Farei ao laboratório Merck. Sr. Presidente, eu peço um pouquinho só da sua paciência. Vai ser um pingue-ponguinho, assim. Vou tentar, pelo menos. O senhor tem conhecimento da Empresa MD... é... MB Bioquímica? Merck Extraquímica?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que empresa é essa, MB Bioquímica.

O SR. ERNESTO NEUMANN - É, dentro de... das... é... estruturas de nossa empresa, nós, na... na história, tivemos várias diferentes, (*ininteligível*) com finalidades que finalmente foram sendo... é... consolidadas numa empresa. A única empresa que ainda fica...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Tipo uma **holding**. Então ela faz parte de algo que seria tipo uma **holding**?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Sim. Justamente pelo que eu falava no início também, que nós tínhamos... que tivessem várias unidades no País...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Aonde é sede da MB Bioquímica?

O SR. ERNESTO NEUMANN - A sede da MB Bioquímica é também no Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É no Rio de Janeiro. Mas o endereço?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Não sei agora oficialmente qual é o endereço, mas...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não seria o mesmo endereço da sede da Merck?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Eu... Supomos que seja... é... o mesmo, mas não tenho assim a confirmação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque aí eu tenho informações. Eu também não tenho documentos. Eu gostaria que o senhor mandasse pra CPI o endereço, números dos telefones, tudo, pra que a gente possa localizar aonde fica. Qual o objeto dessa Empresa MB Bioquímica?

O SR. ERNESTO NEUMANN - O objeto da... da MB Bioquímica não é um objeto relacionado com... com a área de fármaco. Por essa razão, eu, realmente, não tenho detalhes sobre... sobre a organização.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não sabe dizer, então, qual é o objeto da Empresa MB Bioquímica?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Como eu disse no início, a empresa tem várias áreas. Uma delas é o... o... a área de...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas ela não tem... não tem... não tem relacionamento, pelo que eu entendi o senhor falar, com a área farmacêutica.

O SR. ERNESTO NEUMANN - A MB Bioquímica não tem relacionamento com a...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não tem? Não tem nenhum relacionamento.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque eu tenho aqui uma alteração contratual: "O objeto. É o objetivo da sociedade... fabricam embalagem, reembalagem, comércio, importação, exportação de produtos químicos, farmacêuticos, dietéticos, etc., etc., etc".

O SR. ERNESTO NEUMANN - Isso pode ser a... o... o objeto social general, mas, na prática, a MB Bioquímica não...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah, então, na prática ela não... não fabrica?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Na prática, a MB Bioquímica não tem relação com a área farmacêutica.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim. Apesar disso, tá aqui no objeto.

O SR. ERNESTO NEUMANN - O objeto é um objeto social geral.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. No meu conhecimento, eu não entendo muito, não, mas eu acho que uma empresa faz o que está escrito no seu contrato, o objeto. Então, o que faz a MB Bioquímica?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Como, eu repito, é da... de uma outra área da empresa. Eu não tenho conhecimento exato. Eu gostaria de...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Certo. O senhor não tem conhecimento.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Ofereço... obviamente que...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Certo. Então, eu acho... Eu já esperava essa resposta do senhor. Diante disso, eu quero, Sr. Presidente, dizer que nós temos um requerimento, que foi apresentado, em fevereiro ainda, solicitando a quebra de sigilo bancário da empresa MB Bioquímica, que, segundo informações e documentos que nós temos — a CPI já tem vários, eu tenho outros documentos

novos —, essa empresa MB Bioquímica fica na sede da Empresa Merck. Fica na sede... Ela é 100% capital da Merck. E essa empresa MB Bioquímica seria encarregada de importar — importar —, talvez insumos. Talvez entre agora insumos... é... farmacêuticos, mas produtos médico-hospitalares... é... hospitalares e laboratoriais, que é objeto de investigação dessa CPI também. E, segundo informações e documentos que nós temos, Sr. Presidente, essa empresa só serve para fazer a triangulação, porque todos os lotes, ou grande parte dos lotes, que ela importa, ela repassa, na sua integralidade, à indústria Merck S.A., com preços inferiores ao preço de custo, ou seja, subfaturando. Ou seja, é uma triangulação, Sr. Presidente, que fugiria — fugiria —, do pagamento de impostos. Inclusive, a empresa já sofreu vários autos de infração, no Estado do Rio de Janeiro, por sonegação de impostos. Nós temos alguns aqui. Certamente existem outros, mas nós temos alguns aqui pra passar. Então, diante disso, Sr. Presidente, eu requero que, se possível, assim que encerrar essa reunião, a gente aprove o requerimento solicitando a quebra do sigilo fiscal da empresa MB Bioquímica, que é da Merck. E mais do que isso, Sr. Presidente, faço um requerimento verbal, que apelo a V.Exa. pra que defira, pra que todos os 21 laboratórios que tiveram o sigilo bancário quebrado enviem para esta CPI algo como um organograma, que mostrasse... que mostrasse... é... a **holding** de que a empresa participa, porque nós estamos descobrindo, Sr. Presidente, que muitos dos produtos utilizados no fabrico e tudo o mais às vezes não são importados por elas, e sim por outros, como é o caso da Merck. E eu não tô falando nenhuma novidade aqui, porque esse é um processo que está no CADE. Tem um laboratório, que produziu... uma indústria que produzia tubos — tubos —, pra laboratórios, pra coleta de sangue, que faliu, em decorrência de preços praticados por Merck, Becton Dickinson, baixos. São processos antigos, que estão no CADE e que a CPI, na minha opinião, tem que investigar, Sr. Presidente.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Eu poderia fazer um comentário sobre *(ininteligível)*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou dar a palavra, mas eu queria antes... é... de... dar a palavra a V.Exa., fazer uma informação à nobre Deputada. Eu vou submeter esse requerimento, ouvindo o Relator, logo que V.Exa... Mas eu gostaria de submeter a V.Exa. uma sugestão. A CPI tem poderes

pra requisitar informações diretas da empresa. Se V.Exa. formular essas perguntas, nós, com muito menos prazo, teremos essas informações.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Já está pronto, Sr. Presidente. Eu quero as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Já está pronto? Que bom! Que ótimo!

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - As perguntas... Já tá aqui o requerimento prontinho, mas eu acho que o sigilo é fundamental também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vejo como nós podemos nos entender. Então, eu dou um prazo de dez dias pra essas informações. E aí, evidentemente, nós teremos bastante subsídios pra suscitar esclarecimentos, dúvidas e quebrar também o sigilo, se for o caso, que eu não me oponho, não, quebrar, se V.Exa. quiser.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu acho que tem que quebrar logo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, mas eu peço que... que V.Exa. me... me subsidie, com os dados...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Já tá subsidiado o requerimento, com documentos e tudo. Não só eu assinei. O Deputado Magela, Deputado Sérgio Novais, Deputado Arlindo Chinaglia. Muito obrigado, Sr. Presidente, eu já concluí minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O nobre depoente deseja completar a resposta?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Eu gostaria de fazer três comentário a V.Exa. O primeiro comentário é que as atividades da MB Bioquímica não têm absolutamente nada a ver com a área fármaco, que é a área que eu dirijo, pela qual eu represento aqui. O segundo é que os processos a que a... a... as finanças referem são alusivos a diversas divergências de interpretações de normas legais, e a decisão ainda está, como a senhora disse, no CADE, não foi decidido. De forma que está em aberto se realmente a Merck incorreu em alguma ilegalidade ou alguma coisa assim. Ainda está em (*ininteligível*) é... correndo. E minha obrigação é dizer também que nós não cometemos nenhuma sonegação fiscal, e espero que isso fique demonstrado nesse processo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Isso nós iremos investigar com toda a profundidade, e os dados que certamente a empresa nos mandará e os dados fiscais a que a gente tiver acesso.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Vamos mandar os dados tão quanto possíveis, enquanto recebemos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputada. Obrigado, depoente. Com a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, os depoentes do dia de hoje, Srs. Deputados e Deputada, demais presentes, eu queria registrar que, na minha opinião, houve uma mudança significativa, tanto do conteúdo quanto da abordagem que os senhores fizeram hoje, comparando-se com o que funcionários altamente graduados das empresas que depuseram ontem fizeram. Vocês não precisam sequer comentar, mas eu presumo — espero que os senhores me dêem o direito de presumir —, que deve ter sido feito um balanço do que foi a reunião de ontem, e eu quero identificar, portanto, esse certo clima científico que se instalou aqui hoje. Eu tô quase — eu tô falando de maneira evidentemente irônica —, incomodado de fazer algumas perguntas, até desprezadas pelo Sr. Relator, dado que são assuntos tão banais, tão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como? Despreza...?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É, porque (*ininteligível*) eu não quero nem perguntar sobre a reunião. Eu tô dizendo: eu tô quase incomodado de perguntar, tô quase me desculando, né? Tipo assim, porque é uma coisa tão...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O que foi que eu falei?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Eu entendi que V.Exa. falou: "Olha, eu tenho opinião formada, não vou perguntar sobre aquela reunião. Isso é caso passado".

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sei. Mas isso aí é: eu tenho.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem o direito de perguntar sobre o que quiser.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu tô dizendo... mas esse clima tão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, V.Exa...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Digo, esse clima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Assegurada a palavra. V.Exa. tem o direito.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado. Esse clima tão... tão elevado, e eu respeito profundamente tudo o que cada um falou. Tanto do ponto de vista daquilo que foi tratado como verdadeiros projetos de vida, né, como experiências pessoais, até familiares, é... aquelas colocações que foram, digamos, que enalteciram o papel da pesquisa. Eu sou médico e quero dizer que... é... me remonta também emoções. Portanto... é... nós estamos aqui fazendo o esforço não pra contestar a pesquisa, não pra dizer que funcionários não são qualificados ou que as atividades humanas, de maneira geral, não tenham utilidade. Isso posto, eu quero fazer a primeira pergunta ao Dr. Mário Grieco. A Monsanto, que o senhor representa, é a Monsanto Chemical Company, que foi fundada em 1901 em Saint Louis? *(Pausa.)* É sim ou não, se é essa.

O SR. MÁRIO GRIECO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. E eu escolhi o senhor, colega, porque o senhor fez questão de responder de uma maneira... de uma maneira incisiva, e eu interpreto que também vocês vieram com um comportamento hoje, eu diria, mais ousado, né, se acreditando no que fazem, ao responder ao Deputado Bittencourt. Eu quero ler aqui algumas questões referentes a Monsanto, pra que depois, se o senhor quiser, o senhor comente. O senhor vai ver que o senhor tem que admitir mais coisa do que o senhor gostaria, no que diz respeito à indústria que o senhor representa.

O SR. MÁRIO GRIECO - Deputado, é...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não vou... deixa... o senhor me permita. Veja: em 1929, a Swan Chemical Company, adquirida pouco depois pela Monsanto, desenvolveu os bifenilos policlorados — PCBs, pra facilitar pra nós todos —, que foram usados como lubrificantes de ferramentas, revestimentos impermeáveis, entre outras coisas. Nós anos 30, já havia indícios dos perigos dos PCBs. Nos anos 60 e 70, os cientistas apresentaram dados conclusivos: os PCBs e outros compostos organoclorados provocavam câncer e estavam relacionados com um conjunto de transtornos reprodutivos e imunológicos. O centro mundial de produção de PCBs era a fábrica da Monsanto em East Saint Louis. Então, há cerca de 5 anos a imprensa noticiou que favelados cariocas estavam pegando ascarel de um depósito e usando como óleo de cozinha. O ascarel é proibido hoje no mundo, e

ninguém sabe o que fazer com... é... milhões de toneladas. O agente laranja, no Vietnã, pra quem ainda tem a sorte de ser suficientemente jovem, pra não ter acompanhado o noticiário da época, aquilo era um herbicida conhecido como agente laranja, né, e foi usado pelos militares norte-americanos. Várias fábricas faziam, porém o mais potente e poderoso era o da Monsanto, porque continha os maiores níveis de dioxinas. E as dioxinas, né, já se comprovou, são carcinogênicas e teratogênicas — fetos malformados. A Monsanto manipula dados — foi aquilo que o senhor reagiu. Um funcionário, uma... aliás, uma ação judicial, motivada pela denúncia de trabalhadores ferroviários expostos a dioxinas, em consequência de um descarrilamento, revelou a existência de dados manipulados. Um funcionário da Agência de Proteção Ambiental Americana, EPA, concluiu que os estudos foram manipulados, para apoiar a posição da Monsanto, que defendia que os efeitos das dioxinas limitavam-se à cloroacne, uma enfermidade da pele. Em 1990... Bom a Monsanto tem que pagar 16 milhões de dólares. Em 1990, um memorando da Dra. Cate Jenkins, da EPA, dizia: "A Monsanto remeteu informações falsas à EPA". Eu tenho muito pra dizer aqui da Monsanto. A Monsanto não respeita a lei. Além do que já foi citado, em 1986 a Monsanto pagou 108 milhões de dólares por responsabilidade na morte de um trabalhador por leucemia; em 1990 pagou, ainda, 648 milhões de dólares por não comunicar à EPA dados sanitários que lhe foram requeridos; em 1991 pagou 1 milhão de dólares por ter vertido 750 mil litros de água residual ácida no meio ambiente; mais 39 milhões em Houston, Texas, por depositar produtos perigosos sem isolamento. Eu vou pro final aqui, senão só vou falar da Monsanto. Não era a minha intenção, mas eu me senti meio que na obrigação. É... A Monsanto é poluidora. Conforme a EPA, a Monsanto é a quinta maior empresa poluidora de águas dos Estados Unidos. Ela já lançou na terra, água, ar e subsolo 166.8 milhões de toneladas de produtos químicos. A minha única pergunta para o senhor, e uma resposta bem direta: o senhor contesta essas informações?

O SR. MÁRIO GRIECO - Nobre Deputado, Arlindo Chinaglia, a... eu... em relação ao que o senhor falou hoje, eu acho que a maioria aqui são presidentes de companhia, e... e realmente estamos representando nossas companhias. Em segundo lugar, sou presidente da Divisão Farmacêutica, como médico, como colega, e... eu vim hoje aqui pra responder sobre as acusações e responder à CPI

de Medicamento. Eu me sinto constrangido, agora, de... desse relatório, que eu não sei, não sabia...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Eu respeito seu constrangimento. Tudo bem.

O SR. MÁRIO GRIECO - ... e eu não vejo nada, assim, a ver com a CPI. É uma acusação... é... até gratuita, Deputado, porque eu não vim aqui pra responder esse tipo de acusações...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, agora, o senhor...

O SR. MÁRIO GRIECO - O senhor me permite mandar e responder tudo isso daí?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro.

O SR. MÁRIO GRIECO - Porque eu não tenho agora como responder isso daí, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro. Veja, o senhor pode não perceber... é... não faria jus à sua inteligência o senhor não perceber a relação entre aquilo que faz a Monsanto pelo mundo afora e aquilo que diz respeito à sua representação como diretor-presidente da Searle Monsanto. Foi assim que o senhor se... foi identificado. E então, portanto, o que eu tô deixando agora mais claro, não pro senhor, porque eu acho que o senhor é muito capaz, muito mais capaz do que nós... Veja, o que eu estou deixando claro é que este argumento de autoridade, de que a indústria, digamos, química, e eu avanço, inclusive a indústria farmacêutica, não pode ser arrogar uma pose, digamos: "Olha, nós somos perfeitos". Eu não tô dizendo que nós sejamos. É só isso que eu queria contestar, pra quebrar aquele clima, digamos assim, tão... é... digamos, tão celestial. Mas já que o senhor não viu relação, e quer responder algo direto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não gosta do que é celestial? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O tão aí... o tão... pra homens tão pecadores como, digamos, sói acontecer, seria um exagero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Prossiga, Deputado. Prossiga.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, veja, o senhor anunciou, e eu gostei, que o Celebra, ele é mais barato no Brasil do que em qualquer parte do mundo. Então, uma pergunta, assim, pra facilitar, pra gente recompor a nossa

amizade: tem algum outro produto da Searle e da Monsanto que é mais barato no Brasil do que em qualquer outra parte do mundo?

O SR. MÁRIO GRIECO - Bom, a resposta não é pra recup... a nossa amizade, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - (*Risos.*)

O SR. MÁRIO GRIECO - Espero que, não né? A... a maioria dos nossos produtos são mais baratos que os produtos vendidos nos Estados Unidos. A maioria (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Fora dos Estados Unidos?

O SR. MÁRIO GRIECO - E se eu comparar a Argentina, pior ainda. São todos mais baratos, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se comparar com o Canadá?

O SR. MÁRIO GRIECO - Se comparar com o Canadá, mais barato. E eu vou ter a grata satisfação de informar isso daí por escrito em 24 horas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Beleza. Agradeço, então. Agora eu quero, é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas informe também junto a renda **per capita** e (*ininteligível*) de salário mínimo. É bom botar o salário mínimo junto, sem entrar...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Muito bem, Presidente. Sr. Presidente, eu vou propor que a CPI financie do nosso bolso, dos Deputados, uma viagem toda semana aos Estados Unidos. O senhor voltou assim com uma perspicácia (*ininteligível*). Mas vamos lá. Espero que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. sabe que eu não tive tempo pra fazer absolutamente nada. Só falei lá; não ouvi nada.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois é, mas aquele ambiente lhe fez bem. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não tinha notado. Faz um ano e meio que eu tô...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A deficiência é minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não tinha notado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor, eu quero observar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu é que tô gostando de V.Exa., que tá...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Espero gostar mais, espero gostar mais de V.Exa. na votação, sabe, porque nós vamos tá junto de novo. O PFL já aderiu, viu? Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O problema é, o problema é que cada Comissão tem uma função (*ininteligível*). Esta é de tratar de medicamentos, e é pertinente quando eu falo em nível de vida de lá ou aqui. Agora, não é pertinente discutir salário mínimo aqui, embora eu também não esteja de acordo. Desculpe o esclarecimento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas eu gostei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O assessor de V.Exa. não foi muito feliz. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas foi criativo. Vamos lá. Agora, vamos lá. Eu... A imprensa noticiou a importação de antibióticos do Uruguai. Algumas das empresas dos senhores importa ou importou ou comprou antibiótico do Uruguai? Eu tô perguntando a todos. Não. O.k. Várias pesquisas... E eu, evidentemente, me sensibilizo... A indústria farmacêutica financia no Brasil. Ótimo. A pergunta é: depois de tantos anos, alguma empresa de vocês patenteou alguma descoberta, não nos Estados Unidos ou na Alemanha, ou em outro país; patenteou aqui no Brasil? Tem algum remédio de uma empresa de vocês que seja patenteado no Brasil, fora a empresa nacional?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Posso, Sr. Presidente? Eu não entendi muito bem a pergunta. Desenvolvidos no Brasil?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, dos medicamentos da Merck Sharp que foram pesquisados no Brasil, tem algum que foi registrada a patente aqui no Brasil?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Nós temos dez produtos patenteados mundialmente, inclusive no Brasil, onde as pesquisas foram feitas em vários...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não, não, não é mundialmente. É aqui no Brasil. Aqui.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Gerado aqui no Brasil?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, patenteado aqui.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Patenteado no Brasil. Temos dez produtos patenteados no Brasil e também... Gerados no mundo todo. Como nós fazemos pesquisas clínicas...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não é isso. O senhor tá... Veja. É claro que vocês fazem pesquisa no mundo inteiro e vocês patenteiam no mundo inteiro.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas não é isso a pergunta. Veja. Aqui é o seguinte: dos investimentos que fazem em pesquisas no Brasil isso gerou alguma patente originariamente no Brasil? O Brasil é matriz de alguma patente de pesquisas dos senhores no Brasil?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - No caso de Merck Sharp & Dohme não, porque não houve tempo suficiente para isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A pergunta é genérica, é pra todos — genérico sem provocação. Tem alguma de vocês? Não. Isso, então, merece uma conclusão. Veja. Pesquisa clínica ou de qualquer outra natureza, ela, sem dúvida, sempre vai envolver gastos, mas ela envolve muito mais depois em arrecadação. E se vocês não patenteiam no Brasil, eu quero chamar a atenção que vocês poderiam contribuir mais na linha que vocês defenderam, de que a contribuição com o País seria muito maior se começasse a patentear aquilo que é pesquisado aqui, aqui no Brasil. Quem sabe pode ser uma proposta nossa de relatório? Vamos em frente. Eu quero saber se alguém dos senhores discorda de que é o mercado que deve regular a venda de medicamentos no Brasil. Quero ver se alguém discorda. *(Pausa.)* Ninguém discorda. Opa! Dr. Omilton, por favor.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Na parte da população que pode comprar medicamentos, é o mercado. Na parte da população que se você vendesse genérico a um real, é preciso haver algum tipo de ação integrada. Essa é a minha visão. Agora, não é destruindo o mercado privado que nós vamos construir o mercado público. A minha posição como cidadão brasileiro é que quem pode pagar deve pagar, e quem não pode pagar deve ser assistido. Essa é a minha visão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Muito bem. Eu quero cumprimentar o Dr. Omilton, mesmo que eu não concorde integralmente. Mas eu queria ir adiante. Veja. Eu nem trato como mercado privado e mercado público,

porque na verda... Aí vai ser filosófico, mas depois nós podemos até conversar. Veja, até porque nós... É quase uma contradição. Disse aqui o representante da Janssen-Cilag, o... Estou sendo traído aqui por algo que não gostaria, mas, enfim... Dr. Romaneiro, que a indústria busca lucro. Foi sincero e é evidente que busca, porém, medicamento diz respeito à vida, diz respeito à saúde. Portanto, é inadmissível que nós, digamos, aceitemos, mesmo que fosse sob a forma de tese, que há aqueles que podem comprar e tomar o medicamento e aqueles que não podem. Daí eu concordar com essa parte, não na forma de mercado público, mas na forma que a sociedade — porque é ela quem paga tudo — é que, digamos, sob a forma de distribuição de renda, financie aqueles que, lamentavelmente, não podem comprar, sem que isso signifique uma humilhação. Pois bem, mas todos perderam a oportunidade de fazer qualquer comentário, porque concordam que o mercado deve tá, digamos, orientado pela livre iniciativa. Agora, na medida em que medicamento diz respeito à saúde e à vida, eu discordo, portanto, que o mercado deva ser o único regulador, inclusive de preços, até porque países capitalistas desenvolvidos fazem um controle de preço que não é, digamos, aquela coisa de tabelamento. Mas controle significa, digamos, ter garantia do lucro pra reinvestimento, pra pagar salário etc. e garantir o conjunto da sociedade. Sendo assim, eu queria ouvir — e aí pode começar pelo Dr. Carlos Felipe — que proposta têm e, antes de proposta, que opinião têm sobre o mercado de medicamentos no Brasil. Ou seja, é um mercado que vocês consideram sério? É um mercado que vocês acham que o paciente é respeitado? Vocês acham que, de fato, medicamento no Brasil, digamos, é o melhor que vocês podem produzir pra atender as necessidades do povo brasileiro? Que proposta o senhor teria com referência ao mercado de medicamentos?

O SR. CARLOS FELIPPE - Eu gostaria de começar comentando quando o senhor perguntou sobre mercado, né? Muitas vezes ficou isso: você acredita que o mercado é capaz de regular sozinho o...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ontem todos concordaram, além do Ministro da Fazenda, evidentemente.

O SR. CARLOS FELIPPE - Por isso que eu gostaria de falar o que é que eu entendo por mercado. Acho que um mercado evoluído, com um Estado evoluído no sentido de regulamentador, nós teremos a introjeção no mercado brasileiro de uma série de novos agentes que irão contribuir para melhorar...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agência reguladora, por exemplo, o senhor conhece alguma no Brasil que está fazendo bem o seu papel? Pra o senhor se apoiar, não pra mim entender; pra que eu entenda, né?

O SR. CARLOS FELIPPE - Por exemplo, a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas pegue a ANATEL. Porque você vai falar que ela é nova, é pro futuro. Vamos pegar algo como a ANATEL e a ANEEL, por exemplo, que são agências reguladoras, na tese — me perdoem caracterizar dessa forma, né — neoliberal, que é a velha direita, de dizer que o Estado não pode intervir na economia e que, portanto, a regulamentação é que é o **must**, não é?

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, eu não tenho nenhuma vocação para o debate político. Realmente, não sou talhado para entrar nesse tipo de debate. O que eu gostaria de falar pro senhor, muito seriamente, é que eu, de fato, acredito que a entrada dos genéricos, a participação do Estado brasileiro na aquisição de medicamentos como, com formas de reembolso... Não precisa ser tão desenvolvido como é na Europa ou nos Estados Unidos, mas um reembolso parcial, nós teremos uma forma de (*ininteligível*) que irá colocar aos produtores mais uma pressão sobre a oferta de medicamentos com redução de custo. Além disso, nós já temos, no Brasil, a participação, ainda incipiente, do seguro-saúde e dos provedores de saúde privada que, em pouco tempo, estarão oferecendo aos seus associados uma cobertura, se não total, pelo menos parcial de medicamentos. Então, a combinação de todos esses elementos farão com que o preço relativo do medicamento proporcionalmente ao poder de compra da população brasileira poderá levar ao aumento da demanda. Era essa a minha visão, que não é uma visão teórica, é uma visão prática, que não tem nada a ver com neoliberal. Eu estou longe desse tipo de discussão. Não tenho nem competência pra isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, com certeza tem. Mas eu quero aproveitar que o senhor... Eu sempre aprecio, digamos, o embate de idéias. Acho isso fundamental pra o desenvolvimento do ser humano e da sociedade por consequência. Mas, então, me perdoe a pergunta que vou fazer em seguida. Veja: o senhor aqui representa a AstraZeneca. Que relação que tem a AstraZeneca com o Laboratório Abbott?

O SR. CARLOS FELIPPE - A AstraZeneca com o Laboratório Abbott não tem nenhuma relação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Quando a CPI mandou para os senhores, se não me engano, a Circular 006/2000, onde vocês respondiam uma série de perguntas... O senhor conhece essa, esse ofício que a CPI mandou?

O SR. CARLOS FELIPPE - Nós recebemos ofício da CPI...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O 006. Se não tiver, eu pediria que a assessoria passasse para o Dr. Carlos Felipe. EU...

O SR. CARLOS FELIPPE - Os únicos ofício que nós recebemos da CPI foram solicitações de planilhas sobre produtos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Quem respondeu foi o senhor, foi algum assessor da empresa? Foi advogado, foi contador, quem foi?

O SR. CARLOS FELIPPE - Nós utilizamos o nosso Diretor Financeiro e os nossos assessores externos para elaborar a documentação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quem são os assessores externos?

O SR. CARLOS FELIPPE - É o escritório do Dr. Franceschini(?). É o nosso assessor externo. Se eles trabalham pra outras empresas eu não posso responder por isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor não sabe. O senhor...

O SR. CARLOS FELIPPE - Ele é meu representante legal nisso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, o que eu quero informá-lo é que as respostas àquelas perguntas, tanto do Laboratório Abbott quanto do Laboratório AstraZeneca, seguiram o mesmíssimo padrão, as mesmas palavras, as mesmas vírgulas, os mesmos parágrafos, só mudando, evidentemente, nos medicamentos, o que... E o timbre. O que evidentemente, levando pra aquela reunião, por isso que eu falei que eu estava quase incomodado de fazer relações, mas é mais uma evidência para a CPI de que vocês, apesar de serem concorrentes, vocês têm proximidades e relações que talvez a CPI ainda não conheço. Esse é o nosso esforço.

O SR. CARLOS FELIPPE - Olha, Deputado, eu não posso aceitar a mesma alusão de que a nossa empresa tenha qualquer contato com...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Por que o senhor não pode?

O SR. CARLOS FELIPPE - Porque o senhor está inferindo...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não estou inferindo, eu estou provando.

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, o fato de eu...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, o senhor tá duvidando do que eu tô falando?

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, não tô duvidando do senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, eu tô informando o senhor, tô lhe fazendo um favor, pra que o senhor tome mais cuidado, porque as respostas dada pelo AstraZeneca são rigorosamente iguais à dada pelo Laboratório Abbott, entendeu? Não vou dizer o terceiro laboratório, espero que ninguém diga, mas nós vamos fazer a mesma pergunta pro terceiro laboratório. São três, pra seu controle. Então, não tô insinuando nem tô inferindo; eu estou lhe provando.

O SR. CARLOS FELIPPE - Agora, a minha escolha quanto ao consultor que vai trabalhar conosco, ele é totalmente individual. Isso é o que quero dizer para o senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro, eu não disse nada em contrário. Eu respeitei quando o senhor respondeu isso. Mas já que o senhor gosta da discussão, eu também gosto, nas respostas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Talvez eu peça ao Deputado... Que o tempo de V.Exa. se foi há muito. Eu peço que encaminhe...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, eu pediria dois minutos apenas, que eu tenho uma pergunta para ele e à Janssen-Cilag.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá, dois minutos concedidos; dois gordos minutos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu agradeço muitíssimo. Veja, quando vocês informaram quanto ao aumento, é, de margem de lucro, o aumento vocês informaram que passou de 4,5 para 9,8%, o.k.? Da AstraZeneca, significando um aumento de 117,7%. A margem de lucro é aquele percentual que incide sobre o valor, né, preço fábrica, o de custos. Portanto, é um percentual em cima de um "x". Se o "x" aumenta, então a margem de lucro provoca um lucro, se aumentada, muito maior. Pois bem. Portanto, no que diz respeito ao Atenol, o aumento que os senhores provocaram no lucro... Então, o montante absoluto da margem de lucro cresceu 340%. São estudos da assessoria da CPI. Então, veja, quando os senhores respondem, vocês tiveram, disseram que o aumento de preço, de 94 a 99, foi de

103,3%. Eu estou provando, aliás, usando aqui, e agradeço a competência dos nossos assessores, o aumento foi de 340%. Eu tô dizendo... Não há o que o senhor comentar, a não ser que o senhor queira, digamos, depois os dados, mas só para o senhor saber, portanto, que aquilo que vocês informaram estava errado. Então, é bom pesquisar. Não foi de 103,3% apenas. Se o senhor quiser comentar, com o maior prazer.

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, eu não posso comentar dados sigilosos aqui em público. Portanto, eu terei o máximo prazer, e a minha empresa se compromete...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. CARLOS FELIPPE - A minha empresa se compromete a averiguar...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não.

O SR. CARLOS FELIPPE - ... o equívoco que o senhor se refere...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso, eu gostaria que o senhor mandasse, então.

O SR. CARLOS FELIPPE - ... onde que se encontra esse equívoco. A gente é bastante comprometido nessa, nessa orientação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Pra finalizar, Sr. Presidente, agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Ininteligível)* que ele finalize.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ao doutor da Cilag, da Janssen, desculpe, da Janssen-Cilag. O senhor, é, com segurança, falou que a empresa não aumenta preços desde uma determinada data e tal, e eu quero me apoiar na sua segurança, na sua firmeza para lembrá-lo, e a todos, que o senhor disse que a pauta daquela reunião não era para atacar os genéricos. O senhor se lembra de ter falado isso, que a pauta era para atacar empresas que se utilizavam, digamos, na sua opinião, erradamente, deslealmente, do termo genérico. O senhor definiu como pauta. E foi da sua empresa que saiu a convocação da reunião por dois funcionários seus. Eu só quero dizer e registrar que o senhor confirmou para a CPI aquilo que a CPI já tinha convicção: isso teve **coffee break**, pauta, horário pra começar, horário de almoço, voltou à tarde, ainda que os demais, evidentemente, nenhum dos senhores poderia chegar aqui e falar: olha, nós sabíamos, convalidamos. Mas o senhor, talvez inadvertidamente ou não, mas se foi sincero

quero cumprimentá-lo, porque foi o senhor o primeiro a dizer aqui que havia uma pauta. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Questão de ordem. Tem V.Exa...

(Não identificado) - Eu poderia...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, questão de ordem. Esses senhores estão aqui convocados como depoentes. Então, eles têm que dizer a verdade sob as penas da lei. Eles têm toda a liberdade de não dizer em público o que é, de fato, sigiloso para a empresa, mas para a CPI eles não podem esconder nenhuma informação, porque a CPI é, de fato, uma investigação que tem que trabalhar com o sigilo que a lei protege as empresas. Nesse sentido, eu já ouvi dois senhores, muito bem instruídos, dizerem que não vão falar sobre dados sigilosos. Eu só quero perguntar sobre dados sigilosos. Eu não quero perguntar para eles o que é público da empresa, das empresas deles. Então, eu requeiro a V.Exa. que neste momento transforme a sessão em sessão sigilosa para que nós possamos continuar aproveitando a vinda deles aqui, porque senão eles não vão querer falar porque é sigilosos e nós não vamos ter o que perguntar porque eles não vão poder responder. Então, eu requeiro a V.Exa. a transformação da sessão em sessão sigilosa pra que a gente possa continuar ouvindo deles o que eu tenho que perguntar, porque senão eu não tenho o que fazer com eles aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado, eu não posso transformar uma sessão em sigilosa porque não se resolveria o problema, porque estando todos eles juntos o sigilo seria quebrado entre eles, que é o que eu tenho sentido. Então, isso não resolveria o problema. Só acho que V.Exa. tem todo o direito de, em não tendo as respostas, requerê-las por escrito, individualmente, ou então reconvocar cada um que V.Exa. entender pra uma reunião sigilosa. Porque transformar esta reunião com todos presentes não se mantém sigilo nenhum, não tem sentido nenhum — veja, Deputado — porque permanece a comunicabilidade entre os depoentes, que têm interesses diversos. De forma que eu teria que suspender a reunião, ouvir um de cada vez, entendeu, o que me parece que tiraria... Eu...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, V.Exa...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Gostaria de ponderar. V.Exa... Primeiro, eu gostaria de ponderar o seguinte. A convocação dos laboratórios é de minha autoria. Quando eu fiz o requerimento foi como depoentes. Não sugeri que viessem todos ao mesmo tempo. Ao contrário, acho que nós deveríamos estar ouvindo um a um mesmo, porque o que já tem de informações aqui nas nossas mãos são fundamentais para que a gente descubra algumas coisas e acho que é exatamente esta a oportunidade de ouvi-los. Então, eu considero que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Deixa, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. V.Exa. levantou uma questão de ordem, ponderou, peço que termine a ponderação pra prosseguir os trabalhos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, o seguinte. Considero que eles podem vir aqui, reconvocados, claro, mas esta é a oportunidade que nós temos, porque se for para falar de políticas gerais da empresa, de propostas gerais, de fato não interessa a essa CPI. A essa CPI interessa formação de cartel, preços abusivos, qualidade. Então, se nós não pudermos investigar isso, a CPI não estará fazendo o seu papel. Então, eu acho... Quero reiterar que V.Exa., ainda neste momento, já começou como sessão pública e com todos juntos, nada impede que neste momento ela seja transformada em sigilosa e que possamos continuar ouvindo um a um, porque não dá para ouvir é dizer que não pode responder porque é público, e nós temos todas as condições logísticas de isolá-los, de isolá-los e eles não, não estarem aqui ouvindo o depoimento dos outros. Mas é impossível eles ficarem dizendo que não podem responder, não podem responder sobre números, que é uma função da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu quero dizer a V.Exa. que se dependesse de V.Exa. eles não estariam aqui, nenhum deles, porque V.Exa. há muito renunciou a esses requerimentos, pedindo o adiamento.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não é verdade, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu estou com a palavra...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É absolutamente verdade. Está nos Anais, que V.Exa. não queria ouvi-los agora; queria protelar.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Agora. Não renunciei em momento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois muito bem, Deputado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Disse que gostaria de ouvi-los no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V.Exa. falou, eu ouvi V.Exa. com respeito.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sim, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estou decidindo a questão de ordem...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas não coloque sob... Palavras que eu não disse, por favor, até por uma questão de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não disse; praticou esses atos que eu acabo de dizer.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não é verdade. Eu disse que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É absolutamente verdade.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu disse que... Recorra às notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou decidir a questão de ordem de V.Exa...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu disse e quero repor a verdade, Sr. Presidente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não vai repor a verdade nenhuma porque a verdade não foi desrespeitada.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É claro que foi! Eu disse, em todo o momento.. Sr. Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. respeite, respeite, respeite os fatos que são do conhecimento. V.Exa. tá nos jornais. Posso trazer os jornais que V.Exa. não desejava ouvi-los, entendeu?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - As notas taquigráficas. Não desejava ouvi-los antes de analisar, antes de analisar os dados, Sr. Presidente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tudo bem, tudo bem. Deputado, eu vou decidir a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Repondo a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu indefiro o requerimento de ordem. Quando V.Exa. for chamado a perguntar, V.Exa., se tiver insatisfeito, poderá propor naquela oportunidade. E faça-o, como é de hábito, os requerimentos por escrito. Tem a palavra o nobre Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A questão de ordem está decidida sobre a matéria. É matéria vencida.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas não é sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, se é outro assunto, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero que V.Exa., como eu fui o autor da convocação dos laboratórios e não estive no início, porque comuniquei inclusive a V.Exa. que estava indo participar da reunião da Comissão do Subteto, gostaria que V.Exa. me incluísse como o próximo, depois do Deputado Márcio, pra que eu possa fazer as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É hábito desta Comissão, Deputado Magela, que todo Deputado que não exercita a sua oportunidade o faça depois dos outros. Eu vou... Se V.Exa. requerer, eu posso ouvir, mas eu coloquei V.Exa., porque V.Exa. me pediu depois... V.Exa. nem tá inscrito como interpelante, mas coloquei V.Exa. depois dos outros, como é regimental.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas gostaria de ser o próximo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou ouvir os nobres Deputados. Tem V.Exa. a palavra, Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, evidentemente a grande maioria, ou quase todos que estão aqui, todas as empresas que estão aqui representadas, são empresas que procuram, na pesquisa

e no desenvolvimento de novas moléculas, a sua, o seu combustível pra crescer. E somente a Biosintética que tem interesse em fazer alguma coisa no campo do genérico. E aqui foi colocado por todos, principalmente pela Biosintética, que queria cumprimentar, pelo menos um laboratório nacional tá querendo patentear os primeiros cinco produtos, porque mesmo os laboratórios nacionais, como os laboratórios transnacionais, nenhum tem medicamento patentado no Brasil. E aqui foi colocado uma série de investimentos que estão se fazendo em termos de pesquisa, investimentos vultosos, que contrariam os dados que nós temos. Nós temos dados de 89/90: o País importava em torno de 50 milhões de dólares de produtos farmacêuticos, e hoje tá importando 1 bilhão e 400 milhões de dólares. Levou uma certa des... desindustrialização e uma perda de 40 mil postos de trabalho que foi colocado aqui. E hoje a pesquisa, no campo do medicamento, não é somente a síntese química, que já está ficando no passado; nós temos no campo da bio, da biotecnologia, com novos produtos, fitoquímica, essa coisa toda, e que, na verdade, são pesquisas altamente vultosas, são caros, e os próximos medicamentos, decorrente dessas pesquisas, não tem dúvida nenhuma que serão medicamentos de alta tecnologia e, portanto, caros. Diante disso, eu queria fazer alguma pergunta que acho que é importante pra gente que nós não obtivemos resposta. Primeiro, o fato... O que me chama a atenção é o fato de todo esse investimento e não ter produto nenhum patentado a nível de Brasil. Então, se um laboratório dos senhores investe algum dinheiro numa fase ou outra, ou em todas as fases, e acaba descobrindo determinada molécula, se for patentado e depois colocado no mercado... Então, a pergunta que quero fazer é o seguinte: existe algum mecanismo a nível do País ou internacional que investiga o quanto foi gasto na pesquisa; que tenha acesso a uma planilha de custo pra se determinar qual seria o preço de lançamento desse produto dentro de uma normalidade, dentro de padrões éticos até? Essa é uma pergunta que eu faço. E a outra pergunta é o seguinte: os senhores acham justo um produto que foi desenvolvido pelos seus laboratórios, suas matrizes, e que eventualmente já passou o período de patente, os senhores continuarem cobrando o preço dessa pesquisa no sentido também de financiar novas pesquisas, como no caso do valor de transferência desses produtos? E a outra pergunta é o seguinte: se eventualmente um laboratório qualquer dos senhores, e tô dizendo os transnacionais, que desenvolvam uma molécula aqui, para quem que fica essa patente? Vai ficar pros laboratórios ou a

subsidiária daqui ou vai ficar para a matriz ou, mesmo sendo desenvolvido aqui, nós vamos ter que continuar pagando **royalties** pra matriz? São essas questões que eu gostaria de ouvir de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos começar lá pela esquerda. Vamos lá, Dr. Carlos Felipe.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Com referência a um ponto eu queria salientar antes de entrar na resposta específica. A Merck, sim, tem um projeto concreto de genéricos para o Brasil, ou seja, não é só a Biosintética. O segundo ponto é o seguinte. Mesmo não tendo, não existindo uma patente resultante das pesquisas que nós temos no Nordeste, que eu mencionei no início, essas pesquisas estão continuamente... Renderam divisas ao País pelas exportações dos produtos que geraram, ou seja, o País, sim, teve um retorno importante de parte de, de, dessas pesquisas. O terceiro ponto, se é justo que se mantenha o, o, embutido, embutido no preço o tema da pesquisa após o vencimento da, da patente, tem dois aspectos. Justamente por isso a patente tem um prazo. Depois desse prazo, aparecem os concorrentes no mercado que oferecerão esse produto a um preço mais econômico, respectivamente; farão com que quem é dono, quem era dono da patente agora vencida veja-se necessitado para defender sua participação no mercado (*ininteligível*) preço. Esse é justamente o mecanismo da, da, do, do vencimento da, da patente. Sobre o último ponto, o desenvolvimento de moléculas, eu não posso responder no meu caso, porque não temos, realmente, (*ininteligível*) situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. CARLOS FELIPPE - Nobre Deputado, em relação aos investimentos de pesquisa, como esses projetos eles têm um tempo de maturação de dez, doze anos, é, nós precisamos, dos produtos que estão em linha hoje comercializados, tirar deles na, na nossa empresa por volta de 18% de todo o seu faturamento para alocar nesses investimentos. Em relação à parte de moléculas desenvolvidas aqui, nós participamos em conjunto com vários países, porque um produto quando chega ao mercado, ele tem que levar em conta o grupo de pacientes do Brasil, da Ásia, dos Estados Unidos, da Europa, porque ele será lançado no mundo como um todo. Nós não faríamos um desenvolvimento apenas para o mercado brasileiro. Nós participamos, junto com os outros continentes. Por isso, é muito importante, na hora de apresentar a documentação para registro... Porque às vezes as diferenças

étnicas levam a diferenças do comportamento daquele produto em determinado grupos da população. Isso é necessário que a gente tenha em escala global a pesquisa daquele produto. Então, nós participamos em conjunto com outros países, mas não especificamente um desenvolvimento apenas brasileiro. Obrigado.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Tadeu Alves, Merck Sharp & Dohme. A resposta é bem objetiva, nobre Deputado. A patente do produto fica com o laboratório de farmacologia clínica que descobriu a molécula. Se ela for descoberta no laboratório de pesquisa clínica no Canadá, a patente fica no Canadá inicialmente, e a submissão dessa patente é feita mundialmente através de um órgão chamado PCT. Se deposita num único lugar e se pega a patente no mundo todo. Com referência ao fato de que quando se termina a patente se os preços das matérias primas não caem, o produto de hoje paga a inovação de amanhã. É assim que nós sobrevivemos. Nós necessitamos de novos produtos. Existe um equilíbrio de mercado, porque no momento que se termina essa patente, absolutamente todas as empresas já detêm a tecnologia pra lançar os seus genéricos. Então, automaticamente, o mercado se equilibra. Algumas empresas lançam também o genérico, outras não o fazem. É uma opção estratégica de cada companhia. E por fim, o senhor perguntou da planilha de custo, que foi a primeira. Essa CPI requisitou de algumas empresas, inclusive a minha, algumas planilhas de custo e os senhores têm todas as informações absolutamente de acordo com o que foi submetido à Receita Federal, ao Ministério da Fazenda e devidamente auditada por Arthur Andersen.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Não, desculpa. Eu tô, eu tô falando do, do preço de lançamento da molécula nova. Perguntei a nível mundial e a nível de Brasil, se existe algum controle em que a sociedade possa estabelecer qual o preço viável para aquilo. É isso aí.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Eu, eu não sei responder porque nós ainda não desenvolvemos nenhum produto no Brasil. Espero que o façamos em breve. Como o Carlos Felipe disse, isso é um processo longo que demora, no mínimo, doze a quinze anos. Mas imagino que, por exemplo, nos países onde se desenvolva a droga, a, a, os governos locais tenham acesso a esse tipo de informação. Mas não sou eu que posso responder nesse momento.

O SR. MÁRIO GRIECO - Nobre Deputado Márcio Matos, inicialmente, eu gostaria de esclarecer que nosso laboratório já tem seis produtos em fase de

aprovação, genéricos. Em relação a depósito de patente, dependendo do local onde é descoberto o medicamento, é depositada a patente também no sistema internacional PCT. Em relação ao preço, e um exemplo que eu já citei aqui anteriormente, se a gente fosse lançar o produto Celebra com o mesmo preço que tem nos Estados Unidos, ninguém, ninguém aqui conseguiria comprar o medicamento. Então, nós levamos em consideração. Apesar de ser uma companhia internacional, eu digo que é uma companhia nacional. Por quê? Porque nós aqui é que temos o controle de decidir se vamos ou não lançar genéricos. A companhia, internacionalmente, não tem genéricos. Nós fizemos uma decisão local. Em relação ao preço, a gente avalia também as condições. E essa é, é a forma de, de liberar o mercado, por quê? Porque se eu entrar com preço muito mais alto, não vou conseguir vender o produto. Um outro valor dessa CPI é que, se os genéricos tiverem um preço muito mais baixo, não adianta... Mesmo que eu tenha um produto, vamos dizer, o Celebra, daqui dez anos vão entrar os genéricos do Celebra. Se eu mantiver um preço muito alto, Deputado, eu não vou conseguir vender esse produto e os genéricos vão ser vendidos porque têm um preço mais baixo.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Desculpa, eu acho que não me fiz entender nessa pergunta. O seu laboratório descobre uma molécula nova. O senhor vai, vai patentear e lançar no mercado internacional. O senhor lança o preço ao bel prazer seu?

O SR. MÁRIO GRIECO - Não.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Então. O que eu tô dizendo é o seguinte: uma molécula nova, pra lançar no mercado — seja mercado aqui, no Canadá, onde for —, acho que deve ter algum mecanismo de você computar os gastos de pesquisa. A sociedade mundial, inclusive, né, tem uma proteção pra isso.

O SR. MÁRIO GRIECO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Então, é nesse sentido que eu tô fazendo a pergunta.

O SR. MÁRIO GRIECO - Perfeito. Isso é feito porque normalmente, Deputado, se gasta 500 milhões para desenvolver uma molécula nova. E dependendo dos países, tem que levar em consideração também os gastos e a relação custo/benefício. Então, por exemplo, se no país a população não tem condições de pagar esse medicamento, não adianta lançar com preço muito mais alto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A minha direita.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Janssen-Cilag, Jorge Romaneiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Fala.

O SR. JORGE ROMANEIRO - É, a resposta é similar à que os outros colegas deram, deram, com exceção do preço de lançamento, no qual o nobre Deputado tá buscando mais informações. Além da estrutura de custo que tem que ter, no mundo de hoje você não consegue lançar um produto sem fazer um estudo de farmaeconomia. A farmaeconomia ela visa vir aos produtos que tão no mercado... Por exemplo, se você tem um antibiótico, ele dá um efeito colateral no seu estômago, ou outras coisas, têm outros medicamentos que você toma, às vezes, pra tirar os efeitos secundários do medicamento principal, que visa a cura ou eliminação da doença naquele produto. As novas moléculas, os novos ingredientes ativos, eles visam, na realidade, fazer um estudo de custo que compare todos os custos envolvidos num tratamento. E essas novas moléculas elas tentam buscar tudo isso, porque senão o produto nunca vai ter sucesso no mercado. No mundo globalizado de hoje, é muito importante ter um custo de tratamento abaixo da concorrência de mercado. Obrigado.

O SR. DAVID ZIMATH - Eu não tenho informações maiores a acrescentar. Conforme relatei no início, a Byk Química e Farmacêutica tem pesquisa bastante limitada, em fase básica. No Brasil, nós temos um centro de pesquisa, hoje localizado em Konstanz, na Alemanha, onde trabalham cerca de quinhentos cientistas. Mas, por questão de viabilidade econômica, não é possível, digamos, ter centros de custos espalhados por todo o mundo e por todos os países. Está se trazendo, sim, pesquisas para o País, em fases anteriores à fase de **marketing**, a fase 3 e a fase 4, ainda de maneira limitada. É... Outro aspecto que eu queria comentar, há uma certa, um questionamento dos senhores em relação por que ainda não há medicamentos patenteados no País, ou descobertos no País. A descoberta de um medicamento começa a partir de cerca de 10 mil moléculas para chegar a uma, que chega no mercado finalmente. Além dos custos já referidos, demora dez a doze anos para se chegar a comercializar ou botar o medicamento no mercado. Então, o resultado da Lei de Patentes no País, em termos de inovação, de maior investimento no País, desde as fases primárias de investigação, elas vão ser sentidas mais adiante. É muito cedo ainda no Brasil, a lei é muito recente, e,

portanto, pra nós termos medicamentos brasileiros, investigados aqui, patenteados primariamente aqui, vai demorar mais alguns anos pra chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra Dr. Omilton.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Nós temos aí cinco patentes depositadas aqui. O senhor, o senhor mencionou a questão se há órgãos que fazem a regulação dos custos de desenvolvimento de pesquisa no Brasil. Se você recorrer aos mecanismos regulares de financiamento da pesquisa, FINEP, fundamentalmente, e FAPESP, que hoje tem um programa agressivo, é, a auditoria feita por esses órgãos. Então, se uma empresa como a minha recebe 2 milhões de reais a título de pesquisa por um órgão como a FINEP, ela vai ter que comprovar a efetividade desses gastos em pesquisa pra um projeto específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bem, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Presidente, uma última, uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas não me faça uma pergunta pra todos de novo, porque...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Santo Deus, cada Deputado tá indo longe.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - É rapidinha, é com relação a matéria-prima. Nós tivemos aqui uma colocação do pessoal da, da, da indústria de química fina de que o País não tem controle nenhum de qualidade da matéria-prima. Ele até falou que alguns laboratórios compram sem saber o que que tá comprando e que alguns laboratórios fazem o próprio controle, certo? O próprio controle. Então, eu queria saber se eles confirmam que o País, o Brasil, com a Vigilância Sanitária, tem instrumento pra garantir a qualidade dessas matérias ou os senhores são obrigados a ter o seu próprio controle?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Quer começar por aqui agora? Inverter?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos começar por aí. Agora vou pedir rapidez, porque senão...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sim ou não. Sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim ou não.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Qualquer empresa séria, que tenha controle de qualidade efetivo, tem que fazer seus próprios métodos de análise de matéria-prima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Independente dos laudos.

O SR. DAVI ZIMATH - Nós fazemos os nossos também e somos auditados ainda pela casa matriz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Fazemos não somente na matéria-prima, mas no processo, no produto acabado e somos auditados pela casa matriz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Mário.

O SR. MÁRIO GRIECO - Nós também fazemos os nossos. Somos auditados pela casa matriz e mandamos informações à Vigilância Sanitária.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Exatamente o mesmo comentário: fazemos testes de matéria-prima, produto acabado e lote de referência em todos os nossos produtos, e não é feito pela Vigilância Sanitária.

O SR. CARLOS FELIPPE - Nós também fazemos todos esses testes com recursos próprios. Além disso, vamos até a validação dos fornecedores.

O SR. ERNESTO NEUMANN - A mesma situação com a Merck, só que eu acredito que, apesar disso, a Vigilância Sanitária deveria ter uma, um controle sobre essas matérias-primas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado Deputado. Com a palavra o Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, senhores convidados. É, Sr. Presidente, eu sei que nós tamos com o horário um tanto avançado e já foram feitas várias questões, mas eu gostaria de me ater um pouquinho ao que originou inclusive o princípio dessa Comissão, que foi oriundo daquela reunião por representantes dos laboratórios e que... É claro, negado por todos de que seria uma reunião oficial, o que pra nós, da Comissão, fica um tanto difícil, e inclusive por toda a comunidade brasileira, fica um tanto difícil acreditar que não foi uma reunião pautada até porque foi passado e-mail ou fax, convocando os representantes dos referidos laboratórios. E ali originou-se uma discussão muito grande que originou-se nessa CPI. Agora, os senhores... É claro

que o Sr. Presidente solicitou agora há pouco que não fizesse mais pergunta a todos os representantes, mas fica impossível e difícil pra gente questionar um e deixar de não questionar o outro, os outros. E é claro que eu vou fazer a pergunta aqui pra todos. Os senhores tinham conhecimento da reunião dos diretores e representantes dos laboratórios lá na fundação ou não? Os senhores sabiam? Sim ou não?

O SR. MÁRIO GRIECO - Não.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Não.

O SR. CARLOS FELIPPE - Não.

O SR. DAVID ZIMATH - Não.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A minha direita.

(Não identificado) - Não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Absolutamente não?

(Não identificado) - Não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Quando os senhores tomaram conhecimento da reunião, qual foi a atitude que os senhores, como presidentes diretores das empresas, tomaram?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Bom, Sr. Presidente, eu já inclusive citei isso antes.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Eu tô perguntando novamente.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Um mês depois, enviamos uma carta ao Sr. Ney Pauletto e ao Sr. Nilson e imediatamente chamamos os funcionários pra nos explicar o que tinha acontecido e enviamos uma carta a esses funcionários. Eles não tinham autorização pra nenhuma discussão e não tinham cargo na companhia pra tomar nenhuma decisão.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Qual foi a sanção que o senhor deu ao seu funcionário?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Uma carta de advertência.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Só isso?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero ajudar fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como é que se explica essa reunião e o dinheiro colocado na ABIFARMA pra fazer a publicidade? Como é que os senhores são tão inocentes na reunião do funcionário e não são inocentes em patrocinar alguma coisa sobre.... Desculpa, só pra...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Muito obrigado, Presidente. Incorporo no meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Pode ser, pode ser. Entendeu?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - A...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que era sentido a pergunta, né?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sim.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - A reunião não tem nenhuma relação com a campanha feita pela ABIFARMA. A campanha da ABIFARMA foi uma campanha produzida pela ABIFARMA, que todos nós somos membros, e apoiada e suportado por assembléia. A campanha da ABIFARMA foi absolutamente legalista para tentar demonstrar o que era a Lei de Genéricos. Nada mais que isso. De fato, essa campanha não deveria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor tem umas peças dessa propaganda para nos entregar?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Temos tudo, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Todo o texto?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Tudo, eu imagino...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Podia deixar hoje o texto?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Eu não tenho aqui, mas tô seguro que os colegas da ABIFARMA podem trazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, então o senhor providencie para nós.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Com todos os detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Desculpe (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Presidente...

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Posso fazer um último comentário? Eu acho que nós não deveríamos ter feito essa campanha. Eu acho que o Ministério da Saúde, através da Vigilância Sanitária, deveria ter feito essa campanha, porque ele foi instrutiva pra mostrar pra população o (*ininteligível*) de genéricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como é que ele ia fazer campanha, o Ministério, se os senhores não tavam fazendo nenhum, nenhum genérico, tavam se opondo ao genérico? Fazer campanha do que não tinha?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Muito bem, Presidente. Incorporo no meu questionamento.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Sr. Presidente, o que tava acontecendo é que algumas empresas estavam explorando o momento, induzindo a população de má-fé pra substituir produtos similares chamando de genéricos. Essa, esse foi o teor da campanha. Tanto é verdade que a Vigilância Sanitária de São Paulo mandou imediatamente essas companhias pararem de fazer isso e recolher os produtos.

O SR. MÁRIO GRIECO - E eu gostaria de confirmar isso daí, porque a Vigilância Sanitária publicou, no Diário Oficial, dizendo que, à disposto da Lei nº 10.083, que não existe medicamentos genéricos comercializados no País. Há necessidade de disponibilizar à população informações corretas e seguras sobre medicamentos, em especial os medicamentos genéricos; que a farmácia e drogarias são estabelecimentos de saúde pública e não meramente estabelecimentos comerciais. Determina proibição da propaganda medicamentos genéricos da Rede FarmaFort bem como apoio Laboratório Teuto de propagandas genéricas e outros produtos. As empresas acima citadas devem recolher todo o material promocional sobre medicamentos genéricos de todos os locais onde forem encontrados, no prazo de cinco dias. E (*ininteligível*) onde estão localizadas empresas devem verificar o cumprimento da determinação. Então, a própria Vigilância Sanitária publicou, em São Paulo, confirmando o esclarecimento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a data? Qual a data? Qual a data? Qual data?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Incorporo no meu questionamento.

O SR. MÁRIO GRIECO - Dia 23/09/99.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Com a palavra o nobre Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Os senhores têm conhecimento da campanha feita junto aos médicos do selo: "não troque essa receita"?

O SR. MÁRIO GRIECO - O nosso laboratório desconhece e não fizemos nenhuma campanha de troque o selo. E nós acreditamos, e eu, como médico, posso garantir, acho que o direito é do médico prescrever o que ele tem de informação, um direito do médico. O laboratório nosso leva informação científica. Ele escolhe o que vai prescrever ou não. Selo, promoções (*ininteligível*) estamos fazendo.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O seu laboratório, o seu laboratório faz visita aos médicos, mostrando produtos, entregando a eles amostra grátis, persuadindo para que ele prescreva os seus medicamentos?

O SR. MÁRIO GRIECO - Eu vou citar o exemplo Deputado, uma vez mais. A função do laboratório aqui no Brasil, e a nível mundial, sempre é esclarecer o médico novos medicamentos, porque a maioria dos médicos realmente...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O seu laboratório patrocina simpósios de médicos? Seminários?

O SR. MÁRIO GRIECO - O nosso laboratório quando estão... Quando tem relações com pesquisa clínica, fazemos reuniões pra esclarecer os médicos, dentro de todas as universidades aqui no Brasil, como têm que ser conduzidas as pesquisas clínicas. Então, nós fazemos reuniões pra esclarecer como conduzir pesquisa clínica e informação sobre o produto. Deputado ...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor, o senhor...O seu laboratório freqüenta as universidades, nos cursos de Medicina, pra inclusive divulgar as moléculas ou os produtos novos que estão sendo produzidos?

O SR. MÁRIO GRIECO - Em hipótese alguma. O que nós fazemos...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O que é que o senhor, o que é que o senhor quis dizer então quando o senhor coloca nos centros universitários? Eu não entendi essa colocação sua.

O SR. MÁRIO GRIECO - O Deputado Neuton Lima não estava aqui presente quando eu apresentei o investimento que nós fazemos, nas maiorias das universidades aqui do Brasil, e o objetivo é favorecer a pesquisa.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Investimentos nas universidades?

O SR. MÁRIO GRIECO - Investimento de pesquisa clínica. Todo o...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Nas universidades?

O SR. MÁRIO GRIECO - As universidades recebem o medicamento pra fazer pesquisa clínica e avaliar a eficácia do medicamento. E elas recebem, lógico, o medicamento pra que seja feita a pesquisa clínica. Tudo isso dentro das principais universidades do Brasil.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor não me respondeu, já que o senhor tá tomando a liberdade de falar pelos outros, uma vez que eu estou fazendo a todos...

O SR. MÁRIO GRIECO - Desculpa, não é essa a, a idéia.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Estou, estou.. A minha pergunta eu estou fazendo a todos.

O SR. MÁRIO GRIECO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E estou entendendo que eu acho que o senhor está falando pelos demais, porque os demais estão calados!

O SR. MÁRIO GRIECO - Absolutamente. Estou falando a meu respeito.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É. Então, o senhor não me respondeu. O seu laboratório, o senhor patrocina seminários aos médicos?

O SR. MÁRIO GRIECO - Nós patrocinamos seminários para ensinamento de novos produtos, informação aos médicos para esclarecimento de como prescrever novos produtos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O.k. Algum dos demais laboratórios aí fizeram a campanha do selo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É bom anotar, de como prescrever. Estão ensinando pros médicos como prescrever. Isso é o que o senhor disse, hem?

O SR. MÁRIO GRIECO - Não, perdão.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado Presidente, obrigado.

O SR. MÁRIO GRIECO - Não, eu quero esclarecer isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então esclareça, Doutor.

O SR. MÁRIO GRIECO - O que nós fazemos, e que a maioria dos laboratórios faz, é prestar informações sobre o medicamento. É muito diferente... Eu, como médico, posso diferenciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, o senhor disse como prescrever. Eu tomei sua palavra.

O SR. MÁRIO GRIECO - Desculpa, eu reconheço. Quero que fique aqui firmado que não foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nem sempre eu sou inimigo, viu?

O SR. MÁRIO GRIECO - Perfeito. Então, não a gente.... Nós damos informação. O critério é do médico prescrever o produto que ele quer ou deseja.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É... Os demais laboratórios aí, a Janssen-Cilag aí, que teve o *(ininteligível)* aí, o representante, organizador da reunião... O que é que o senhor tem a dizer aí, com relação a essas... Porque inclusive, Sr. Presidente, não foi só a questão da política contra os genéricos. É sabido que ali, naquela pauta, estava divulgada alguma coisa concernente aos distribuidores e... Mas há outras coisas que foi... O assunto daquela pauta, incorporação de uma distribuidora com outra... Eu gostaria que, principalmente o diretor aí da Janssen falasse alguma coisa com relação a esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Ininteligível)* está com a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Se não foi no mínimo estranho um dos diretores da sua empresa convocar os demais para reunião e também, pouco depois da reunião, ele se desvincilar da sua empresa e ir pra uma grande distribuidora.

O SR. JORGE ROMANEIRO - É o Seu Nilson. Não era diretor, era gerente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Era o representante.

(Não identificado) - *(Inaudível)*

O SR. JORGE ROMANEIRO - O Rubens *(ininteligível)* não participou da reunião.

(Intervenção inaudível)

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V. Exa. para responder.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Obrigado. Essa reunião teve vários tópicos abordados, pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço que desliguem o celular, pelo menos esse que ninguém atende, já que eu não posso impedir que... Entendeu? Tá atrapalhando. Tem a palavra V.Exa.

O SR. JORGE ROMANEIRO - A reunião teve vários tópicos, que eu pude ler. Na época, não era Presidente da companhia...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor está há quanto tempo, então, na Presidência?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Desde janeiro desse ano.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Agora?

O SR. JORGE ROMANEIRO - É.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor estava na companhia antes ou não?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Eu traba... Eu era Vice-Presidente de Finanças para a região, incluindo o Brasil. É, na realidade, a, a, os itens abordados...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Significa que o senhor tomou conhecimento de todo esse processo agora?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ou quando o senhor estava lá na Vice-Presidência já, já tinha sabido?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Para ser honesto com o senhor, tomei conhecimento no dia que o nosso Presidente morreu. É, os itens abordados...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Qual foi o dia, desculpe?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Vinte e um de outubro, se não estou enganado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Isso tem a ver alguma coisa com essa reunião? O senhor acha que tem a ver?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, não. Foi um problema lá... Foi um problema de ordem do coração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Coração. Preocupações...?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tem nada a ver?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Eu acho que não é um item pra nós discutirmos aqui, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor quer fazer uma autópsia aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hem? Não, não tô fazendo. Eu tô pedindo informações, e informações não prejudicam a ninguém. Tem V. Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Eu tô aguardando a resposta dele.

O SR. JORGE ROMANEIRO - É, são... Foram alguns itens discutidos nessa reunião, em termos de distribuição, conforme o nobre Deputado citou. E pelo que eu entendi, dos pontos que discutiram, distribuição, era profissionalização, ou seja, a qualidade dos serviços. Eu entendi que tinha dois tipos de distribuidores no mercado, uns já profissionalizados e outros que estariam no processo de se profissionalizar, pra prestar um melhor serviço às farmácias.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Os senhores confirmam pra mim... Aí eu faço a todos, e gostaria que todos me respondessem. Os senhores confirmam pra mim que, nessa reunião, estavam presentes então, os representantes comerciais ou os gerentes comerciais de todos os laboratórios?

O SR. DAVID ZIMATH - Não, não confirmo.

O SR. ERNESTO NEUMANN - *(Ininteligível)* um funcionário da Merck. Ernesto Neumann. Eu confirmo que estava presente um funcionário da minha empresa, mas não estava representando a empresa, porque não tinha poderes para nenhuma decisão desse tipo.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E qual foi a sanção que a sua empresa fez a esse funcionário?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Eu já relatei isso com anterioridade. Nós, nós chamamos...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ele foi exonerado?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Nós chamamos o funcionário. Eu me convenci de que ele realmente tinha feito isso com, com um outro intuito. Ele tinha chegado faz pouco ao País e queria conhecer os seus colegas e essa foi a razão pela qual ele foi à reunião. Ele não participou ativamente das discussões e

(*ininteligível*) unicamente o seu intuito de conhecer ali aos seus, aos seus colegas. Ele me apresentou isso de uma forma crível, de forma que eu tinha que acreditar.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E o Dr. Carlos?

O SR. CARLOS FELIPPE - O funcionário da AstraZeneca que participou não tinha qualquer representação da companhia para fazê-lo. Ele não era o responsável por vendas da empresa. Ele foi substituir um colega a quem o convite foi endereçado. E o que nós fizemos com ele foi proceder a uma investigação para identificar que tipo de atuação ele teve dentro dessa reunião, o que a empresa fez, como é da nossa cultura, nós demos um treinamento pra ele sobre um procedimento interno que nós temos.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Não tinha qualquer poder de decisão sobre vendas ou condições comerciais e foi...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Mas tinha um representante?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Tinha um representante. E recebeu uma carta, cartas de repreensão.

O SR. MÁRIO GRIECO - Não tinha também representação da empresa, foi um funcionário que o outro comunicou pra ir participar de um almoço. Foi pro almoço, não sabia de nada. E também já comentei que ele foi castigado, porque está sendo investigado pela Polícia Federal, ah, e...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - A pedido da própria empresa?

O SR. MÁRIO GRIECO - Não, pelo processo que está acontecendo, o processo da Polícia Federal que foi feito com todos os laboratórios, com todos os participantes desse evento.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sim, mas, mas a, o senhor disse que o seu funcionário está sendo investigado pela... Está sendo investigado pela Polícia Federal por ter participado dessa reunião?

O SR. MÁRIO GRIECO - Porque ele tava na reunião, exatamente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E a empresa não propôs nenhuma sanção em cima desse funcionário, uma vez que não tinha representatividade para falar em nome da empresa?

O SR. MÁRIO GRIECO - Sim, até que se prove que ele era culpado... Até agora, prova contrária, é inocente.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Janssen-Cilag, Jorge Romaneiro. Como já falado várias vezes, a política comercial da nossa empresa tem que ser aprovada

pela diretoria. O Seu Nilson não poderia, mencionei, em nenhum momento, falar sobre política comercial. Eles foram à reunião sem o conhecimento da diretoria, e já foi explicado isso várias vezes. Obrigado.

O SR. DAVID ZIMATH - Também conforme já declarado, a Byk Química e Farmacêutica não esteve representada lá. A diretoria da empresa, que é a única que tem poder pra tratar de assuntos como aqueles relatados na ata, não tinha conhecimento sequer da reunião. Tomou conhecimento da existência da reunião, bem como do documento, bastante tempo após a realização da mesma, quando o fato veio ao público. Além disso, o nosso funcionário, o gerente de vendas, comprovadamente compareceu lá, e assim ele declarou na Polícia Federal também, a pedido de uma, de uma reunião social, e compareceu lá após o almoço, quando não havia mais nenhuma discussão em andamento sobre os fatos. Compareceu lá por cerca de quarenta minutos. Esses fatos estão todos comprovados.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Deputado, o nosso gerente participou da reunião por livre e espontânea vontade. Era o gerente nacional de vendas. Ele esteve na reunião e, em momento algum, segundo o seu depoimento à própria Polícia Federal, houve qualquer discussão conclusiva. O fato maior é que a grande surpresa que ele teve foi de receber um comunicado por e-mail sobre assuntos tratados com os quais necessariamente não havia concordância do grupo e muito menos dele. Tanto é que, na ata, em nenhum momento ele é mencionado. Tentando responder ao ilustre Presidente sobre a campanha da ABIFARMA e a reunião de gerentes... Sr. Presidente, o senhor fez uma ligação da campanha da ABIFARMA com a relação de, com a reunião de gerentes, se houve alguma conexão. Posso dizer pro senhor que não houve nenhuma conexão, porque, além de genéricos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor é da ABIFARMA?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Sou, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor contribuiu pra aquela publicidade da ABIFARMA?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Sou sim. Contribuí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Contribuiu?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Contribuí. A Lei de Genéricos é de fevereiro de 1998 e ela foi, ela teve um processo de resolução em agosto. Se o

senhor perceber a campanha que foi feita pela ABIFARMA, foi exatamente após a resolução, quando se finalmente tinha uma legislação resolvida sobre medicamentos genéricos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero conhecer o texto, porque há uma confusão. O senhor sabe que o Decreto 793 autorizou os laboratórios, e não deveria ser estranho, que pudesse usar a denominação "genérico" em similares.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sabe, o senhor sabe disso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, quando alguém afirma que não havia nome genérico, realmente, houve por um largo período. Eu só não sei se foi revogado esse pela lei ou pelo, pelo decreto que implantou. Eu tenho...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu acho que a assessoria jurídica, a assessoria jurídica pode enviar todas essas informações.

(Não identificado) - Seria importante, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Ininteligível)* genérico, compreende?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agora, eu quero dizer, eu quero dizer o contrário do que V.Exas. dizem. Pode haver equívoco. Havia um interesse conjugado, e eu excluo V.Exa., até não sei por que razão, mas... Nem sei se excluo, mas havia um interesse conjugado dos grandes laboratórios que não gostariam de ter uma competição nos genéricos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, eu incorporo a sua pergunta ao meu questionamento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É verdade. Desculpe. É que ele me perguntou isso...Eu quero excluir. Vou descontar o tempo de V. Exa. Mas eu vou voltar esse assunto ao final. Desculpe. É que ele havia me perguntado. E eu não estava aqui...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não, na verdade, ele estava respondendo à minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas ele que me perguntou!

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É. Ele aproveitou para responder ao senhor na questão que o senhor fez, na questão da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Mas eu volto a esse assunto depois.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - É que ele levantou uma pequena dúvida de datas, e eu tinha a informação e fiz questão de passar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Vou descontar esse tempo.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu, até então, eu achei aqui impressionante. O nome do senhor é...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Omilton.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Omilton. O senhor representa qual laboratório?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Biosintética.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Biosintética. O senhor, agora há pouco, palavras do senhor, quando o senhor se dirigiu ao Presidente para responder concernente à campanha publicitária da ABIFARMA,...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - ... o senhor disse concernente que a campanha não saiu oriunda da reunião dos gerentes. Significa que o senhor está admitindo que aquela reunião na fundação, os representantes que ali estavam eram os gerentes, então.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - No caso específico da minha empresa, era o gerente nacional de vendas, que tem poder limitados de decisão e que não poderia, em momento algum...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E que aquela reunião não era apenas uma reunião, como eles disseram aqui, de confraternização. Houve de fato uma reunião com pauta determinada?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - É, eu acho que houve uma reunião. Não sei se houve pauta determinada, mas houve uma reunião. Eu acho que seria uma pouco até infantil achar...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E, tudo bem...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - ...que você faz uma reunião de confraternização em plena terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Só não tá marcado lá é o café da tarde, que como é que era o café, se é um café colonial ou não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - As empresas dos senhores costumam pagar as despesas oriundas desses encontros desses representantes dos senhores?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - A minha não. Essa reunião pagou... foi paga com o bolso do seu próprio... do próprio funcionário.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - A Janssen-Cilag paga?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Ela reembolsou a despesa do Nilson e do Pauletto.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ela reembolsou?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Reembolsou. Ele faz um relatório de despesa, de várias despesas que ele tem e tinha esse dentro também.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O.k. O.k. Eu quero informar então ao senhor que o Sr. Nilson disse para essa Comissão que ele não restituiu nada da sua empresa. Ou o senhor está mentindo ou ele está mentindo. Me perdoe assim usar essa expressão. O Sr. Ney Pauletto confirmou que ele tinha sido ressarcido por parte da empresa.

O SR. JORGE ROMANEIRO - É o que eu tô confirmando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A empresa confirmou.

O SR. JORGE ROMANEIRO - A empresa ressarciu os dois.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Isso. Agora, o Sr. Nilson, ele deixou claro aqui que não, que ele tinha pago do próprio bolso dele as despesas desse... desta confraternização. Eu queria saber os demais. Se as empresas costumam pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço que V. Exa... Está com dezoito minutos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - A última pergunta só, Sr. Presidente.

O SR. ERNESTO NEUMANN - O funcionário que assistiu à reunião é um funcionário que trabalha com uma equipe de duzentos propagandistas e de clientes espalhados no País inteiro. Ele viaja, portanto, continuamente e continuamente tem (*ininteligível*) de gastos...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Eu gostaria que fosse objetivo.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Numa (*ininteligível*) de gastos dessa estava incluído esse processo, porque a parte de uma viagem dele.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Então, a sua empresa também pagou o representante?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Sim.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - A outra lhe pagou ou não pagou? Sim ou não?

O SR. CARLOS FELIPPE - Faz parte do relatório de despesa desse funcionário alocar todos os seus custos operacionais.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Então, significa que a tua empresa também pagou a despesa dessa reunião?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Não sei dizer, porque eu não sei o que houve lá. Se foi só um almoço, e isso foi patrocinado pelo grupo (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor não sabe o que houve?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Não sei. Definitivamente não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor... Na opinião do senhor, foi uma reunião fantasma, ela não aconteceu, não existiu a reunião?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Não, não. De fato, a reunião existiu. Eu não sei definir essa reunião como vocês estão definindo. O que eu estou simplesmente dizendo aqui é...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Uma reunião simples, que é a própria Polícia Federal está investigando, o senhor não consegue definir essa reunião?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Eu acho que nós deveríamos esperar a Polícia Federal dar um resultado...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Dr. José, nós, como Parlamentares, não, e a sociedade brasileira também não. Os preços dos medicamentos subiram. E os senhores até hoje nunca explicaram à sociedade brasileira. Os preços dos medicamentos... O aposentado não consegue comprar o medicamento. São cidadãos nas filas dos hospitais, porque falta medicamento porque não tem o dinheiro pra comprar. E os laboratórios multinacionais estão aqui subindo os preços, já aprovaram trezentos e tanto por cento, e os senhores vêm aqui dar uma de gostosão, dizer que não sabe o que está acontecendo?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Onde está a relação dessa reunião com preços? Eu até agora não vi essa relação.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Vocês estavam aí num processo de cartelização. O senhor tá achando que nós somos o quê?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Eu, Sr. Deputado e Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Me perdoe, doutor, me perdoe. É querer achar, Sr. Presidente, que nós estamos aqui com brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço a V. Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Por favor. Os senhores também, em nenhum momento disseram a respeito da campanha dos selos que os senhores fizeram. Os selos apareceram sozinhos? Ninguém confeccionou, ninguém pagou esses selos? E está aqui na Comissão, nos processos da Comissão os selos para os médicos, para a classe médica. Meu Deus! É isso que nós queremos para a sociedade brasileira, senhores? Eu entendo que eu estou diante aqui de homens sérios, homens responsáveis, homens competentes, que podem e estão dirigindo grandes empresas e que estão gerando empregos, estão dando alimentação a muitas famílias. Mas, meu Deus, nós temos 166 milhões de brasileiros que estão precisando de medicamentos! Sr. Presidente, eu agradeço. Não dá mais para perguntar isso aos senhores não.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Eu posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Trinta segundos. Não mais que isso. Eu acho que nós estamos indo para um caminho perigoso, porque me parece, pelos comentários do nobre Deputado, que nós já fomos condenados antecipadamente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - O senhor acabou de dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, ainda não, ainda não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, não estou condenando ninguém. Está faltando é seriedade por parte das empresas que produzem medicamentos neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Tem V. Exa. a palavra para concluir.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - O.k. Eu pediria que nós tomássemos um pouquinho mais de cuidado com esse processo de palavras, porque a sensação que estamos tendo aqui na frente é que estamos sendo condenados antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não há nenhuma condenação. São apenas inquirições muitas vezes mais veementes, o que cabe a resposta também ser veemente. Tem a palavra o Deputado Iris Simões.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, muito obrigado. Agora são treze e trinta e dois, e nós ficamos até as duas da madrugada hoje aqui. E a fome já começa a bater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Que se reflita no tempo que V. Exa. vai usar.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Vai refletir. Com certeza, Sr. Presidente. E eu sou exemplo. Eu tô louco para sair daqui para comer um sanduíche aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Desculpe a brincadeira. V.Exa. sempre é rigorosamente obediente ao Regimento.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, eu não quero fazer nenhum questionamento na questão da reunião. Eu só quero fazer um comentário. E esse comentário é o seguinte: o Sr. Nilson que se desligou da empresa Janssen-Cilag. Ele trabalhou lá 23 anos, se não me falha a memória. Ele conhecia todo, né... Enfim, ele navegou por 23 anos, não é, e, destes, muitos anos como gerente de vendas. Então, ele sabia tudo que acontecia. Eu acho que o grande vilão de tudo isso, de vazar tudo isso, foi o Sr. Nilson. Eu acho... Essa charada é que eu, a cada pergunta, cada questionamento, eu encontro. Ele saiu para um outro setor, não pôde montar sua distribuidora, como já foi colocado e ele colocou, e aí vazou as informações. E aí, se houve ou não, por parte dos senhores, a delegação das pessoas que lá estiveram, até eu, até... Essa certeza hoje eu passei a não ter. Mas sei de uma coisa: que houve a reunião e o que foi feito lá era o que acontecia, o que acontece dentro daquilo que se chama cartel, que nós estamos tentando provar, mas que ele é que deixou vazar tudo isso, essa é a grande verdade. Ele saiu sabendo que ia sair, e já, na seqüência, partiu para o mercado que ele queria. E colocou os senhores saindo sabendo que tinha uma CPI pra sair, sabendo que tinha os genéricos pra logo em seguida sair. Ele contou tudo que sabia, colocou o Seu Ney de laranja, com seu (*ininteligível*), fez a tal da ata e jogou pra fora. Essa é

a verdade. Os senhores têm que ir atrás do tal do Nilson. E nós vamos atrás da verdade. Sr. Presidente, Srs. Depoentes, eu ouvi aqui de alguns Deputados a questão das patentes. E todos, todos aqui, sem exceção, investem em universidades, investem em pesquisa. E eu acho legal, porque investir numa mão-de-obra de pesquisa na comunidade científica brasileira é baratíssimo, porque aqui as universidades estão precisando de vinte reais pra comprar papel. Então, quando algum laboratório, alguma empresa grande vem com um milhão, dois milhões, dez milhões para investimento, abrem-se as portas e trabalham de graça. Mas o que eu quero levantar é a questão das patentes, que, até agora, nós não tivemos nenhuma patente registrada aqui. Quer dizer, eu queria saber... Eu não entendo bem disso, mas parece-me que os estudos... Porque tem laboratórios aqui que estão a sessenta anos, quarenta anos, trinta anos, quer dizer, e pelo que eu senti, pra você colocar uma molécula, aprovar o produto, leva dez, quinze anos, vinte anos. Então, quer dizer, nós já tivemos esse espaço de tempo, que poderia ter uma molécula aqui no País. Eu queria saber exatamente isso — e não vou perguntar para todos não, vou escolher alguns —, se esses centros universitários e científicos do País, nos quais os senhores investem, são utilizados depois. Quer dizer, esta massa pensante, eles estudam, e aí os senhores levam esse estudo, claro, já senti que levam, e aprovam daí em outros países. Quer dizer, se utilizam de uma massa pensante, do corpo científico brasileiro, por um preço mínimo, e registram as patentes baseado, muitas vezes, na maioria das vezes, até nesses estudos, e registram as patentes das moléculas nos países desenvolvidos, nas sedes dos seus laboratórios. Eu vou escolher aqui o laboratório... Dr. Carlos Felipe, o AstraZeneca e também a Merck Sharp & Dohme.

O SR. CARLOS FELIPPE - Deixa eu colocar um pouco mais de informação para trazer talvez um pouco de luz...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não, mas é exatamente isso... Eu queria, a luz aqui, eu já estou cheio de refletores, mas, sem, sem trocadilho, esse corpo científico é usado de maneira até submissa, porque, pela falta de investimento do Governo, quer dizer, o que entrar pra eles é lucro. "Ah, puxa, veio um laboratório tá dando um milhão para nós". Quer dizer, é um custo muito pequeno pra se estudar e se utilizar desse estudo acadêmico pra patentear num País de Primeiro Mundo. Era exatamente isso que eu queria saber.

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, não é nada disso que nós fazemos, por isso que eu tentei trazer um pouco de explicação, sem fazer qualquer trocadilho, até porque eu tenho muito respeito...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas os senhores... O senhor não...

O SR. CARLOS FELIPPE - Deixa, deixa,... Posso responder?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - ...não utilizam esse trabalho pra patentear? Desse trabalho, desse estudo dos cientistas brasileiros não foram utilizados para patentear produtos lá fora?

O SR. CARLOS FELIPPE - E aqui no Brasil simultaneamente. Toda vez que nós chegamos a uma nova molécula, testada, onde os estudos brasileiros fazem parte dos estudos globais...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas o registro... Quer dizer, ficou... O País sede ficou..

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, é imediato, assim que nós concluímos o estudo de um produto, nobre Deputado, onde os cientistas brasileiros participaram...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Ele ganham alguma coisa?

O SR. CARLOS FELIPPE - Claro que ganham, claro que ganham, são todos remunerados, em padrões internacionais.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Ganham naquilo que o laboratório investiu lá dentro da universidade.

O SR. CARLOS FELIPPE - De forma alguma a gente teria uma política discriminatória em relação ao cientista brasileiro.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Tá ótimo. Eu me dou por contente, não preciso nem ouvir mais o laboratório. Me dou por satisfeito, mesmo entendendo que... Eu entendo que o preço, quer dizer, o valor pago ao... ao acadêmico, ao cientista nacional, ao cientista brasileiro, ele fica realmente aquém daquilo que no Primeiro Mundo é pago. É... Aos mesmos laboratórios. Os senhores compram os insumos das suas matrizes, sim? As matrizes compram os insumos da China, Índia, países nessa linha? Pode ser o senhor, da Merck Sharp.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Nós desenvolvemos, pesquisamos e desenvolvemos nossa próprias matérias-primas. Nós produzimos toda a matéria-prima para todos os nossos produtos. Nós não compramos de terceiros não

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - A matriz nunca compra?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Não, nós produzimos absolutamente tudo.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor também?

(Não identificado) - Deputado, posso fazer um comentário? Não posso perder essa oportunidade.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Na seqüência eu volto com o senhor sobre o assunto. Dr. Omilton Visconde, o senhor é o único laboratório nacional na tarde já de hoje aqui. O senhor diferencia no que de laboratórios como Teuto, NeoQuímica, Luper? No que o seu laboratório se diferencia pra estar na ABIFARMA?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, primeiro que eu não me diferencio e não me julgo.... Me diferencio mas não julgo que isso é ser melhor ou ser pior que os laboratórios mencionados.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu não coloquei assim.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Nós somos sócios da ABIFARMA desde a fundação da ABIFARMA, há muitos anos atrás. A ABIFARMA tem vários outros associados nacionais, até de pequeno porte.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Certo.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Fundamentalmente, a Biosintética atua na divulgação científica, na propaganda médica, porque nós acreditamos que o consumo de medicamento deve ser única e exclusivamente gerado através de uma receita médica.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor produz BO no seu laboratório?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, eu não produzo nenhum BO.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor conhece.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - O que não significa ...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas o senhor conhece BO, né?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Conheço, já ouvi dizer, seria um hipocrisia dizer pro senhor aqui que eu não conheço BO.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas eu gostaria... Eu entendi a sua resposta, mas eu queria ir mais profundamente. O senhor faz testes. O senhor falou que o seu laboratório faz testes de bioequivalência...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Desde 1993.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E disponibilidade.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Biodisponibilidade também.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Os outros não fazem? Era essa diferenciação...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Alguns laboratórios nacionais já fazem esses testes...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não, fazem agora nos genéricos.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas nos similares eles não faziam.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, não é prática fazer esse tipo de teste nos similares, até porque a legislação nunca exigiu.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não exigiu.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Nós fizemos esses testes porque nós gostaríamos de levar à sociedade e aos médicos uma empresa nacional com padrão de qualidade elevado.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Então, era nesse ponto que eu queria chegar. Por isso que, fazendo o teste da disponibilidade, da bioequivalência, é que o senhor também importa insumos muito mais, com valor muito elevado do que os outros laboratórios nacionais?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não necessariamente. Isso vai depender muito de princípio ativo para cada princípio ativo.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor já comprou da Índia e da China?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Já comprei da Índia alguma coisa, porque na Índia você tem cinco boas empresas farmacêuticas, e a grande maioria companhias muito complicadas, que têm, realmente, problemas de qualidade, mas existe algumas companhias que têm boa qualidade. Não tivemos experiência com a China, que eu saiba,...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Certo.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - ...e não pode generalizar a questão das matérias-primas que vêm dos países do leste, porque, como eu te disse, na Índia existem cinco ou seis empresas extremamente competitivas. Inclusive existem empresas indianas hoje registrando genéricos no Brasil. A maior companhia indiana hoje está registrando genéricos no Brasil. É uma companhia com bom padrão de qualidade. Agora, o problema dos fornecimentos de matérias-primas do leste é a

questão de como elas chegam ao Brasil, porque elas chegam muito através de **traders**, e muitas vezes você não tem uma garantia da origem, e em muitas situações você também tem o risco de ter, numa determinada importação, uma origem; numa segunda importação uma outra origem, e isso faz com que os padrões de qualidade não possam ser obedecidos.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Seus produtos têm maior qualidade que os outros laboratórios nacionais?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, eu acho que meus produtos têm uma boa qualidade e, fundamentalmente, eu tenho provas da minha qualidade. Qualidade em medicamentos não pode ser 99%, qualidade... Noventa e nove por cento pode representar a morte na qualidade de um determinado medicamento. O que nós tentamos garantir com as bioequivalências que nós começamos em 1993 era de levar uma evidência absolutamente científica de que os nossos produtos tinham um efeito terapêutico desejado e compatível com os produtos de referência.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor vende para algum órgão público, Prefeitura, Governo de Estado?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Nós temos uma linha de medicamentos hoje que é a maior parte da nossa contribuição com o MERCOSUL, que é a representação que nós temos do Grupo Cidrus(?), na Argentina.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Pra que Estado (*ininteligível*)?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Magela) - O senhor tem um minuto, Deputado.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu vendo eritropoetina...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Tá sendo rígido comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Magela) - Não, é V.Exa. que diz que seria rigoroso com o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor vende pra que Estado?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu vendo pra todos os Estados do Brasil, todos os Estados do Brasil

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Todos os Estados. Eu queria uma pergunta geral, só sim ou não, pra todos os senhores dos laboratórios multinacionais: vendem pra Estado, Prefeitura? Sim ou não? Todos vendem?

(Não identificado) - Sim.

(Não identificado) - Sim.

(Não identificado) - Pouco, mínima coisa, mas vendemos, sim.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor, da Janssen.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Sim, vendemos, através de concorrência pública.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Bastante?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, em torno de 8% a 7% do nosso faturamento.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O Sr. Dr. Mário Grieco.

O SR. MÁRIO GRIECO - Sim, vendemos.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Em que quantidade? Que percentual?

O SR. MÁRIO GRIECO - Percentual de... É pouco, 5%.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - *(Ininteligível.)*

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Vendemos por volta de 5% , com exceção de uma só, especificamente, que tem um débito muito grande conosco.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Qual é? Pode falar?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Eu preferia não dizer isso não, mas eu falo em particular.

(Não identificado) - Nós também vendemos, é um valor pequeno, eu não sei a porcentagem, abaixo de 5%.

(Não identificado) - Nossas vendas são a Prefeituras e a outras organizações, esses tipos são marginais, praticamente, pequena porcentagem.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, eu já vou concluir, eu fiz essa pergunta por que, por exemplo, no meu Estado, o Estado do Paraná, nós temos em Maringá uma universidade, e em Londrina universidade, que também até foi citada, se não me engano a de Maringá, na Merck, né, mas um laboratório estadual foi fechado há cerca de dois anos. E nós sentimos que as experiências do Rio de Janeiro e outras experiências que aqui chegaram nos traduzem que o laboratório público, para o País, parece que estamos andando na contramão, mas, para a nossa situação, para a nossa condição, de 40 milhões de pessoas que não têm acesso a medicamentos, ainda seria e será uma grande saída. E eu falo isso porque alguém, como São Paulo, está comprando de laboratórios privados e a preços de mercado. E aí é que eu gostaria, Sr. Presidente, Sr. Relator,... Eu vou

fazer um requerimento pedindo às grandes Prefeituras e aos Governos do Estado para que mandem a esta CPI as suas compras, a relação de suas compras, de que laboratório estão comprando, aonde estão investindo dinheiro da saúde na compra de medicamentos para os postos de saúde dos Municípios de dos Estados também. Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Magela) - Com a palavra o Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria inicialmente, Sr. Presidente, Sr. Relator, convidados, fazer uma pergunta genérica aos nossos depoentes, já que eles estão enquadrados aqui na Portaria 127 do Ministério da Fazenda, que diz que os laboratórios farmacêuticos deverão comunicar à Secretaria de Acompanhamento Econômico, no prazo de dez dias, quaisquer reajustes de preço dos medicamentos da linha humana, com exigência de vendas sujeita à prescrição médica. Parágrafo único: a comunicação de que trata o **caput** deste artigo deverá ser acompanhada de justificativa, que compreenderá informações detalhadas sobre o comportamento de custos dos respectivos produtos. Pergunta aos depoentes é se... É claro que isso está sendo feito, não é, todos confirmam, está sendo feito, se existe algum desdobramento da Secretaria de Acompanhamento Econômico a respeito desses documentos que vocês estão depositando lá na Secretaria.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Se existe algum desdobramento, algum questionamento, por parte da Secretaria de Acompanhamento Econômico, a respeito desse depósito de reajuste.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Medicamentos. Não existe também? Eu queria... Isto é uma demonstração, Presidente, que nós temos que requerer todas essas, de novembro de 98 até hoje, Presidente, aquela pergunta que V.Exa. fez ontem, do acompanhamento que estava sendo feito pela... de preços. Até hoje tá sendo depositados os reajustes lá na Secretaria de Acompanhamento Econômico e pronto. É isso que tá acontecendo no Brasil. Então, nós temos que requerer da Secretaria de Acompanhamento Econômico toda essa movimentação de reajustes, desde novembro de 98 até hoje, para que a assessoria, juntamente com os Deputados, nós consigamos checar alguma... por que que o Ministério da

Fazenda tá sendo tão omissa e conivente com essa escalada de preços no Brasil. Outra pergunta que eu queria fazer, e espero também que... infelizmente parece que vai ser o silêncio a resposta, é se existe alguma pesquisa desses laboratórios que estão aqui na nossa CPI sobre as graves questões, as doenças graves deste País, como, por exemplo, a malária, esquistossomose, a febre amarela, a doença de Chagas, a filariose, se existem... doenças que atacam o povo trabalhador pobre, e o povo principalmente das regiões mais distantes e longínquas deste País? Se existe algum desses laboratórios que estão aqui que têm alguma... pelo menos iniciam-se em estudar as doenças do povo brasileiro, onde o povo brasileiro está mais a sofrer neste momento, de tão desamparado.

O SR. ERNESTO NEUMANN - A Merck (*ininteligível*) não só produtos (*ininteligível*), que faz muitos anos que está no mercado, ele contém a substância (*ininteligível*), de pesquisa conjunta da Merck e da Bayer, e ele está sendo utilizado, por exemplo, para a esquistossomose no País.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Esquistossomose.

O SR. CARLOS FELIPPE - No caso da AstraZeneca a gente faz bastante pesquisa na área da câncer, que não é um mal exclusivo do Brasil, mas estudamos profundamente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não, eu não tô perguntando câncer. Não tô perguntando potência sexual, não tô perguntando nada, tô perguntando se filariose, esquistossomose, doença de Chagas, febre amarela e malária. E isso que eu tô perguntando. A Merck respondeu, a Merck respondeu que tem já um encaminhamento sobre... qual doença?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Esquistossomose.

O SR. CARLOS FELIPPE - Nessa lista específica que o senhor mencionou, nós não temos nenhum projeto.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Deputado Sérgio Novais,

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pois não.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - A Biosintética está em fase de negociação como Instituto do Coração, grupo de pesquisa pra questão específica da doença de Chagas. Nós não temos ainda o acordo firmado, mas nós estamos andando no sentido de buscarmos a cura, até porque nós estamos esperando também financiamento da FAPESP para esse projeto.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Deputado, Tadeu Alves, da Merck Sharp & Dohme. Eu tenho um pouco mais, eu tenho um produto que foi desenvolvido pela nossa empresa há cerca de uns doze anos atrás, que é um produto pra oncocercose, que está ligado à filariose, de uma certa maneira, que é endêmica em algumas áreas do País, e também age nas *(ininteligível)* dos rios, que existe muito no Norte da Amazônia, mas, dramaticamente, na África. E tem uma coisa interessante: esse produto está disponível gratuitamente pra qualquer país do mundo, em qualquer quantidade, pela Organização Mundial de Saúde. Essa semana houve um pedido da Fundação FIOCRUZ de, se eu não estou equivocado, algo em torno de 200 mil comprimidos, que está sendo cedido por solicitação. É o quinto ano em seguida, ou seja, pra uma coisa endêmica no País e que está sendo doado para o País, não só Brasil, todos os países do mundo.

O SR. MÁRIO GRIECO - Nobre Deputado Sérgio Novais, a nossa companhia tem investido em algumas pesquisas, principalmente com produto chamado Aldactone, no caso de doenças de Chagas, que permite um aumento da sobrevivência com a utilização desse produto. Essas pesquisas foram realizadas aqui no Brasil.

O SR. DAVID ZIMATH - A BYK Química e Farmacêutica tem pesquisas na área respiratória, gastroenterologia, oncologia e neurologia, mas não especificamente nessas indicações que o senhor referiu.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Nessas indicações não temos. Na área de verminoses vamos doar agora um milhão e meio de comprimidos para a redução de verminoses no Amapá e no Amazonas. E estamos fazendo estudos para melhorar a dose do remédio que nós temos, devido à mutação que houve. Obrigado.

(Não identificado) - Vamos lá.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria... Eu queria fazer uma constatação aqui. Se a prevalecer essa tese de que o gerente, os dirigentes não sabiam da reunião, apesar de nós termos indícios assim muito fortes da Janssen-Cilag, já que nós tivemos aqui o Ney Pauletto, Nilson Ribeiro e Rubens Ochini... O diretor comercial, ele foi, na acareação que aconteceu com a Janssen, o gerente comercial disse que o dirigente, o diretor comercial sabia, Dr. Jorge Romaneiro, sabia, reafirmou aqui, apesar das negativas. Mas vamos admitir que essa tese possa ser verdadeira, aí está plenamente justificado, Presidente, que a pílula de farinha está no mercado, e outras pílulas de farinha estão no mercado, porque, se gerencialmente nós não sabemos onde estão os gerentes comerciais, se

nós não sabemos onde estão os diretores de venda, ou se não existe um controle disso, nós podemos admitir que o controle de qualidade da empresa está nesse patamar. Essa é uma tese que precisa ser investigada, principalmente pela Vigilância Sanitária. Mas eu queria aqui, Sr. Presidente, me ater agora ao Laboratório Janssen-Cilag. Eu vou fazer a mesma constatação que fiz ontem a respeito da Bristol. A Bristol... Ontem nós falamos do famoso Captopril, quando eu fiz a comparação do Captopril fabricado pela Bristol e o Captopril fabricado pelo FIOCRUZ. Oito vezes foi constatado pelo... esse "Dicionário de Medicamentos Genéricos". Agora vamos para o Tylenol, medicamento famoso, um analgésico antitérmico da Janssen-Cilag que tem como princípio ativo o paracetamol. Janssen-Cilag, a produtora produz o Tylenol, um comprimido a 26 centavos, e o mesmo comprimido fabricado pela FIOCRUZ custa 0,036 centavos, portanto, oito vezes a menos. Muito parecido com o Captopril de ontem. Agora, para outro medicamento da Janssen-Cilag, o Haldol, que é um neuroléptico, que tem como princípio ativo o haloperidol, um comprimido, um comprimido, não, uma caixa de 1 miligrama desse medicamento, com vinte comprimidos, custa 2,58, uma caixa com vinte comprimidos, de 1 miligrama desse medicamento Haldol da Janssen-Cilag. Pois uma caixa com duzentos comprimidos da FIOCRUZ custa 2,40. Portanto, um décimo, um décimo custa o medicamento da FIOCRUZ, mostrando que é a mesma lógica. O que nós estamos... A bateria de sete de ontem e a bateria de sete de hoje é muito semelhante, é nessa proporção de oito vezes, dez vezes, os medicamentos estão sendo fabricados por esses laboratórios... A FIOCRUZ, relativamente aos preços da FIOCRUZ. Mas eu queria me ater aqui à Janssen-Cilag, pra perguntar ao Dr. Jorge Romaneiro sobre essa situação de remessas ao exterior. A Janssen-Cilag é uma das empresas que mais remete, que mais faz transações, que tem mais registro de operações internacionais para a sua matriz e para outras empresas. Eu queria saber do Dr. Jorge... Deixa eu ver aqui onde é que está. Só um minuto aqui que eu me... Eu vou encontrar. Sim, tá aqui. Que empresa é essa, Dr. Jorge, que tanto a Janssen-Cilag remete para o exterior tanto dinheiro, chamada Glycan S.A.?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Honestamente, eu teria que avaliar. Desconheço.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor é diretor financeiro.

O SR. JORGE ROMANEIRO - É, mas não conheço o nome dessa GlyGlycancan S.Sa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Ah, o senhor tem que conhecer. O senhor tem que conhecer essa Glycan. Sabe por quê? Porque, só dos registros do Banco Central aqui, eu tenho mais de 60 milhões de dólares emitidos. O senhor não pode mentir aqui.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Quanto?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sessenta milhões de dólares. Como é que o senhor não conhece?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Prometo ao senhor...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor não veio aqui pra fazer isso.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não. Eu prometo ao senhor levantar e enviar. No momento, eu desconheço.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sinceramente. Eu tô com um registro do Banco Central, documentos aqui do Banco Central, onde a Janssen-Cilag mandou, mandou, de 95, de 95 até 99, são os últimos dados, de fevereiro de 99, mandou mais de 60 milhões de dólares para a empresa Glycan. Então, vamos mais em frente, se o senhor é diretor financeiro mesmo. O senhor conhece a empresa LMPark(?)?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Qual é o nome?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - LMPark — LMPark(?), em inglês.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor conhece a empresa Consultoria Milena(?)?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor conhece a empresa Armet(?)?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor conhece a empresa... A Glycan, já falei. Então, todas as empresas que foram remetidos... foram feitas remessas para o exterior da Janssen-Cilag, que é a Johnson&Johnson, todas aqui, o senhor é diretor financeiro, era diretor financeiro; agora, Presidente, não sabe. O senhor assumiu a presidência quando, Dr. Jorge?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Em janeiro deste ano.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Janeiro. Eu tenho uma remessa aqui da Johnson... Tá aqui. Uma remessa... Eu tenho uma remessa pequena de 18 de fevereiro de 99, para a Armet(?). Pouco mais de 54 mil dólares.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Nobre Deputado, eu não sei...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor assina o cheque da empresa?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Quem que assina?

O SR. JORGE ROMANEIRO - É o tesoureiro nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu devo, eu devo adverti-lo, Deputado, que, se V.Exa. estiver usando documentos sigilosos, V.Exa. tá assumindo responsabilidade pela sua divulgação e respondendo perante a lei, entendeu?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não, eu tô... Claro, claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra. Advertido, tem a palavra pra prosseguir.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Claro que nós estamos usando informações que... públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, prossiga com a palavra, se são públicas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se não o forem, V.Exa. está infringindo a lei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Infelizmente, aqui tá pra acontecer isso, Sr. Presidente. E os Deputados que tão investigando está infringindo a lei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, não exagere, que não é isso. Deputado, V.Exa. sabe que tem normas. Ninguém tá infringindo a lei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu tô dizendo, Sr. Presidente, pelo teor do depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é o seu caso, mas algum Deputado que não faz o dever de casa e gosta de atirar contra a CPI.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Mas vamos lá. Não é o meu caso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é o caso. Eu disse que não é o caso de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu tenho tentado, tenho tentado fazer... colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Prossiga, V.Exa. Eu tô tentando colaborar com V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tô assegurando a palavra, com o maior respeito a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu vou, eu vou aqui na questão das despesas de pesquisa científica e tecnológica. Eu tenho aqui um documento, produzido pela assessoria, que não existe, no Laboratório Janssen... Foi comentado aqui que alguns laboratórios praticam pesquisa científica e tecnológica. Por exemplo, no balancete, no, no balanço da Janssen, por exemplo, o investimento em tecnologia, em 97 e 98, eu tenho aqui zero. É verdade isso, doutor?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Nós investimos em pesquisa e desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pesquisa científica e tecnológica, que aparece no balanço.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Investimos em pesquisa e desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Por que que é zero?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Eu não sei. Eu teria que ver os dados que o senhor tem. Primeiro...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Esses dados aqui, senhor...

O SR. JORGE ROMANEIRO - Nobre Deputado, caso o senhor tenha alguma dúvida e precise de alguma informação da Janssen-Cilag — já lhe falei —, estou à disposição para enviar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Mas o senhor veio aqui pra prestar isso.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, o senhor tá usando alguns dados que são pertinentes a nossa empresa, principalmente de balanço, que não devem ser divulgados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Dois, não posso perguntar ao senhor. O senhor... Olha o que o senhor tá dizendo. Se eu não posso perguntar ao senhor... Tô com um balanço aqui dizendo que o senhor não produz, não investe em nada...

O SR. JORGE ROMANEIRO - Os balanços são dados da empresa...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - ...nada em ciência e tecnologia. Eu não posso... Tá escrito.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Eu vou mandar pro senhor todos os detalhes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Então, o senhor vai ter que mandar outro balanço.

O SR. JORGE ROMANEIRO - O senhor solicita, e a gente envia. Agora, o senhor não pode pegar um balanço da companhia e ficar falando...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Diretor Jorge, eu não tô aqui falando... Nós não tamos aqui pra brincar, rapaz. Já foi pedido o... Foi quebrado até o sigilo bancário de vocês. Nós não tamos aqui pra... com conversa.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Ninguém falou em brincadeira aqui. E acho excelente quebrar o sigilo bancário e fiscal. Acho excelente isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É. Era até bom o telefônico também. Eu advogava o telefônico também. Mas eu queria, finalmente, Sr. Presidente, só fazer essa constatação de que nós temos que nos aprofundar, porque nós tamos aqui com um diretor financeiro, que agora é Presidente, que, na hora que a gente faz algum cheque mais... uma checagem mais aprofundada, ou não quer responder, porque tem o risco de responder aqui e termos mais elementos, né, e aí é onde tá. A Janssen-Cilag é o mau exemplo deste Brasil. Pros brasileiros que tão nos ouvindo, a Janssen-Cilag produz os medicamentos Johnson&Johnson, os famosos medicamentos. É a linha farmacêutica da Johnson&Johnson, a Janssen-Cilag, pros brasileiros saberem em que nós estamos envolvidos. Então, essa, essa Janssen-Cilag, que armou todo o cartel que tá aí, que tá tentando passar para o povo brasileiro que não armou, tá armado, trabalhado contra os genéricos, e vão trabalhar muito mais, Sr. Presidente, porque quem multiplica por dez o preço, como tá aqui provado, que eu não tô... Isso aqui, isso aqui não é... isso aqui são dados oficiais do Artiplus(?), eles vão querer que esses genéricos passem vinte anos pra entrar no Brasil. Enquanto isso, o povo brasileiro, que tá vendo aqui pela primeira vez... É a primeira vez que a CPI chega a esse nível de debate com o Presidente. Acho muito importante, Deputado Magela, a iniciativa de V.Exa. de

chamar, porque já bastava de termos aqui prepostos. Não, o Bandeira, não sei quem, o preposto. Aqui nós estamos tratando com quem tá comandando a máfia. Então, é importante. Eu, eu saliento, assim... A próxima bateria vai ser, assim, uma constatação... mais uma constatação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço que conclua, Deputado. Peço que conclua. O tempo tá (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Presidente, para concluir, já que nós tamos na véspera de uma viagem ao Ceará e a Pernambuco, né, da CPI, eu queria dizer que nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sem prejuízo dos trabalhos normais desta CPI.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim. É. Nós vamos visitar, lá no Ceará, uma unidade de farmacologia clínica, para agilizar, tentar agilizar a entrada de genérico no Brasil. Vamos visitar também a unidade de farmácia-escola, que pode produzir medicamentos, e vamos a Pernambuco também visitar um dos maiores laboratórios públicos do Brasil. Então, nós estamos preparando uma recepção bem ao estilo cearense, um estilo de muito carinho. Aqueles que vão, como V.Exa. vai deslocar do Rio Grande do Sul....

(Não identificado) - Farinha com rapadura.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - No Rio Grande tem farinha e tem chuva agora; um pouquinho de chuva. Então, vai se deslocar do Rio Grande do Sul. O Deputado Ney Lopes é lá vizinho nosso, de Natal, e todos os Deputados que irão deveremos ter uma boa visita lá no Estado do Ceará. Eu agradeço a atenção dos Deputados que irão à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Eu poderia... Por favor, eu poderia ter dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem. Tem V.Exa. dois minutos.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Obrigado. Eu solicitaria ao nobre Deputado que tudo que ele questionou ele mandasse por escrito, pra que eu possa responder. Eu não sou obrigado a ter todos os detalhes na minha cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tem problema não. A secretaria providenciará, e todas as perguntas do Deputado que não foram respondidas... será fornecido a V.Exa. E agradeço a sua cooperação.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Eu agradeceria. E o segundo ponto que eu gostaria de falar... Primeiro, solicitar ao nobre Deputado, que realmente nos dá dados sigilosos da nossa companhia, falando sobre custo abertamente aqui, o que é uma preocupação muito grande nossa. Segundo, eu acho que ele não teria o direito de chamar a Janssen-Cilag de mau exemplo pro Brasil. Eu acho que aqui nós não tamos julgando as pessoas. Tamos num processo de apuração. Eu peço seu respeito ao usar o nome da Janssen-Cilag. Obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu não... eu não vou aceitar, eu não vou aceitar aqui um dirigente de uma empresa que tá sendo acusada, no Brasil inteiro, de comandar um cartel venha aqui pra uma CPI aqui desta Casa do povo e ainda vir querer ditar norma de comportamento. Nós vamos investigá-los, e tamos investigando e vamos, inclusive... Tomara, tamos lutando pra encontrar o fio da meada, pra colocar gente na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V.Exa. tem toda razão de fazer todas as suas inquiuições. Eu acabo de deferir todas as suas perguntas, e tendo o compromisso da empresa. Agora, o empresário que está aqui tá respondendo sobre um assunto que nos preocupa: o aumento abusivo de preços no País. Mas nós não tamos, realmente, fazendo ainda um julgamento. Ao final do relatório do Relator e a votação desta Comissão é que emitirão juízo sobre todos esses assuntos. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DAVID ZIMATH - Obrigado, Presidente. Eu gostaria, em relação à afirmação também do, do nobre Deputado, em relação à formação de cartel, eu acho que os senhores, a partir de hoje, quando nós vimos aqui, e tem presentes empresas que estiveram, de alguma maneira... tenham o nome citado na ata da reunião, que tem medicamentos genéricos hoje já colocados, ou estão em vias de fazer medicamentos genéricos, como é que pode este grupo ser acusado de formar um cartel contra genéricos? Da mesma forma, essas mesmas empresas apoiaram a campanha da ABIFARMA. Me parece um pouquinho sem sentido se isto fosse real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa. Tem a palavra o Bispo Wanderval. *(Pausa.)* Ausente S.Exa. Tem a palavra o Deputado Magela, que perdeu a vez, embora autor do requerimento, e a quem tenho honra de conceder a palavra neste instante.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero... Inclusive, já justifiquei por que que não estava no início.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Quero, Sr. Presidente, reafirmar aqui, quando daquela divergência nossa, que, em momento nenhum, abri mão da convocação dos representantes dos laboratórios. Apenas manifestei, em diversas vezes, o meu desejo de que eles viessem no momento em que a gente já tivesse melhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu esclareço que eu não disse pra V.Exa. que iria adiar.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Está bom. Não vamos entrar em nova polêmica, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas esclarecimento é um direito de cada um. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, me garanta, por favor, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A palavra é assegurada a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu queria aqui fazer algumas perguntas para os senhores que aqui estão, mas já adianto que já apresentei um requerimento convocando para depoimentos sigilosos, naturalmente individuais, de quatro laboratórios, e farei dos outros dezessete, porque considero absolutamente inútil este tipo de audiência aqui, a juízo meu, particular. Respeito os juízos divergentes. Considero que sete, ao mesmo tempo, não respondendo questões que são fundamentais, porque sigilosas, para as investigações, é absolutamente desnecessário. Não diria que é perda de tempo, porque aprendemos aqui com muitos deles. Mas eu gostaria de ter muitas informações...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. me permite um aparte, um esclarecimento, Deputado?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Claro.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pra que a gente tenha muita objetividade nos nossos trabalhos é que os assuntos sigilosos, como os que antecederam V.Exa. assim procederam, podem ser objeto de interpelação de ofício. Não há prejuízo de perguntas de assunto sigiloso. Pra que fique consignado em ata isso, pra que não se diga depois que houve uma audiência onde certos assuntos não puderam ser abordados. Todos podem — os que são públicos e os que a lei nos limita —, porque Deputado não pode tudo. Ele também é sujeito à lei.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Claro, só que há uma divergência minha com V.Exa. Eu considero que todas as perguntas que são sigilosas podem ser feitas oficialmente, mas entendo que, feitas pessoalmente, é onde nos permite aprofundar e tirar... é... é... conclusões, até porque... é... é... os depoimentos, as perguntas, às vezes, levam exatamente a reflexões que não são permitidas, da letra fria. Até porque, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós estamos diante de... Conforme o Deputado Arlindo Chinaglia... é... é... disse, eu não vou ler, mas eu tenho três respostas de três laboratórios que são absolutamente idênticos, absolutamente idênticos. Até a forma de chamar a CPI, até a forma de chamar a CPI: esta d. CPI. É igualzinho; três laboratórios. Bom, isso pode não caracterizar a formação de cartel, mas... é... é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cartel da informação.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Hã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cartel da informação.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas tem...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Cartel de advogados... *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ...tem razões que nos levam a ter informações. Mas, Sr. Presidente, olha só: Stugeron, que é da Janssen-Cilag, tem nos... de 94 a 95, um aumento em promoção médica de mais de 300%. Pra não dizer que eu tô divulgando... é... é... dados sigilosos, eu quero dizer que não estou divulgando o número exato — mas mais de 300%. Este — e aí não é dado sigiloso —, este medicamento teve um aumento de 114% nos preços deste período. Para promoção médica de um dos medicamentos mais vendidos deste laboratório, ter que gastar, aplicar, investir e ter um aumento de mais de 300%, isso teve, naturalmente, reflexo no preço final, na planilha de custo e no preço do medicamento. E é engraçado, Sr. Presidente, porque, em alguns casos, a gente vê aqui, no caso da AstraZeneca, e também as respostas são muito parecidas,

inclusive neste item. AstraZeneca, Abbott e Aventis. Eles dizem o seguinte: que as despesas com fretes e distribuição subiram algo em torno de 150%, que a malha viária apresentou problemas. Eu pergunto o seguinte: quando é que a malha viária do Brasil não teve problemas? A margem de lucro, neste caso, subiu de mais de 4,5 para em torno de 10%. Sr. Presidente, é absolutamente impossível fazer uma análise com este tipo de audiência, porque eu queria as explicações aqui, não que o advogado pudesse analisar os dados. Eu queria que as perguntas feitas pelo Deputado Sérgio Novais fossem respondidas. Por isso, eu vou dispensá-los. Não quero resposta de nenhum dos senhores para as observações que eu estou fazendo aqui. Fiz questão de ficar até o final pra dizer isso. Não quero resposta, hoje, dos senhores. Não farei perguntas oficialmente, mas apresentarei requerimento para convocação e depoimento de todos os senhores para aqui discutirmos possibilidade de formação de cartel, formação de preço, remessa de divisas pro exterior. Tudo isso em depoimentos sigilosos, porque, Sr. Presidente, nós temos que defender a liberdade da informação, mas nós não podemos achar que as audiências públicas, deste jeito que estão sendo feitas hoje, sejam as mais produtivas pra CPI. Então, eu dispenso todos os senhores, hoje, das respostas, mas os comunico que estou apresentando... Já na terça-feira, Sr. Presidente, no início da sessão, apresentarei um requerimento para que a sessão de terça-feira seja transformada em sigilosa e individual para os próximos sete que virão. E estes e os que vieram ontem serão também, na minha proposição, convocados pra que estejam. Até porque, Sr. Presidente, sem fazer juízo de absolutamente ninguém, até porque não sei quem propôs ou quem propôs esse tipo de reunião, eu acho que esse tipo de reunião aqui acaba protegendo os laboratórios, acaba protegendo os laboratórios. Como eu não quero proteger, absolutamente, ninguém e quero a verdade, eu estou propondo a transformação da audiência dos próximos sete e a volta dos quatorze que já vieram em audiências individuais e sigilosas. Muito obrigado. Dispenso a todos de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. dispensa, mas eu asseguro o direito aos depoentes, se quiserem fazer comentário. Como nenhum deseja, eu vou usar a palavra. Em primeiro lugar, eu queria prestar um esclarecimento. Eu entendo... eu entendo, primeiro, que os Srs. Deputados têm todos os dados de quebra de sigilo fiscal e bancário e balanços à disposição, e também as planilhas de custo. Estão todos eles à disposição dos Srs. Deputados. O

que não pode o Deputado é divulgar estes dados agora aqui. O Deputado não pode. Mas o Deputado pode perguntar sobre qualquer assunto, e o depoente responde ou não sobre a matéria. O depoente responde ou não. E se o depoente não quiser responder aqui agora, porque estamos em sessão pública, ele poderá ser obrigado a fazê-lo, a fazer estas informações por escrito a requerimento de Deputado. Portanto, eu quero passar a seguinte informação: nenhum Deputado sai daqui, neste instante, nesta hora, sem poder fazer a sua pergunta, por mais sigilosa que seja. Tô respondendo isso a bem da verdade. O Deputado não faz a pergunta — não me refiro a nenhum Deputado —, não faz porque não quer. Não há pergunta proibida, sigilosa, secreta, confidencial ou não. Há a resposta ou não aqui, ou a resposta por escrito, que é obrigado... os laboratórios são obrigados a prestar. Mas a CPI, se desejar, ao invés de fazer discurso, pode requerer uma investigação desses três laboratórios que prestaram a mesma formação, idêntica, o que, evidentemente, no meu entender, já que se fala tanto aqui em segredo profissional, como é que o mesmo escritório tem o segredo de três empresas? Quer dizer, estas perguntas, eu não vi fazer aqui; e podem ser feitas por qualquer Deputado. Portanto, não deixemos de fazer o nosso dever, atirando o problema sobre: proteger os laboratórios, no meu entender, é desmoralizar a CPI. Quero que fique bem claro isto: proteger os laboratórios... desmoralizar a CPI é proteger os laboratórios, é não dar curso às investigações. Quero que fique muito claro isso. Eu gostaria de fazer uma pergunta. Eu vi todos os laboratórios declararem investimentos enormes no Brasil. Consultei as contas de pagamento de importação de medicamentos, e elas estão aumentando barbaramente. Como é que se justifica isso, se se investiga tanto, e nós temos cada vez mais prejuízos? Quem é que aumentou as importações? Esta importação foi aumentada... foi aumentada por aumento de matéria-prima, foi aumentada por superfaturamento ou foi aumentada por importação de produtos acabados? Começa pela direita. Tem a palavra o nobre Dr. Omilton.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - No... no... no nosso caso, ilustre Presidente e Deputados, a Biosintética aumentou bastante seu volume de importações, principalmente da Argentina, de três produtos essenciais. Os produtos de alta complexidade: Eritropoetina Recombinante Humana, que é um produto essencial, comprado pelo Estado — uma das poucas doenças hemodialisadas utilizam esse produto —; o Interferon Recombinante e o hormônio de crescimento e

também o fator de crescimento leucocitado, glóbulos brancos. Esses quatros produtos são produtos que representam hoje na companhia de 35 a 40% do nosso faturamento, e são produtos importados da Argentina... é... de.... absolutamente, normalmente. Importante dizer pro senhor, Deputado, é que essas importações da Biosintética, que começaram por repartir do ano de 93, resultaram numa diminuição do custo de aquisição desses medicamentos de até 70%. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. deixou de produzir no Brasil?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por que que representou essa redução de custo? Por que tava mais barata a matéria-prima?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, por causa da competição. Essencialmente por causa da competição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, o preço das matérias-primas do mundo baixou?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - O preço do produto terminado, e eu tô falando aqui de importação do caso específico da Biosintética, porque que aumentou a pauta de importações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o senhor importou o produto acabado, não fabrica.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Produto acabado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor... importa medicamento. Por que o senhor não fabrica no Brasil?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu vou tentar fabricar agora, com a ajuda de vocês, na Biolatina, porque esses produtos que eu importo da Argentina, hoje, são fruto do nosso projeto de uma binacional, que foi... é... que foi oficializada ontem na cidade de Ribeirão Preto. A Biolatina é uma companhia que vai, fundamentalmente, atuar na produção desses produtos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah. Então, a Biosintética... uma parte da sua comercialização é apenas uma atividade comercial, não é de produção?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Essa divisão de produtos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - De distribuição de produtos no Brasil.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Essa divisão de produtos... essa divisão de produtos especiais, que eu mencionei pro senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é a percentagem da sua empresa?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Representa hoje... é... esse... esses produtos representam 30% do nosso volume. Mas eu queria deixar claro pro senhor o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Trinta por cento é uma atividade meramente comercial, como um distribuidor qualquer.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não. Eu tenho a responsabilidade de registro, de farmacovigilância, de estudos químicos feitos localmente pra provar a eficácia do produto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É. Similar contém isso. Similar...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Preciso, né? Nessas áreas... essas áreas que eu acabei de mencionar pro senhor são áreas extremamente sensíveis. Nós tamos falando aqui de hemodiálise, de hepatite do tipo C, hormônio de crescimento. Quer dizer, toda responsabilidade técnica, estudos clínicos, que eu demonstrei aqui, que foram feitos com esse produto, são responsabilidade minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Que que o senhor acha que o Brasil devia fazer pra fazer uma... uma... aumentar sua capacidade industrial, ter uma política industrial? Financiamento do BNDES, estímulos fiscais pros genéricos? Que que o senhor acha? O senhor... o senhor teria sugestões concretas a fazer pra que nós reduzíssemos essa dependência e aumentássemos a produção industrial do País?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu não tenho a menor dúvida de que, se isso não acontecer, o setor industrial nacional farmacêutico tende a desaparecer. Agora, é preciso que haja um comprometimento do empresário de realmente fazer esse acordo... esse... esse... esse pacto com o Governo, no sentido de se investir em tecnologia no Brasil. E nós estamos vivendo essa experiência agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Você podia mandar uma sugestão do que que seria esse pacto, no seu entender?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, o senhor tá...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...desde logo, desafiado a mandar a sua visão de como a gente podia fazer alguma coisa.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Vou mandar tão logo eu puder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Tem a palavra o senhor.

O SR. DAVID ZIMATH - Obrigado. David, da Byk Química. Nós tivemos um aumento no decorrer dos últimos anos, sim, na importação. E eu diria que a razão é um **mix** de diversos fatores, entre aumento de preços também, e passamos a importar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esse **mix** que o senhor fala é aumento de matéria-prima? É aumento de produtos acabados?

O SR. DAVID ZIMATH - Ambas as coisas. Tivemos aumento também no valor... é... de algumas matérias-primas... é... tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A que que o senhor atribui se, de um modo geral, abaixaram, esse aumento das suas importações de matéria-prima?

O SR. DAVID ZIMATH - Não, não é o nosso caso. Não é o presente caso. Nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, o senhor... Não houve... Em preço médio mundial, a sua empresa não superfaturou?

O SR. DAVID ZIMATH - Não, senhor. Posso lhe afirmar com toda certeza. É... E nós tivemos, nós agregamos nos últimos anos três produtos da linha hormonal... é... que são importados de forma semi-acabada, e para o qual estamos estudando... é... instalações adequadas, inclusive, com vistas a novos lançamentos no futuro...é... na nova fábrica. Então, neste momento, primeiro, a condição desta empresa que licencia seus produtos pra nós é de fazer a exportação pra nós e de... de... que se dê essa licença desse produto exclusivamente nessa condição. Quer dizer, ou eles nos exportam semi-acabado ou produto acabado — nós estamos comprando como seria acabado —, ou nós não temos o medicamento. Segundo

lugar, hoje... é... nós estamos... é... sem condições de fabricar hormônios dentro da empresa, que dependem de uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é...

O SR. DAVID ZIMATH - Perdão, Deputado. Dependem de uma... instalações especiais. Fabricar hormônios depende de instalações especiais que hoje, neste momento, a Byk Química não dispõe mais. Estamos, repito, avaliando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor já dispôs no passado dessas condições de produzir esse medicamento? Deixou de fazê-lo?

O SR. DAVID ZIMATH - Nós... é... como produto semi-acabado, sempre. Ainda numa fase prévia, como comprimidos, coisa assim, nós já importamos e fizemos mais etapas localmente do que estamos fazendo hoje, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o senhor me deu a impressão de que o senhor teria reduzido a capacidade de produzir; o senhor tinha aumentado as importações.

O SR. DAVID ZIMATH - De hormônio, sim, Deputado. De hormônio, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por que... por que... por que esse desinteresse, digamos, de investir no Brasil, já que o senhor...

O SR. DAVID ZIMATH - Não há desinteresse. Muito pelo contrário. Conforme eu mostrei no início, nós estamos construindo uma fábrica nova, investimos 52 milhões de dólares e, repito, estamos considerando, sim, fazer uma área especial para hormônio. Não está definido ainda, porque hoje... é... extrema, sim... duas divisões são extremamente caras dentro de uma indústria farmacêutica pra se construir. A primeira é injetável. Hoje, de uma maneira geral, eu posso assegurar ao senhor que se não tiver uma produção de cerca de 20 milhões de unidades de ampola/ano, é inviável economicamente pra uma empresa instalar... é... equipamentos. Da mesma forma, eu não tenho esses números exatos para hormônios, mas é... é... um investimento elevadíssimo... é... e que precisa ter um determinado volume de vendas pra justificar economicamente se fazer isto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Jorge Romaneiro.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Obrigado. É, nossas importações aumentaram, tanto de matéria-prima, como produto acabado, com maior ênfase no produto acabado. É... A razão na maior ênfase do produto acabado, por exemplo, pegando um produto mais recente que nós temos, que é o Pariete(?), a tecnologia envolvida na produção não justificou o investimento no Brasil. Por outro lado,

estamos investindo... investimos no Brasil para exportar pra toda América do Sul, exceção Venezuela e Colômbia, e vamos começar agora no segundo semestre. Ou seja, olhamos o Brasil como um país importante, exportador de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Essa é um preocupação profunda que eu tenho, olhando o balanço de pagamento e lembrando do exemplo da Argentina.

O SR. JORGE ROMANEIRO - O Brasil, inclusive, vai exportar para a Argentina. Algumas fábricas nossas, na América do Sul, estão sendo fechadas para o Brasil ser o pólo exportador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas não é o caso. Eu estou dizendo a dependência da Argentina e do Brasil às matrizes; que na época da Guerra das Malvinas, a Argentina ficou sem empresário, sem matéria-prima, porque as matrizes exportaram. Eu estou perguntando na... na idéia de construir uma... uma indústria nacional que englobe a produção de medicamentos e também englobe a pesquisa da flora e fauna brasileira, que é rica, entendeu? Eu, por exemplo — foi o que alguém observou —, vi largos investimentos dos senhores, mas não vi nenhum registro de medicamento aqui... é... sobretudo dos laboratórios multinacionais, feita a pesquisas a partir do Brasil. Quer dizer, os senhores estão concentrando muito essa pesquisa, e... e essa idéia de escala é uma coisa que nos prejudica profundamente, nos preocupa profundamente.

O SR. JORGE ROMANEIRO - É, na realidade, estamos fazendo pesquisa com alguma... algumas... é... floras do Brasil. É... A Lei de Patentes, ela foi aprovada em 96 — na realidade, regulamentada em 97. Então, basicamente, temos poucos anos ainda de trabalho pra conseguir alguma patente. Não conseguimos nada até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra à minha esquerda o Dr. Vasco.

O SR. MÁRIO GRIECO - Excelentíssimo Presidente, nós aumentamos a importação devido ao lançamento de novos produtos. Nós temos uma fábrica que produz produtos para... a maioria dos produtos. Esses produtos novos... foi devido à importação desses produtos.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Sr. Presidente, o aumento visto em 1999 foi em reais, não em dólares. E isso é causado pela desvalorização — não é? —

durante o ano de 1999. E eu tenho alguns dados para dar que não são confidenciais. Em 95, da nossa empresa, 38% eram matérias-primas, da importação; 38% produtos finalizados aqui, ou seja, formulados, encapsulados e embalados, e apenas 24% produtos acabados. Em 1998/99, matérias-primas passaram a ser 40%. Isso é, importamos mais matéria-prima; significa que estamos produzindo mais. Em produtos acondicionados saímos de 38 para 35%, uma ligeira variação, e em produtos acabados, de 24 para 25%. Portanto, não houve uma variação muito grande nesse período, não em...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas os dados a que eu me referi são em dólares; um 1 bilhão e 800 milhões de dólares foi o saldo negativo da balança de pagamento, e sempre ascensional e crescente.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Especificamente para a minha empresa, essa informação é (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, o seu parece... parece um pouco...

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - E nós não deixamos... nós não trocamos nenhum produto de produção local para importado, além de se considerar o fato de que a nossa **joint venture**, aquela segunda companhia de que eu falei inicialmente chamada Prodohme, tem 100% de produção local aqui no Brasil.

O SR. CARLOS FELIPPE - Sr. Presidente, no caso da Astrazeneca, nós trouxemos para o Brasil vários produtos que anteriormente eram importados. O volume, como eu expliquei no começo da minha apresentação, quase que duplicou nesse período, o volume total da produção, e apenas menos de 5% se referem a produtos acabados importados. Todo o resto, ou é finalizada a... a embalagem aqui, ou é totalmente produzido no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sr. Esavo(?), parte da finalizada aqui é muito desconhecido.

O SR. CARLOS FELIPPE - Não no nosso caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não?

O SR. CARLOS FELIPPE - Todos os produtos de grande escala são todos feitos no Brasil. Apenas produtos de nicho, aqueles de pequeno volume, que... nós trouxemos a... a finalização, a embalagem para o Brasil, porque anteriormente era importado, e eu tenho os dados aqui para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor... A sua empresa e as duas anteriores não superfaturam, não é?

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, não existe nenhum tipo de faturamento; nós cumprimos a legislação brasileira totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, olhe, na... na expressão da Receita Federal, superfaturar também cumpre a legislação.

O SR. CARLOS FELIPPE - Eu não sei o que o senhor quer dizer com "na expressão da Receita Federal".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero dizer o seguinte... eu quero dizer o seguinte: há um laboratório que... a matéria-prima custa 100 dólares e ele importa por 4.500. Segundo a Receita Federal, está de acordo com a lei. Então, não cometeu nenhum... entendeu? No entender dessa empresa, ela está pagando o valor da matéria-prima; só que outros laboratórios importam a 100. Não é o caso da sua empresa?

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, senhor. No nosso caso, nós seguimos a legislação predominante na Comunidade Européia, e o Presidente mundial da empresa é responsável pela política de exportações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não respondeu, mas... vamos em frente.

O SR. ERNESTO NEUMANN - No caso da área farmacêutica lá da Merck as importações cresceram do ano de 94 para o ano de 99 unicamente ainda ao redor de 20%, medido em dólares. Eu quero relembrar o que disse inicialmente, nós exportamos praticamente 70% do... do valor que importamos, de forma que com uma exportação maior da linha farmacêutica ao MERCOSUL e a outros países da região, esperamos chegar a uma balança equilibrada em... no curso de três a quatro próximos anos; de forma que sua preocupação, Sr. Presidente, no nosso caso, esperamos contribuir para que seja menor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. O senhor queria...

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Posso fazer um comentário, Sr. Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode sim.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Nós estamos tendo aqui uma preocupação de redução de produção no Brasil; eu acho que quem deve ter essa preocupação são os outros países do MERCOSUL. Está claro na política da indústria farmacêutica, e

eu digo isso pela minha empresa, que já se centralizou o Brasil como centro de produção para a América Latina. Claramente definido: o Brasil vai ser um centro exportador para a grande maioria das empresas em termos de produtos farmacêuticos. Portanto, essa preocupação não deve existir. A produção local vai aumentar dramaticamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, eu estou preocupado, sim, porque o problema é o seguinte... não é? O senhor já viu: tem uma série de laboratórios que aumentaram as importações de produtos acabados. Nessa idéia da globalização, o Brasil pode ser um grande centro distribuidor. Eu... eu tenho preocupações profunda, pelos dados... estabelecimento... Primeiro, na pesquisa; segundo, no desenvolvimento de indústrias estrangeiras e nacionais identificadas com o País. Eu... eu acho que isso... o remédio é muito sensível, em qualquer circunstância, e eu tenho essa preocupação. Não tenho a preocupação de trazer a indústria argentina para cá, nem interessa à política brasileira neste instante. Nós podemos produzir para a América Latina; eu acho que isso, evidentemente, é uma coisa que pode acontecer. Bem, eu não quero aprofundar. Também não quero submeter... Tenho mais uma pergunta que é antes um comentário. Eu... eu queria saber o seguinte: algum dos senhores foi punido nos últimos dez anos por prática de preços abusivos? Algum dos senhores teve a planilha de custos encaminhada à Secretaria do Acompanhamento Econômico e devolvida, para que seja modificada?

O SR. ERNESTO NEUMANN - No caso da Merck, nós tivemos uma situação com um produto que se chama Septopal. Septopal é um produto muito específico, que vende 50 unidades, em redor de 40 mil dólares ao ano. É um produto sem expressão econômica. E nós aumentamos o preço, porque era a única possibilidade de não retirar do mercado, e a Secretaria Econômica interveio, e hoje nós temos uma proposta apresentada de manter o produto no mercado a um preço reduzido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não... foi feita uma ponderação ao senhor para revisar; foi isso, não é? Não foi punição.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Não, porque nós... propusemos manter (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Uma ponderação que o senhor... o senhor está levando em consideração pela sua magnanimidade, mas

não sobre o império da lei, não é? Quer dizer, se o senhor não quisesse... se o senhor não quisesse considerar, o senhor não estaria obrigado. De acordo?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. No seu entender, não é? No seu entender. O meu é diferente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Peço que V.Exa. permita *(ininteligível)*. Acho que é oportuno destacar, para que não se caracterize, pelo menos nesse caso concreto, nenhuma omissão, que a legislação brasileira atual não prevê sanção. Não prevê sanção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não? Deputado... Deputado Relator, a Secretaria de Acompanhamento Econômico remeteu alguns processos ao CADE. E o CADE é o órgão...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Ao CADE?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ao CADE. E o CADE não... não encontrou amparo nenhum. Até gostaria de ter o assessoramento de V.Exa. para... Se eu tiver iludido, o CADE não... não fracionou, não optou, nem... nenhum... nenhuma empresa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O CADE, sim, mas eu pensei que a análise era sobre a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, eu estou é falando de um modo geral.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O CADE, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O que eu estou querendo dizer é que nos últimos dez anos, de acordo com a legislação brasileira, não foi cometido nenhum... E o primeiro... e o primeiro caso, dos catorze que nós ouvimos, o primeiro caso de que ouvi uma ponderação e está revisando a sua planilha é do ilustre doutor — entendeu? — Ernesto Neumann, entendeu? Que representa aqui o laboratório da... da... Merck S.A. Indústrias Químicas. Foi o único que atendeu a uma ponderação. Eu queria que ficasse... sobre isso não há nenhuma dúvida. Bom, então, o que eu queria provar é que, diante dos aumentos de que a gente falou tanto, todos nós falamos, não há no Brasil nenhum mecanismo que dê ao Poder Público o direito de intervir. Bom, como os laboratórios pressuponho eu aqui sejam todos contra congelamentos, sejam todos contra tabelamento, e como este sistema que nós temos não serve para nós, deve ser o

único no mundo a... porque os Estados Unidos, até os Estados Unidos têm o... os planos de saúde, que exercem alguma influência, e agora se denuncia lá que talvez nem eles consigam produzir o resultado. E lá nos Estados Unidos se está... está nos jornais de hoje: está-se questionando...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Presidente, pela oportunidade, o senhor falou que não tem tabelamento. Tem. É... a portaria dá o tabelamento e... dá um lucro grande, hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é a portaria?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A portaria que tabela o... dá o percentual... o tabelamento máximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A portaria dá o tabelamento máximo das farmácias. Das farmácias, não dos laboratórios. Os laboratórios fazem o preço que querem, entregam para a farmácia, e desse preço as farmácias têm assegurada uma margem de 42%. Mas os laboratórios não têm nenhum tabelamento aqui, e está provado nos cartões (*ininteligível*) que não têm nada. Então... mas os próprios Estados Unidos estão-se queixando, porque no Canadá o preço é 60%, 40% menos, e feito pelas mesmas fábricas. Então, se o dos Estados Unidos é assim, eu acho que o Brasil é o único modelo... Aliás, se quiserem me dar um modelo igual ao Brasil, me dêem. Então, a pergunta que eu faço aos depoentes, para que eles não se considerem aqui, nesta exposição, apenas como sendo inquiridos, ou eventualmente como réus — porque não há nenhum réu aqui; nós estamos fazendo é uma inquirição, num segmento que tem importância e responsabilidade na política de medicamentos no Brasil e enormes responsabilidades, pela experiência, pelo poder que tem. Afinal, aqui, tirando o senhor, que faz parte dos 20% aí... entendeu? O resto aqui faz parte dos 80%. São quantos? Vinte ou trinta laboratórios internacionais que representam 80%. Pois bem, então, eu pergunto: que sugestão os senhores têm para que nós saíamos deste impasse? O congelamento não serve para os senhores: o tabelamento não serve; e este modelo que tem no Brasil não serve para a população brasileira. Eu me arrogo o direito de, como Deputado, dizer isso: não serve para a população brasileira. Os senhores têm alguma sugestão? Nós ouvimos sugestões de que a gente podia discutir o problema do... do ICMS, que é caro. Ouvimos sugestões... discutimos agora a idéia de desenvolver a indústria nacional; nós sabemos que temos que investir fortemente nos genéricos — entendeu? — tão combatidos num

passado recente, e aos poucos tão amados. Nós achamos que temos que fazer alguma coisa em laboratórios públicos para atender parte desses 30, 40, 50 ou 60 milhões de brasileiros que não têm acesso. E, por favor, não vamos discutir que tem brasileiro que não está comendo. Nós sabemos que tem brasileiro que está passando fome, mas nós estamos preocupados aqui é em fornecer medicamento para aquele... para aquela criança barrigudinha que se alimenta, para aquela pessoa que está com pneumonia lá na vila e que... esse medicamento ajuda sinceramente. O departamento de comida é outro, não é? Agora, se os senhores estiverem preocupados com isso, eu não gostaria de ouvir aqui... vender para esse cidadão que não tem salário, não tem comida, ao preço que vende para os americanos parrudos, gordos, bem alimentados e tudo o mais, quer dizer, o mesmo preço de medicamento, entende? Quer dizer, se nós formos discutir isso aí, a gente vai levar... Eu queria era ver como é que os senhores encaram. Saibam que nós estamos insatisfeitos com isso. Que sugestões concretas os senhores teriam, rapidamente — podemos começar pela esquerda —, para que nós produzamos aqui uma política que respeite a liberdade de iniciativa, assegure a pesquisa, mas acabe com os exageros, os abusos e, muitas vezes, as políticas direta ou indiretamente cartelizadas que são praticadas aí e cujos relatórios nos está provando isso.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Ernesto Neumann, Merck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Ernesto, o senhor está com a palavra.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Obrigado. Eu teria três posicionamentos que fazer. Primeiro, já se mencionou nesta mesa que uma das soluções para dar acesso ao medicamento a um preço adequado é dividir os mercados, o privado e o mercado das pessoas que hoje não têm acesso ao medicamento, porque as soluções para ambos deveriam ser diferentes. A solução, no caso de dar acesso hoje às pessoas que não têm acesso ao medicamento, parece-me que está muito mais na direção da proposta do Deputado Arnaldo hoje de manhã, dizendo: "De alguma forma temos que encontrar alguém que compre a preços completamente diferentes o produto", e acho que nos laboratórios existe uma predisposição a fazer isso, e se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Os senhores estariam dispostos a competir com o laboratório público num cesto-base de medicamentos, produzir pelo mesmo custo, considerando o laboratório público todos os custos?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Eu creio que eu posso fazer um produto a um preço bastante mais econômico se, entre todos os componentes da cadeia de distribuição, o Estado com os impostos e... eu acho que podemos encontrar um caminho. Se posso competir, concorrer ou não com os laboratórios públicos, é difícil para mim dizer, porque não conheço a estrutura deles, mas conheço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu dou uma informação para o senhor: no Rio de Janeiro, os senhores ganharam de todos os laboratórios públicos no fornecimento para a Prefeitura municipal, de forma que esses laboratórios públicos não são tão barateiros assim, não. Quem sabe os senhores não aceitam o desafio?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Certo (*risos*). Certo. Mas, como eu disse no início, isso aí, nesse caso, é realmente uma venda marginal, no sentido de que... se eu entrasse num pequeno mercado, era o diabo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o Rio de Janeiro é um grande mercado. Prossiga, desculpe.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Mas a licitação a que se referiu o senhor, ela não era específica. Então, eu acho que o primeiro ponto é separar os dois mercados e realmente ter políticas diferentes em ambos os mercados. O segundo ponto é reforçar o tema genéricos. Eu já disse da predisposição do meu laboratório a participar dos genéricos, mas não é suficiente ter genéricos. Eu acredito que tem que ter organizações com poder de compra para os genéricos, privadas e estatais ou governamentais. Essas organizações com poder de compra para os genéricos são as que realmente fazem o preço do genérico passar através do mercado. Então, eu acho importante criar situações, organizações que tenham realmente um volume alto de compra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor me desculpe. Eu quero divergir integralmente do senhor. Eu acho que, se nós não tivermos competição nos genéricos e tivermos esse poder de compra, os preços vão lá para cima. O senhor me desculpe a franqueza.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Não. Talvez eu não me expliquei... não me expliquei bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, se explique direito, porque...

O SR. ERNESTO NEUMANN - O que eu quero dizer é o seguinte: um plano de saúde, privado ou estatal, que tem vários milhões de participantes, de afiliados, portanto é capaz de fazer uma compra grande de medicamentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, tem, sim.

O SR. ERNESTO NEUMANN - ...tem um poder de compra que faz com que os preços dos medicamentos realmente baixem consideravelmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor não está defendendo a volta da CEME não, não é?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Não no esquema exato da CEME, mas talvez num sistema similar, seria interessante pensar em alguma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Prossiga.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Essas são as duas coisas mais relevantes que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado ao senhor.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu gostaria de contribuir, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hein?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu gostaria de contribuir com uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas... está vindo, chegará a sua vez. Chegarà a sua vez, entendeu?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Ah! Está vindo? Ah! Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A pergunta é geral.

O SR. CARLOS FELIPPE - Está apressado aí? Está apressado, não é, Omilton? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu quero ouvir a todos, se possível, porque eu acho que...

O SR. CARLOS FELIPPE - Bom, eu vou colocar uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...acho que esse é o centro das preocupações nossas, entendeu?

O SR. CARLOS FELIPPE - Vários pontos de vista já foram expressos durante o dia de hoje, mas eu acho que existe um conjunto de ações práticas

dentro da cadeia de valor que hoje, na minha opinião, onera o preço até o ponto final, e com certeza os senhores todos já têm uma série de elementos, uma série de discussões nesta direção, desde portaria, que fixa a margem, até a forma de distribuição. Então, eu acho que existe uma forma de fazer com que o preço final até o consumidor baixe, em função de atuações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, diga logo para a gente qual é essa forma.

O SR. CARLOS FELIPPE - Por exemplo, hoje, nós temos... o preço, quando sai do fabricante, é o preço bruto, que inclui impostos, inclui a margem. Por que não o Brasil, com a reforma tributária, passar a... o preço fábrica já ser o preço líquido, de forma que a gente crie transparência de que custo é agregado e de que margem é agregada a partir do fabricante até o ponto final, como funciona em outras economias, e funciona muito bem? Estou claro no meu raciocínio? O outro ponto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu... eu compreendi um pouco, mas, nas planilhas que nós recebemos dos senhores, está bem distinto isso, o acréscimo de 15, 18, 21, 22, de impostos.

O SR. CARLOS FELIPPE - E, depois, o acréscimo dos 42 até o varejo final, não é? Então, isso acaba fazendo com que o preço líquido do laboratório, na média, duplique.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, mas o senhor esqueceu... o senhor esqueceu o intermediário... o... a distribuição aí. Ou o senhor não usa distribuidor? O senhor não usa a distribuidora?

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, não. Eu falei. Acho que talvez não tenha falado de uma forma tão clara. Incluí a distribuição e incluí o varejo também, e a estrutura tributária. Eu acho que uma abordagem dentro da cadeia de valor é o que de mais inteligente nós podemos fazer rapidamente. Depois, Deputado, realmente fomentar a participação do Estado, porque o Estado brasileiro ainda deve para a sociedade um programa de reembolso, nós sabemos disso; é uma carência social. Então, através da compra do Estado nós também teremos um elemento adicional de competição. Um outro elemento de competição que virá para o mercado brasileiro serão as formas de que... no inglês, o pessoal fala **managed care**, que é o gerenciamento do custo, com as empresas de seguro de saúde e os planos provedores de saúde, que logo, logo estarão incluídos, incluindo aos seus associados uma cobertura relativa dos custos dos medicamentos. Esses elementos,

mais uma releitura dos custos agregados na cadeia de valor, na minha opinião, são formas práticas, exequíveis, que nós, trabalhando em grupo, poderíamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deixa eu dizer uma coisa para o senhor e para todos.

O SR. CARLOS FELIPPE - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quando eu trabalhei na Emenda 82, que passou no Senado, e aí me interessou um pouco, nós fomos fazer levantamentos, e quando o poder público entrava comprando, de um modo geral, os preços subiam. Tanto é que o Governo, por exemplo, em programa de AIDS, teve que se socorrer muitos dos laboratórios públicos, com economia de 300 a 400 milhões. O senhor e o seu antecessor, o Dr. Ernesto, não acham que, ao propor que o Estado compre — que o Estado compre! —, os senhores não estão apenas e tão-somente querendo alargar o mercado da venda? Os senhores não estão dando nada de si para... Naquilo que eu perguntei, de como reduzir esses custos, que... reduzir um pouco essa margem de lucro? Quer dizer, em matéria de genérico e outros produtos, eu não vejo razão para essa brutal margem, porque não há incerteza nenhuma, não há investimento nenhum, não há pesquisa nenhuma. Isso já... a população já pagou no nome de marca e no nome de referência. Quer dizer, as propostas dos senhores, elas ficam tudo na base... assim: vamos transferir. Não daria para ter uma política de um controle? Ou os senhores acham que é só por esse caminho?

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, eu coloquei uma série de caminhos que, no seu conjunto, irão reduzir o custo final ao paciente e aumentar o acesso, em função da elasticidade de um preço menor perante uma demanda ainda não atendida. Lógico que a indústria farmacêutica também teria a sua parte a fazer, e a gente está disposto a estudar um caminho nessa direção. Não é aqui, numa entrevista como esta, que eu vou falar para o senhor o que deve ser feito. *(Risos)*. Mas estou sinalizando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas o senhor pode dar as linhas gerais, e depois, secretamente, o senhor me diz o resto...

O SR. CARLOS FELIPPE - Não, não tem nada de segredo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu revelo depois, direto.

O SR. CARLOS FELIPPE - Procurei fazer o meu dever de casa para vir aqui, estudar outros mercados, como que isso funciona. Então, eu estou sendo bastante genuíno na minha proposta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. ERNESTO NEUMANN - Eu creio que todos os integrantes da cadeia têm que participar nisso. A distribuição tem que ser mais eficiente e trabalhar com custos melhores. A modernização ainda vai (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor se anima a dar alguma sugestão, na cadeia distributiva, do que se deveria fazer? Qual é a sua experiência?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Eu acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor acha que não corremos o risco de em algum tempo os distribuidores ou alguns grandes imponham aos laboratórios condições e à farmácia também?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Obviamente que a concentração cada vez maior pode provocar a imposição de condições. Mas eu me refiro aqui à modernização desses esquemas logísticos, à utilização maior de sistemas de planejamento etc. Tem que reduzir os custos da distribuição, por um lado. Por outro lado, e aí estamos falando quase de 30% do custo do medicamento para o consumidor. Outros quase 30% são os impostos. Eu acho que aí o Estado tem também alguma situação a considerar. E, finalmente, obviamente, nós, como laboratórios, temos também que analisar os nossos custos, que nessa parte não há custos promocionais etc., etc., e que realmente nesse sentido (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Daria para cortar um pouco, não é?

O SR. ERNESTO NEUMANN - Nós podemos cortar. Se todos cortamos, eu acho que a diferença vai ser muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Tem a palavra o Dr. José Tadeu.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Deixa eu ver se eu consigo dar alguma sugestão prática. Eu, definitivamente, concordo que temos que mexer nos quatro vetores. Nós, a indústria que produz; segundo, o Governo, com essa carga de impostos; terceiro, a distribuição; quarto, o varejo. Sr. Presidente, de cada 1 real que nós colocamos no preço que sai da fábrica para a gente, que chamamos de

preço líquido, chegam lá na ponta, do paciente, 2,22. Então, nós geramos 1; 1,22 dois é somado nesse processo. Parte é imposto, parte são as margens de distribuição e parte são as margens da farmácia. Esse assunto tem que ser resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor, evidentemente, não se refere à matéria-prima, ao produto, mais custos diretos (*ininteligível*); se refere a tudo, à comercialização, àquela coisa toda.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Tudo, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se o senhor tirar aquele largo pedaço de comercialização, seguramente vai diminuir ainda mais um pouco, não é?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Se nós tivéssemos... Eu diria o seguinte: se hoje não existisse — coisa que é inviável, não existe no mundo todo — a farmácia para distribuir, o distribuidor para chegar nas 50 mil farmácias que nós temos, e o Governo definisse, como num passe de mágica, da noite para o dia, que os impostos são zero, os preços hoje cairiam para 42,6% do que o paciente paga. Essa é a realidade hoje do mercado nacional. Ou seja, é daí que vem 1 real para 2,22 lá na ponta. Segunda coisa que eu acho que é absolutamente essencial: mais concorrência e mais opção de escolha. A lei do genérico aumenta a concorrência. E a concorrência de mercado, ela é muito boa e, ao mesmo tempo, ela é nociva, nociva para aqueles que querem se apropriar e querem ter preços mais agressivos. Essas empresas não sobrevivem. Elas vão ter que se enquadrar dentro de um processo de concorrência. O que eu diria aí é: menos Governo e mais concorrência. Terceira coisa, e eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o senhor não acha que o Governo está tão pouco aí que os senhores estão fazendo tudo sozinhos?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Eu acho que o Governo está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Governo está só pegando imposto. E eu até diria ao senhor, assim, olhe, perdoe, ironicamente, eu acho que há gente do Governo que está gostando que os senhores aumentem, porque arrecadam mais impostos, não é?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - São 26%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois é, este Governo, eu queria reduzir o tamanho, sim, mas eu queria aumentar o outro Governo, aquele que daria uma olhadinha nas políticas.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - São 26%. Cada vez que um medicamento é comprado na farmácia, 26%, o nosso sócio, chamado Governo, leva 26%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esse Governo eu quero que diminua, mas o outro eu quero que aumente.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Eu acho que isso tem que ser revisado. Não se existe uma solução ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - As duas coisas, as duas coisas. Prossiga.

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - A segunda coisa é a área de seguro de saúde. Definitivamente, o mundo está caminhando para esse lado. Ora, hoje existe um monte de pessoas, eu estou seguro de que nessa sala dever ter muitas pessoas que têm seguro saúde ou estão associadas a alguma clínica, esse tipo de coisa. Ora, quando as nossas esposas querem ter bebê e querem ficar num quarto individualizado, nós temos o nosso seguro. Está na hora de nós instrumentarmos esses seguros para que eles incluam o medicamento dentro desse processo. Quando eles incluírem o medicamento vai aumentar a concorrência, porque essa gente compra em quantidade, compra em volume, e vai haver uma competição muito grande de preço. Isso tem que ser estimulado. Terceiro ponto, e eu discordo geralmente, eu não acho que a solução é investir no laboratório estatal. Nós já vimos esse filme antes e já vimos o que aconteceu. O que eu acho, sim, e aí sem nenhum... nenhuma intenção de jogar confete no meu amigo que está sentado lá, contra o meu time, eu acho que o Governo tem que fazer — Governo, quando eu digo, é bem generalista —, encontrar soluções para dar mais apoio à empresa nacional. Mais apoio à empresa nacional é fazer com que ela cresça. Colocar dinheiro no Governo, nos laboratórios estatais, eu tenho sérias dúvidas do que pode acontecer. Nós já vimos isso. Tem muita gente bem intencionada, mas o Governo muda, as pessoas mudam, não é? E podem acontecer uma série de coisas que nós não podemos controlar, não é? E última coisa: o Governo... quando a gente fala de o Governo comprar... É verdade, o Governo compra produtos de AIDS, centralizado, mas os Municípios também compram, os Estados também compram. E, pasmem, compram por preços diferentes. Portanto, eu acho que o registro

nacional de preços é absolutamente essencial neste País. Se define um preço para um determinado produto, se publica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem definiria esse preço?

O SR. JOSÉ TADEU ALVES - Deve ter um órgão no Governo; deveria ser a Secretaria de Acompanhamento de Preço, para fazer essa licitação, definir, e, com aquele preço, você não precisa de licitação; vai lá e compra. E deve ser o menor preço possível. Só que tem um problema aí. Nós temos que nos assegurar que esses produtos tenham qualidade. A tendência, quando se força a baixar preço, é manter a rentabilidade. Como é que a gente mantém a rentabilidade baixando preço? Deteriora a qualidade. A Vigilância Sanitária tem que fazer um processo de vistoria, de auditoria, de controle de qualidade dos medicamentos existentes no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não quero prorrogar demais. Dr. Mário, tem V.Exa. a palavra. Senão, eu queria fazer alguma, um diálogo, mas tem V.Exa. a palavra. Vamos ver se...

O SR. MÁRIO GRIECO - Bom, eu gostaria de concordar com tudo o que foi falado pelo Tadeu, e não gostaria de repetir, porque alguns dos itens que eu tenho também são referentes ao que o Tadeu falou. Eu acho que a política da... que está sendo implantada, dos genéricos, já é um fator fundamental para dar acesso à maior parte da população. Eu acho também que uma política nacional de medicamentos seria importante, e acho também que a comercialização poderia ser reavaliada e diminuir muito o custo dos medicamentos. Também, eu acredito que, em um levantamento feito, aproximadamente 20% dos medicamentos essenciais poderiam cobrir 80% das doenças deste País. Então, eu acredito que se selecionariam esses produtos, com o apoio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com 20%?

O SR. MÁRIO GRIECO - Mais ou menos, aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas 20% o que seriam? Quantos? Quarenta, cinquenta, cem medicamentos?

O SR. MÁRIO GRIECO - Eu diria que trezentos medicamentos essenciais já resolveriam o problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor acha que é tanto? Trezentos medicamentos?

O SR. MÁRIO GRIECO - Eu acredito... aproximadamente trezentas substâncias básicas seriam suficientes para tratar mais do que 80% da população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Há quem diga que se vai a 80% com apenas 40, 50 medicamentos. O senhor acha que essa informação é errada?

O SR. MÁRIO GRIECO - Bom, eu acho que, se se limitar às doenças básicas, talvez possa se conseguir isso, mas, num aspecto mais amplo, necessitaria, eu acredito, aproximadamente trezentos medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Trezentos medicamentos? É um número acho que ideal de genéricos, para começar a ter genéricos no País, não é?

O SR. MÁRIO GRIECO - Concordo totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que no mínimo uns trezentos genéricos.

O SR. MÁRIO GRIECO - Concordo totalmente. Eu acho que, se realmente regulamentar e procurar fazer esses trezentos genéricos, seria uma solução ideal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Romaneiro, da Janssen.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Concordo com o que o grupo falou e gostaria de acrescentar mais duas coisas, na realidade. A primeira é dar um pouco de ênfase ao que o Tadeu falou. Nós temos que investir na indústria brasileira para ela crescer e ajudar a suprir este País, porque as indústrias de pesquisa, que não trabalham com genérico e não vão trabalhar... se nós não tivermos, do outro lado, um balanço de empresas que realmente possam buscar a redução de custo desse genérico para suprir esse mercado, a lei de genérico, ela não vai conseguir caminhar como deve caminhar. Na realidade, fazer laboratórios nacionais produzir genéricos é um perigo, porque as coisas mudam em nosso País; o Governo muda, as pessoas mudam. Eu endosso o que o Tadeu falou. Não é... Eu acho que esse é o caminho certo. É iniciativa privada. O Governo tem que incentivar essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas é uma coisa fácil de acabar com os laboratórios públicos, quer dizer, se os senhores produzirem o medicamento competitivo, aí considerando os custos todos, porque os laboratórios públicos atuais, nós estamos exigindo que eles nos dêem a planilha de custos diretos e indiretos, como se fossem uma empresa.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Eu acho que os laboratórios públicos... talvez eles não tenham os gastos que nós temos como uma empresa multinacional, porque não é só o fato de produzir. Nós temos uma série de burocracias para atender, controles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Burocracias eu sabia que era no setor público. No setor privado...

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, não. Existe... Quando eu falo "burocracias" eu falo há certos controles de risco, de fabricação, altos, que... requer muita qualidade do produto, que... nos custa muito alto esse controle, não é? Eu não acredito... Eu não estou falando que o laboratório público tenha ou não, mas eu não sei qual o controle que ele tem. Eu não vi nenhum custo de um laboratório público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o senhor condena? Veja, o Ministério da Saúde tinha aqui uma política que ele adotou, de produzir medicamentos contra a AIDS. Ele se viu na obrigação de apelar para o Farmanguinhos, para laboratórios públicos, com economia de 300, 400 milhões, com o que se conseguiu atender mais gente. Por que os laboratórios privados não puderam produzir isso?

O SR. JORGE ROMANEIRO - Mas justamente por nós não termos uma política dos laboratórios privados, principalmente nessa área de genérico, e, como o Omilton falou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, de genérico tem a política.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Talvez os senhores sejam contra a política. *(Risos.)*

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, não. Em termos de investir para poder crescer e reduzir custos, não é? Porque você precisa de volumes, de uma série de coisas. Não adianta você produzir um produto com baixo volume, porque você tem seus custos fixos na fábrica, como depreciação, luz e manutenção de máquina, que você precisa diluir esse custo. Para diluir esse custo, você precisa de volume. É... O mercado, ele tem que ser dividido em dois, na realidade: o mercado privado e o mercado desses contingentes de brasileiros que não têm acesso à medicina. Nós temos que separar os dois. O mercado privado, conforme já falado pelos colegas,

tem que ter os seguros de saúde, os planos de assistência médica reembolsando medicamentos, o que vai forçar a competição para redução de preço. A gente sabe, em todos os outros países, que os seguros de saúde negociam, tentam comprar pelo menor preço. Existe... Ele cria um outro tipo de concorrência que nós não temos hoje no nosso mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas veja, doutor, o senhor é de uma empresa multinacional. Eu tive essas informações. O Ministro, depondo aqui, na Comissão, falou exatamente que o mercado americano, que não tem nenhuma legislação sobre preço de medicamentos, mas que pune rigorosamente certos laboratórios quando eles invadem áreas, ou fazem **dumping**, ou procuram eliminar a concorrência — e há punições pesadérrimas lá, recentes... Bem, eu não estudei isso lá; ao contrário do que diz o Arlindo Chinaglia, isso a gente vem... Mas agora eu estou vendo pronunciamentos de Senadores e Deputados, lá, de que esse problema dos planos de saúde... Eles não foram suficientes, porque lá... Diz que os planos de saúde diziam assim: "Olha, tal medicamento o laboratório tal está produzindo por tal preço; é muito alto, não comprem". Mas que os próprios planos, lá, não estariam sendo suficientes; que é preciso algo mais, como no Canadá, alguma coisa da Inglaterra, da Alemanha, da Europa, entendeu? Então, eu só coloco isso. Eu acho... Eu... Nós temos que considerar a idéia de os planos poderem ter também assistência farmacêutica. Eu acho que a idéia não é uma idéia desprezível. Acho que é uma idéia que deve ser examinada pelo Relator e pela Comissão, mas não como força suficiente para baixar... O exemplo americano estaria provando o contrário.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Na verdade, os planos de saúde americanos, os famosos **aid endow**(?), que nós chamamos... Quando um paciente... ele vai ser tratado, ele já tem um roteiro, quer dizer, para tomar um antibiótico. Você não... Dependendo do histórico daquele paciente, você não começa pelo antibiótico mais forte. Você vai para o primeiro, mais barato, para tentar tratá-lo. Se aquele não funcionar, você vai mudando. Mas aquilo vai ficar no histórico daquele paciente. Se amanhã ele voltar a ter a doença e a ter que ser tratado, já se sabe que aquelas primeiras tentativas não são válidas. Você já vai para a segunda, para reduzir custo. Na realidade, os **aid endow**(?), essa grande briga que você... que nós estamos tendo nos Estados Unidos, na realidade, ela tem uma... um tripé fundado no que chamei de farmoeconomia, não é? As novas drogas, para entrar no mercado

competitivo, principalmente no mercado americano, elas têm que ter um custo de tratamento abaixo ou similar das drogas existentes, porque senão não tem o benefício. Não adianta ter uma droga muito boa, que ela vá custar três vezes mais cara. Você vai atingir uma população muito pequena. E como nos Estados Unidos a maioria dos planos tem reembolso, a maioria dos americanos tem reembolso, então, a... a grande disputa, na realidade, está voltada ao custo do tratamento, não é? Mas voltando ao plano, agora... à população que não tem acesso ao medicamento, logicamente, todos nós juntos temos que encontrar uma solução para isso. É impossível... Num País como o nosso, nas nossas dimensões, temos que encontrar uma solução, todos nós juntos. Não é a indústria, não é o Governo, não é a cadeia de distribuição; somos todos nós. Ontem, pelo que eu vi, surgiram algumas idéias: as indústrias venderem direto para o Governo, há uma série de outras coisas que surgiram. Mas também tem o fator de custo, não tenha dúvida, porque eu acho a indústria, ao produzir mais e ter mais um número, ela tem um fator de grande custo também. E temos que pensar em toda essa cadeia para a baratear esse remédio. O grande problema nessa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu folgo em que o senhor esteja filiado a essa idéia de baratear os medicamentos.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não tenha dúvida. Eu acho que nós estamos... nós buscamos o lucro, mas queremos também buscar a redução de custo e manter o lucro. Nós... O que nós não podemos é baixar o preço sem buscar redução de custo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, ninguém quer que os senhores quebrem. Tenha certeza disso.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não. Não é esse... Esse não é... Acho que esse não é o objetivo de ninguém nesta Casa, não é? Não tenha dúvida. Então, o que nós temos que buscar é essa redução de custo, não tenha dúvida. E talvez, considerando o volume que esse... esse acesso que a população vai ter deve trazer uma redução do custo. Não tenha dúvida. E é nessa... Eu acho que é nessa direção que todos nós juntos temos que trabalhar. E não tenha dúvida que, conforme já falado, nós não podemos vender imposto para a população, não é? Isso é... O que nós estamos fazendo hoje, em nenhum país do mundo... Poucos são os que têm imposto no preço, no âmbito da medicina, não é? Nos Estados Unidos não tem, o Presidente sabe disso, e seria... É muito difícil falar num País como o nosso. A

população é muito carente, e o preço ter 26% de impostos é... Eu acho que não é uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vinte e seis? O senhor está exagerando. Os custos aí são vinte e um, vinte e dois...

O SR. JORGE ROMANEIRO - Não, tem ICM, tem mais PIS, COFINS... social... tem toda aquela... aquela carga social que vem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu li mal as planilhas que os senhores mandaram. Mas... tudo bem.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Tem toda aquela carga social que vem sobre o preço. Tem que pegar o preço líquido para compor, não é? E não o preço bruto, o preço de... o preço de lista — não é? —, mas o que compõe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos dar que o senhor tenha razão.

O SR. JORGE ROMANEIRO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. (*Risos.*) Tem a palavra, se quiser se pronunciar, o Dr. David.

O SR. DAVID ZIMATH - Sim. Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu, por princípio, não acredito que o laboratório público vá ser a solução. Não pela experiência brasileira apenas, mas há uma experiência mundial que quando... que o Governo, quando toma a iniciativa de entrar na área de produção ou numa área que habitualmente é de maior domínio, de maior conhecimento da iniciativa privada, ele não é bem sucedido. Espero estar errado, e que não me interpretem de maneira errônea aqui. Eu quero estar errado, e gostaria que a iniciativa que no momento o Governo brasileiro está tomando esteja correta e que dê resultados. Mas, pessoalmente, sabemos que a experiência mundial não é positiva quando o Governo entra na área de produção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas nós precisamos de laboratórios públicos no mínimo, no mínimo para duas grandes coisas: para registrar os genéricos, fazer os testes, e para ter planilhas de custo para poder saber quanto os senhores estão ganhando.

O SR. DAVID ZIMATH - Não, as planilhas de custo os senhores têm, dispõem. É requisitada oficialmente, como tem sido feito. Todos os documentos estão aí disponíveis, Deputado. Desculpe, acho que não é razão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas é para fazer a comparação, é para fazer... É a referência. O senhor imagina... É a referência. Eu não estou pondo em dúvida nada, mas se eu não tivesse uma planilha... Eu vou dar um exemplo para o senhor: nós precisamos fazer uns exames sobre — que nem sei se a Comissão poderá examinar — produtos veterinários, mas nós não temos nenhum laboratório público que nos forneça a planilha, entendeu? De custo, para ser padrão para nós. Mas prossiga. E eu diria mais: que, para produzir algum tipo de medicamento... Por exemplo, nós vimos a FURP, Hospital de Clínicas, Farmanguinhos, que produzem... têm suprido uma boa margem da população que não pode... Eu dou um exemplo para o senhor... O senhor desculpe; lá no Rio Grande do Sul tem laboratórios, farmácias públicas municipais que produzem amoxilina a 1 real e 20 centavos, 1 real e 50 centavos, enquanto no comércio ela custa dez vezes mais, ou ao redor disso. E graças a isso está-se podendo cobrir uma faixa da população para fazer medicina preventiva, que nós... não teríamos outra saída, o senhor entende? Esse é o grande drama. Como nós não estamos fazendo uma central de medicamentos, mas estamos fazendo pulverizados, nós pensamos que esses laboratórios pulverizados eles podem fazer competição entre si mesmos. E talvez possamos criar algum grau de deficiência até que possamos ter, digamos, da indústria privada, uma grande produção, e a preços baratos, que tornem dispensáveis... Por enquanto, quero dizer para o senhor, eu acho que é absolutamente necessário que eles estejam aí para atender essa camada de população que nós não estamos conseguindo atender com a produção dos laboratórios privados.

O SR. DAVID ZIMATH - Espero que o senhor esteja certo, inclusive a médio e a longo prazos, mesmo porque posso até, por questão pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como... como os medicamentos são para hoje, nós estamos pelo menos acertando para hoje.

O SR. DAVID ZIMATH - Sim. Que tem... que tem vários familiares meus que estão, inclusive, nessa condição. Então, espero que eles também sejam atingidos por... por resultados positivos dessa iniciativa. Em segundo lugar, apenas complementando que os colegas falaram, duas idéias concretas. É claro, para quem tem o mínimo de conhecimento de administração, de estrutura de custo, quanto mais embaixo na cadeia ou na estrutura de custo você agir, reduzindo isso, maior é o significado ou representatividade no custo... no custo final do

medicamento. Isso é absolutamente claro. Portanto, quais são as... quais são os custos que incidem na estrutura de custos nossos de medicamento, na base? São custos de matérias-primas e materiais em geral, que compõem, bem como impostos também têm um custo significativo. Portanto, uma idéia seria incentivar a produção local de matérias-primas — mas essa seria uma proposta concreta —; em segundo lugar, também porque os impostos incidem desde o momento inicial, por exemplo, nos importados, nós já pagamos imposto de importação lá, no início da cadeia de custos, e como os demais aparecem com percentuais em cima de... de uma base anterior, então, no final ela tem uma representatividade significativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas... O senhor desculpe. O senhor desculpe, eu cheguei à conclusão de que o imposto que se paga na importação é tão baixo que estimula fortemente o superfaturamento.

O SR. DAVID ZIMATH - Não! Eu já afirmo categoricamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor pode não estar fazendo o superfaturamento...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Preço de transferência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor pode não estar fazendo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Preço de transferência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É. Sim, é o preço de importação, que é um preço de transferência; paga uma taxa pequena e depois faz um ajuste lá adiante. Quer dizer, eu acho que o imposto no início, no Brasil, é barato.

O SR. DAVID ZIMATH - Mas incide... dentro da minha idéia de... da cadeia de custo, ele incide na base, e tem uma representatividade no custo total e, posteriormente, também no preço do medicamento ao consumidor. Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E o senhor acha que com essas taxas a gente pode estimular a produção de matéria-prima no Brasil, como defende, como eu também defendo, que devemos produzir mais?

O SR. DAVID ZIMATH - Eu acho que não é o imposto... apenas o imposto sobre a importação que nós fazemos hoje, por exemplo, que vai inibir a importação. Tem que desenvolver uma indústria mais ampla no País para produzir mais matéria-prima de excelente qualidade. Não estou dizendo que o que está sendo feito é de má qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E quais serão as condições para a indústria de laboratórios internacionais participarem desse esforço que, ao que se vê, não é tão grande?

O SR. DAVID ZIMATH - Nós não estamos dentro da cadeia produtiva de matéria-prima. Nós temos hoje uma produção de matéria-prima em nossa casa matriz, a Alemanha, mas é limitada. É limitada. Nos produtos que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Será que seus laboratórios e os outros laboratórios ousariam produzir matéria-prima do Brasil para fazer competição com as matrizes?

O SR. DAVID ZIMATH - Não sei se competição com as matrizes. Eu acho que nós temos que trazer para cá ou incentivar, inclusive aproveitando-se deste... deste parque industrial que poderíamos ter, mais ampliado e mais qualificado, no País, para matéria-prima. E por que não passar a exportar a partir daqui? Nós já consideramos essa possibilidade. Dentro de nossas discussões de negócios estratégicos da empresa, já foi analisado isso. Infelizmente, foi considerado ainda um projeto economicamente inviável. Mas, em suma, é discutido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esse que é o nosso drama. Esse que é o nosso drama, não é? Porque os senhores só cogitam, mas, na hora de fazer, não fazem.

O SR. DAVID ZIMATH - Se não é viável economicamente, não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas então, se não é viável...

O SR. DAVID ZIMATH - É claro. Nós somos iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o senhor... o senhor está recomendando uma coisa que eu acho correta, só que o senhor não faz, porque não é viável. Quem é que vai fazer, então?

O SR. DAVID ZIMATH - Eu estou dizendo que... por exemplo, o Governo... Seria uma maneira de o Governo interferir nesta cadeia de custo, incentivando nesta área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nesta área? Incentivando com estímulos fiscais, financiamentos, mercados, tudo isso?

O SR. DAVID ZIMATH - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o doutor da Biosintética, o Dr. Omilton Visconde Júnior.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu vou deixar isso aqui com o senhor, mas o senhor já deve ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu já pedi antes. Se o senhor não deixou foi porque não me atendeu.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Essa aqui é a estrutura de custo. Se você tem um produto farmacêutico que custa 142 reais na farmácia, o que fica na cadeia e o que entra, efetivamente, no laboratório? Então, no produto que custa 142 reais, entram para a indústria 61 reais e 94 centavos. O resto fica na cadeia. Nós temos que admitir que o desconto de distribuição no Brasil é o maior desconto do mundo, e a margem da farmácia no Brasil é a maior margem do mundo. Por isso que nós temos 55 mil farmácias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A margem do distribuidor é 18%?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - É de 16% a 18%. Esse é o desconto médio. Nos Estados Unidos, a margem de um distribuidor é de 2%. Dois por cento. Aqui são 18%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quanto, nos Estados Unidos?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Dois por cento. Dois por cento. Dois. De 2% a 3%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - De 2% a 3%? Como é que os senhores não denunciam e ficam todos quietinhos?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, porque senão nós somos acusados de cartel, não é? E aí fica complicado. *(Risos no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah! Os senhores... O senhor é acusado de cartel se denunciar o distribuidor?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não. Hoje... hoje, eu... A minha empresa, por exemplo, está com uma medida restritiva em função do processo da reunião de 21. Hoje, não posso nem discutir com meu distribuidor redução de margem, porque estaria boicotando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor... O senhor está sendo uma vítima do distribuidor? É isso que o senhor está dizendo?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não. Não sou vítima do distribuidor. Eu acho que a distribuição no Brasil tem uma margem elevadíssima, e o Brasil é o

único País do mundo que tem margem garantida para a farmácia. Esse é um ponto claro e crucial.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É a Portaria 35.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu... eu vou... Eu peço à Secretaria que faça distribuir o expediente que eu dirigi ao Ministro da Fazenda aos depoentes e aos Deputados, sobre essa matéria. De forma que eu não tenho nenhuma dúvida sobre esse problema. Mas prossiga no seu discurso.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Aí nós temos a cadeia de impostos; é muito... aqui, esse gráfico resume tudo o que foi dito em termos de cadeia, não é? Impostos e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o seu imposto aí não chega... É 10, 12. Seu imposto é...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Chega, chega sim. Chega a... O ICMS chega a 10,33, mais 2,10...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aí é que está. Foi falado em 26.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, 26 não; 0,22 de CPMF, e nós pagamos o frete também. Nós somos o único país do mundo onde o frete é pago pela indústria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nos outros lugares há...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - O frete é pago pelo cliente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pelo cliente, é? O cliente é a distribuidora?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quer dizer que a distribuidora ganha tudo isso e mais o frete?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu não... eu não sei quanto a distribuidora ganha. Eu sei quanto eu dou desconto, que eu acho muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu estou estranhando que o senhor não queira fazer cartel com essas grandes empresas, hein?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Seria um cartel vitorioso, o senhor não acha?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, não, eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por que o senhor não quer ser vitorioso?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - É contra... são contra os meus princípios. *(Risos no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah! É contra os seus princípios.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - São contra os meus princípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah! Está bem.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Aliás, os princípios da nossa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bom.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Então, Deputado, está aqui; essa é a estrutura de custo. Vou deixar com o senhor. E eu me reservo na ousadia de dizer o seguinte: quando se está discutindo laboratório oficial, laboratório privado, laboratório nacional, a gente passa para a discussão de qual é o papel do Estado brasileiro no atual estágio. Se for um papel regulatório, ele tem todos os elementos do mundo para regular, e não precisa de laboratório oficial para saber qual é o preço justo de um medicamento. Isso... isso para mim é líquido e certo. Segundo, eu vou topa o desafio: se o senhor me abrir os custos dos laboratórios oficiais, todos eles, e me falar quais são os benefícios que eles têm, eu vou, no mínimo, estudar se a gente consegue fazer no mesmo preço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos fazer uma... dar uma carreira, aqui, logo. Vamos trazer aqui...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É bom esse desafio, Presidente. É bom, muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...o Farmanguinhos, vamos trazer aqui a FURP, o Hospital de Clínicas e o senhor. Eu sei que o senhor é ousado. Eu até sou meio fã da sua empresa, entendeu? O senhor entrou firme nos genéricos. Mas eu quero vê-lo competir.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Vamos pagar para ver, vamos pagar para ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É uma boa reunião, não é Relator? É uma boa reunião para...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Desde que venham com os documentos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Todo mundo com documento, todo mundo documentado.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Vamos pagar para ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E eu quero ver quem é... A gente tem... O Ministro da Saúde... desculpe a digressão, mas ele chega a defender a idéia de que alguns genéricos... alguns genéricos... Não, perdão; alguns remédios de uso continuado pudessem ser fabricados pelos laboratórios públicos e colocados na farmácia, entendeu? Para venda na farmácia, entendeu? Essa idéia não é uma má idéia, entendeu? A ser examinada. E se aceitar essa competição, seria uma beleza, desde que o remédio saísse do laboratório público com os custos para cada segmento e o preço final do consumidor. Não seria tabelamento. Seria a proposta do laboratório dizer "eu vou fabricar"... não sei, dê um nome lá, "x" mais "y" mais "y", entendeu? E vamos fazer isso. Eu acho que nós estamos chegando a alguma coisa de desafio, que o senhor está aceitando. Esse... esse, aliás, é o sentido: é desafiá-los a mostrar competitividade, criatividade, agressividade...

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Mas, Deputado, não precisa de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...e vontade de crescer.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não precisa de CPI para desafiar a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Precisa, sim, precisa, sim.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - É só sentar e conversar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se não tivesse a CPI aqui, o senhor talvez não estivesse aí fazendo propaganda do seu genérico. O senhor talvez tivesse... E o senhor sabe que é verdade. O seu laboratório... a sua associação disse isso aqui, e pediu que esta CPI... Não só não disse que era desnecessária, como disse que era necessária, e que fosse permanente. Que era necessária e permanente, entendeu? O Presidente da ALANAC!

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Não, eu não sou associado da ALANAC. Respeito a ALANAC, mas não sou associado da ALANAC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor é da ABIFARMA?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Eu sou da ABIFARMA. Eu acho que a gente, se tivesse sentado algum tempo atrás e conversado sobre isso nesse nível, acho que a gente teria evitado tanto desgaste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas nós só podemos sentar nesse nível porque eu tive o poder de convocá-los para cá, senão os senhores não viriam para cá. Só a CPI tem esse poder, entendeu? É um pouco verdade.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, só para uma observação, porque o Dr. Omilton... Acho que esse desafio é muito importante, que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas está aceito o desafio.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Porque... Nós tivemos um comentário em dois momentos, com a presença inclusive do Presidente, Deputada Wanessa, Deputado Ney Lopes, de que a planta FURP e a planta FIOCRUZ custavam... custam em torno de 50 a 60 milhões de dólares, e que eles tiravam o preço, com o preço FURP e preço FIOCRUZ... em três anos no máximo a planta estava paga. É importante que nesse desafio contemple essa observação que foi feita pelo... Preço FURP!

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - E... está o.k. E temos que considerar também os salários que a iniciativa privada é obrigada a pagar, contra os salários do setor públicos, não é? Quer dizer, a gente tem que fazer uma análise....

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - A iniciativa privada é obrigada a pagar salário?

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - A iniciativa privada, até onde eu sei, paga salários mais elevados que o setor público. Então, toda essa avaliação passa por uma análise completa. Quer dizer, o meu farmacêutico responsável, e isso não é um privilégio meu, mas de qualquer empresa que está aqui, por questões de mercado eu sei, tenho certeza de que deve ganhar mais do que o farmacêutico que

trabalha num laboratório oficial. A gente sabe disso. Então, quando a gente fala em avaliar custos, a gente tem que avaliar o custo de uma maneira abrangente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Então, tá, abrangente. Completa.

O SR. OMILTON VISCONDE JÚNIOR - Completa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria de dizer também que seguramente o seu laboratório, que é uma empresa, tem uma diversidade de produto muito maior, e como não tem a burocracia do setor público, tem uma produtividade... então, há diluição dos custos. Mas vamos fazer essa comparação. Eu gostei do desafio, achei que é... Esta reunião de hoje valeu por isso, fora as outras contribuições importantíssimas que nós tivemos. E quero dizer que nos nossos planos consta ainda uma reunião aqui, Dr. Omilton, com o Ministro Alcides Tápias, com o BNDES, com o Ministro da Ciência e Tecnologia, porque nós queremos montar um esquema de desenvolver a indústria nacional tanto no campo da pesquisa como no de produção de genérico, como da produção de plantas industriais. Nós queremos criar... E eu folgo aqui em ouvir laboratórios internacionais. E eu acho que até eles podem ser financiados se vierem a trabalhar em segmentos desta ordem.

(Não identificado) - É empresa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É empresa brasileira. Não tem nenhuma restrição. De forma que nós temos esse sentido. Não é só para incriminá-los pelos preços altos praticados que nós continuamos convictos, mas é sobretudo para produzir mudanças, indústrias, políticas que nos tirem dessa dependência de preço alto, dessa importação, e que possamos ter um desenvolvimento e uma geração de empregos no País, de tecnologia. O Brasil tem uma vastidão... Nós queremos que esta CPI seja as duas coisas ao mesmo tempo. De forma que eu quero agradecer profundamente a todos os nossos depoentes aqui, ao Dr. Carlos Felipe, Presidente da Astrazeneca, ao Dr. David Zimath, Diretor da Byk Química e Farmacêutica Ltda., ao Dr. Omilton Visconde Júnior, Presidente dos Laboratórios Biosintética, ao Dr. Jorge Romaneiro, Presidente, Diretor-Presidente do Laboratório Janssen-Cilag Farmacêutica, ao Dr. Ernesto Neumann, Diretor da Área Farmacêutica do Laboratório Merck S.A. Indústrias Químicas, ao Dr. José Tadeu Alves, Presidente da Merck Sharp & Dohme, e ao Dr. Mário Grieco, Presidente da Searle do Brasil (Monsanto do Brasil). A todos agradeço, e convoco uma reunião para a próxima semana, terça-feira, às 14 horas,

aqui neste plenário, para ouvirmos o Dr. Jorge Raimundo, Presidente da Glaxo Wellcome, o Dr. Gian Enrico Mantegazza, Presidente da Indústria Química e Farmacêutica Schering-Plough, Brasil, Dr. Rubens José Paulella, Presidente da Hoeschst Marion Roussel, Dr. Galeano Billi, Presidente da Eurofarma Laboratórios, Dr. Ernesto Egli, Presidente dos Laboratórios Roche, Dr. Hélio Anastácio, Presidente do Sanofi-Synthelabo, e o Dr. José Roberto Ramos Sanchez, Presidente do Wyeth-Whitehall... O laboratório... É um nome complicadíssimo. Eu peço desculpa por não saber pronunciá-lo corretamente. Não sem antes dizer que os Srs. Deputados e Sras. Deputados que o desejarem estão convidados a participar daquela visita que faremos aos laboratórios do Ceará e do Recife na próxima segunda-feira, conforme programa distribuído. A todos eu desejo agradecer, e declaro encerrada esta reunião. Quero comunicar também que estou convocando uma reunião, para a próxima quarta-feira, com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, a Secretaria do Direito Econômico, o CADE, a Delegacia de Defesa do Consumidor e a Agência de Vigilância Sanitária, para analisarmos, em complemento, a legislação brasileira, no que se refere às políticas. E na próxima semana, seguramente, vamos ter aqui aquilo que falamos, políticas de laboratórios públicos, sobretudo política industrial do Brasil. A todos muito obrigado, está encerrada a reunião.